



**Inês Filipa Oliveira  
Neves Faria**

## **Código Fiscal do Investimento**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica do Dr. Avelino Azevedo Antão, Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro



## **Júri**

Presidente

**Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo**

Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Vogal-Arguente Principal

**Professor Doutor Vítor da Conceição Negrais**

Universidade de Aveiro

Vogal-Orientador

**Professor Doutor Avelino Azevedo Antão**

Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

O meu profundo agradecimento a todos aqueles que colaboraram directa ou indirectamente na realização deste trabalho, bem como a todos aqueles que incentivaram nos momentos de maior desânimo.

**palavras-chave**

Auxílios de Estado, código fiscal do investimento, competitividade, crescimento económico sustentável, disparidades regionais, economia baseada no conhecimento, emprego, estatuto dos benefícios fiscais.

**resumo**

O presente trabalho propõe divulgar e analisar criticamente os factores conducentes à implementação do Código Fiscal do Investimento na jurisdição nacional, bem como a apresentação das suas disposições fazendo a ligação como os diplomas a que o mesmo faz referência. A procura por uma economia baseada no conhecimento, dinâmica e competitiva que fosse capaz de gerar um crescimento económico sustentável, criando mais e melhores empregos e uma maior coesão social constitui um dos desafios actuais da União Europeia e na política comunitária dos auxílios de Estado, concretizando os auxílios concedidos pelos Estados. O Código Fiscal do Investimento constitui um dos auxílios concedidos pelos Estados concretizado pelo Estado português no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais que para além de focalizar os aspectos enunciados enfatiza a redução das disparidades regionais.

**keywords**

State aid, tax code of investment, competitiveness, sustainable economic growth, regional disparities, knowledge-based economy, employment, tax incentives

**abstract**

The following paper proposes to divulge and analyse the causes that led to the implementation of the Tax Code of Investment on the national jurisdiction as well as the presentation of the dispositions making a connection to the diplomas regarding the same subject.

Today, one of the major challenges of the European Union and the community policy of the state aid is the quest for a knowledge-based economy, more dynamic and competitive, capable of generating a sustainable economic growth, with more and better employment, therefore leading to a broader social cohesion. One of the aids granted by the states is the Tax Code of Investment which in Portugal's case is highlighted on article 41 of the tax incentives, which focus on the enunciated points and shows the idea that regional disparities are decreasing.



# Índice

Índice de gráficos.....	III
Índice de ilustrações .....	III
Índice de quadros.....	III
Abreviaturas.....	V
Introdução .....	1
Capítulo I – A construção Europeia, a Estratégia de Lisboa e a política dos auxílios de Estado .....	3
1. Da construção europeia à Estratégia de Lisboa .....	3
2. A Estratégia de Lisboa, pelo caminho a reestruturação da política dos auxílios de Estado .....	9
3. O princípio da incompatibilidade e as suas derrogações – O caso concreto dos auxílios estatais com finalidade regional.....	20
Capítulo II – Benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual e o Código Fiscal do Investimento .....	29
1. Benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual .....	29
2. Código Fiscal do Investimento.....	31
2.1. Disposições gerais e comuns.....	31
2.1.1. Objectivo e âmbito objectivo .....	51
2.1.2. Condições de elegibilidade.....	51
2.1.3. Procedimento da candidatura, processo e organismo fiscalizador.....	51
2.2. Benefícios fiscais ao investimento produtivo.....	51
2.2.1. Benefícios fiscais e os seus critérios de determinação.....	51
2.2.2. Aplicações relevantes e despesas elegíveis.....	51
2.2.3. Procedimentos aduaneiros.....	51
2.3. Benefícios fiscais á internacionalização.....	59
2.3.1..Benefícios fiscais, os seus critérios de determinação e as aplicações relevantes. ....	51
2.4. Regime fiscal do investidor residente não habitual.....	62
2.4.1..Eliminação da dupla tributação internacional .....	51



Conclusão .....	65
Bibliografia.....	69
Anexos.....	75
Anexo I – Códigos de Actividade Económica aplicáveis aos projectos de investimento	75
Anexo II – Produtos de pesca .....	86
Anexo III – Produtos agrícolas.....	87
Anexo IV – Produtos siderúrgicos .....	89
Anexo V - Sector das fibras sintéticas.....	91
Anexo VI – Actividades turísticas.....	91
Anexo VII – Códigos de Actividade Económica aplicáveis aos projectos de investimento directo no estrangeiro .....	92
Anexo VIII - Actividades de elevado valor acrescentado .....	93

## Índice de gráficos

Gráfico 1 - <i>De la sociedad industrial a la sociedad del conocimiento</i> .....	7
Gráfico 2 - PIB per capita em PPS (1998-2008) .....	8
Gráfico 3 - Taxa de emprego total (1998-2008).....	12
Gráfico 4 - Despesa de I&D em percentagem do PIB (1998-2008).....	14

## Índice de ilustrações

Ilustração 1 - O crescimento da produtividade e a influência na realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa.....	16
Ilustração 2 - Auxílios com finalidade regional para o período 2007-2010.....	26
Ilustração 3 - Auxílios com finalidade regional para o período 2011-2013.....	27
Ilustração 4 - Âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento por aplicação de Regulamento (CE) n.º 800/2008.....	38
Ilustração 5 - Âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento por aplicação de Regulamento (CE) n.º 1998/2006.....	40
Ilustração 6 - Candidatura e apreciação do processo.....	48

## Índice de quadros

Quadro 1 - Principais alterações previstas a nível da estrutura dos auxílios de Estado .....	19
Quadro 2 - Ajustamento aos grandes projectos de investimento.....	24
Quadro 3 - Actividades enquadradas no âmbito do Código Fiscal do Investimento .....	34
Quadro 5 - Competências do CICIFI.....	45
Quadro 4 - Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento .....	45



## Abreviaturas

**AICEP** – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

**CAE** – Código de Actividade Económica

**CDT** – Convenção para eliminar a Dupla Tributação

**CE** – Comissão Europeia

**CECA** – Comunidade Económica do Carvão e do Aço

**CFI** – Código Fiscal do Investimento

**CICIFI** – Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento

**DGAIEC** – Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

**DGCI** – Direcção-Geral dos Impostos

**EBF** – Estatuto dos Benefícios Fiscais

**GCC** – Grau de Cumprimento Contratual

**IAPMEI** – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

**IMI** – Imposto Municipal sobre Imóveis

**IMT** – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

**IRC** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

**IRS** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

**MOCDE** – Modelo e Convenção Fiscal sobre o Rendimento e o Património

**NUTS** – Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

**OAR** – Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional para o período 2007-2013

**PCT** – Pólos de Competitividade e Tecnológica

**PME** – Pequena e Média Empresa

**RFAI** – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento

**RGIC** – Regime Geral de Isenção por Categoria

**TCE** – Tratado que institui a Comunidade Europeia

**TFUE** – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

**TIC** – Tecnologia da Informação e da Comunicação

**UE** – União Europeia

**UEM** – União Económica Monetária



## Introdução

A chave para a concessão dos benefícios fiscais de natureza contratual previstos no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais encontra-se no Código Fiscal do Investimento. Este diploma apresenta-se como um período de vigência reduzido, o que de si se torna um entrave para a realização de um trabalho exaustivo. O presente propõe divulgar os factores conducentes à implementação do Código Fiscal do Investimento na jurisdição nacional, bem como a apresentação das disposições comunitárias que lhe fazem ligação e às quais o mesmo faz referência.

Assim, o presente trabalho encontra-se repartido por dois grandes capítulos. Num primeiro capítulo apresenta-se um âmbito mais comunitário em que focaliza alguns dos desafios actuais da União Europeia e também algumas medidas implementadas para os superar. Ainda neste primeiro ponto e como medida de combate aos desafios supracitados é enfatizada a política comunitária dos auxílios de Estados, nomeadamente as derrogações ao princípio da incompatibilidade dos auxílios de finalidade regional concedidos pelos Estados – alíneas a) e c) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Num segundo capítulo atende-se a um âmbito mais nacional focalizando o Código Fiscal do Investimento, as disposições que este regulamenta, fazendo ligação com as presentes nos diplomas comunitários que o mesmo acolhe.



# Capítulo I – A construção Europeia, a Estratégia de Lisboa e a política dos auxílios de Estado

## 1. Da construção europeia à Estratégia de Lisboa

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o povo europeu queria assegurar “*que tal loucura assassina e tal vaga de destruição nunca mais se repetiria*”<sup>1</sup>. Winston Churchill em Setembro de 1946, num dos seus discursos mais solenes, proferiu que era “*imperioso construir uma espécie de Estados Unidos da Europa*” capaz de assegurar e fortalecer a paz, a liberdade e o progresso económico e social<sup>2</sup>. Sucederam-se dois anos, no Congresso de Haia, enfatizou-se a necessidade da criação de uma unidade económica e política entre os povos, uma vez que nenhum território conseguiria resolver os problemas económicos com que se deparava<sup>3</sup>. Robert Schuman, na reconhecida Declaração de Schuman proferida em Maio de 1950 e pela apresentação de um plano para uma cooperação europeia – Plano Schuman, afirmou que “*a Europa não se construirá de uma só vez, nem pela concretização de um projecto global predeterminado: resultará, sim, de realizações concretas*”<sup>4</sup>. Este projecto inicialmente fundava-se na criação de uma organização que tinha por base a produção franco-alemã de carvão e aço e sobre a qual havia uma abertura para a participação de outros países da Europa<sup>5</sup>. Objectivava-se que os membros da organização possuissem condições idênticas na produção destes produtos e desta forma obter-se-ia “*uma repartição mais racional da produção ao nível mais elevado de produtividade*”<sup>6</sup>. O

---

<sup>1</sup> Cf. Europa - Uma Europa pacífica – Início da cooperação [em linha]. [Consult. 31.08.2010]. Disponível em WWW:<[URL:http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index_pt.htm)> .

<sup>2</sup> Cf. Sande, Paulo de Almeida - 60 anos de Europa: os grandes textos da construção europeia [em linha]. Lisboa: Novembro de 2008. [Consult. 06.08.2010]. Disponível na internet: [URL:https://infoeuropa.euroid.pt/opac/P9UMEETTSAD7VEJHNPSR7FVQHCB43TUJPCR1CDL54Q9R8CYCL7-72017?func=full-set-set&set\\_number=089692&set\\_entry=000001&format=999](https://infoeuropa.euroid.pt/opac/P9UMEETTSAD7VEJHNPSR7FVQHCB43TUJPCR1CDL54Q9R8CYCL7-72017?func=full-set-set&set_number=089692&set_entry=000001&format=999) . ISBN 978-972-99471-8-6, p. 15.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 28.



plano apresentado por *Robert Schuman* em 1951 apresentou resultados com assinatura entre seis Estados do tratado que veio instituir a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço<sup>7</sup>.

Na Conferência de Messina, realizada quatro anos após a assinatura do Tratado da CECA, os seis Estados propuseram partir para uma integração europeia que abrangesse toda a economia e consideravam consegui-lo “*desenvolvendo instituições comuns, procedendo à fusão progressiva das economias nacionais, à criação de um mercado comum e à harmonização progressiva das suas políticas sociais*”<sup>8</sup>.

O processo de integração de toda a economia europeia culminou na assinatura, em Março de 1957, do Tratado de Roma que veio instituir a Comunidade Económica Europeia<sup>9</sup>. A ascensão desta Comunidade projectava a promoção de um desenvolvimento económico e social harmonioso “*através da criação de um mercado comum e de uma*

---

<sup>7</sup> Esta organização como estava previsto no tratado que a instituiu foi extinta em 2002. Em resultado desta extinção procedeu-se a uma integração gradual dos sectores do carvão e aço no Tratado da Comunidade Europeia. Cf. Europa - Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA) [em linha]. 31.05.2005. [Consult. 14.05.2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/treaties\\_ecsc\\_pt.htm#>](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_ecsc_pt.htm#>).

Em harmonia com Eduardo R. Lopes Rodrigues no registo “Tratado de Lisboa e a sua Influência na Política de Concorrência, em Particular na Aplicável aos Auxílios de Estado” todos os activos e passivos foram transferidos para o orçamento da União Europeia, tendo sido criado um Fundo de Investimento do Carvão e do Aço. Cf. Rodrigues, E. R. L. (Julho de 2010). Tratado de Lisboa e a sua Influência na Política de Concorrência, em Particular na Aplicável aos Auxílios de Estado. Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha. Coimbra, Edições Almedina. Volume I: Assuntos Europeus e Integração Económica, p. 121.

<sup>8</sup> Cf. Sande, Paulo de Almeida - 60 anos de Europa: os grandes textos da construção europeia [em linha]. Lisboa: Novembro de 2008. [Consult. 06.08.2010]. Disponível na internet: [URL:https://infoeuropa.euroid.pt/opac/P9UMEETTSAD7VEJHNPSR7FVQHCB43TUJPCR1CDL54Q9R8CYCL7-72017?func=full-set-set&set\\_number=089692&set\\_entry=000001&format=999](https://infoeuropa.euroid.pt/opac/P9UMEETTSAD7VEJHNPSR7FVQHCB43TUJPCR1CDL54Q9R8CYCL7-72017?func=full-set-set&set_number=089692&set_entry=000001&format=999) . ISBN 978-972-99471-8-6, p. 36.

<sup>9</sup> O Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia na assinatura do Tratado de Maastricht em 1992 passou a designar de “Tratado que institui a Comunidade Europeia” . Pela assinatura do Tratado de Lisboa, a 13 de Dezembro de 2007, o TCE sofreu um conjunto de alterações, destacando-se a que se evidencia no n.º 1 do artigo 2.º do Tratado de Lisboa que indica a alteração da designação “Tratado que institui a Comunidade Europeia” para “Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia”. Cf. Tratado de Lisboa: C 306. Jornal Oficial da União Europeia, (17.12.2007), p. 42.

*união económica e monetária e da aplicação de políticas e acções comuns*”, conforme redacção do artigo 2.º da última versão oficial do Tratado que institui a Comunidade Europeia publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* C 321, de 29 de Dezembro de 2006<sup>10</sup>. Eduardo Lopes Rodrigues<sup>11</sup> cita que paralelamente à construção desta Comunidade era imperioso instaurar uma política comunitária de concorrência para evitar o “*exacerbamento dos nacionalismos, a exportação do desemprego, a cristalização de monopólios legais, a criação de barreiras artificiais, ou a criação de condições favoráveis ao eclodir da Guerra*” e Manuel Martins<sup>12</sup> realça a necessidade de regulamentação da concorrência, dado que esta constitui uma suprema contradição, uma vez que “*é condição de existência do mercado, é o motor do seu funcionamento; mas o funcionamento do mercado (interno) produz, ele próprio, o desaparecimento da concorrência e consequentemente do mercado que ela sustenta*” (parêntesis nosso). Actualmente, a política comunitária da concorrência encontra-se regulada nos artigos 101.º a 109.º do TFUE, aos quais corresponde os artigos 81.º a 89.º do TCE, desta faz parte integrante a política dos auxílios concedidos pelos Estados que se patenteia nos artigos 107.º a 109.º do TFUE (ex-artigos 87.º a 89.º do TCE).

António Carlos dos Santos<sup>13</sup> menciona que a instituição de auxílio de Estado “*constitui o núcleo mais original e politicamente mais sensível do sistema comunitário de defesa da concorrência*”. Esta sensibilidade atribuída aos auxílios concedidos pelos Estados vem regulada no artigo 108.º do TFUE (ex-artigo 88.º do TCE), estes são objecto de disciplina e vigilância constante a sua instituição é analisada pela Comissão Europeia a fim de averiguar a compatibilidade do auxílio com o mercado interno. Desta forma, a Comissão Europeia assume o papel de órgão interventivo que exonera os efeitos negativos provenientes da concorrência no mercado interno e ostenta um *cunho proteccionista*,

---

<sup>10</sup> Cf. Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado que institui a comunidade Europeia: C 321. *Jornal Oficial da União Europeia*, (29.06.2006), p. E/44.

<sup>11</sup> Cf. Rodrigues, Eduardo R. Lopes - Tratado de Lisboa e a sua Influência na Política de Concorrência, em Particular na Aplicável aos Auxílios de Estado. In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha. Coimbra: Edições Almedina, Julho de 2010. ISBN 978-972-40-4146-9, p. 126

<sup>12</sup> Cf. Martins, Manuel - Auxílios de Estado no direito comunitário. 1.ª edição. Cascais: Principia, Maio de 2002. ISBN 972-8500-72-6, p. 11.

<sup>13</sup> Cf. Santos, António Carlos dos - Auxílios de Estado e fiscalidade. Coimbra: Livraria Almedina, Novembro de 2003 ISBN 972-40-2059-2, p. 28.

nomeadamente na suavização dos efeitos nefastos advenientes da integração económica, incrementando nestes efeitos benéficos, sendo esta a principal orientação dos auxílios de Estado como cita António Carlos dos Santos<sup>14</sup>. Hoje, decorridos mais de cinquenta anos após o início da integração europeia, foram múltiplos os actos praticados que abrangiam a política comunitária de concorrência, apesar disso como sublinha Eduardo Lopes Rodrigues<sup>15</sup> todos eles detiveram como denominador comum o *velho mas sempre jovem Tratado de Roma*.

Actualmente na União Europeia vigora o mercado interno, que constitui a sua pedra angular<sup>16</sup>, encontrando-se praticamente concretizado<sup>17</sup>, e também, a União Económica Monetária que juntamente com o Pacto de Estabilidade e Crescimento<sup>18</sup> para além de reforçarem o mercado interno intentam o desenvolvimento de um ambiente macroeconómico não inflacionário, favorecendo condições para o crescimento económico e a criação de emprego, como enuncia a Resolução do Conselho Europeu relativa ao crescimento e ao emprego<sup>19</sup>. *Pascal Fontaine*<sup>20</sup> sublinha que a integração europeia trouxe consigo uma mais-valia, visto que agir em conjunto e falar a uma só voz constitui uma

---

<sup>14</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>15</sup> Cf. Rodrigues, Eduardo R. Lopes - Tratado de Lisboa e a sua Influência na Política de Concorrência, em Particular na Aplicável aos Auxílios de Estado. In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha. Coimbra: Edições Almedina, Julho de 2010. ISBN 978-972-40-4146-9, p. 114.

<sup>16</sup> Cf. Europa - Mercado interno [em linha]. [Consult. 10.08.2010]. Disponível em WWW: <URL:[http://europa.eu/pol/singl/index\\_pt.htm](http://europa.eu/pol/singl/index_pt.htm)> .

<sup>17</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm), § 3.

<sup>18</sup> Segundo *Pascal Fontaine* o “*pacto de estabilidade e crescimento que consiste num compromisso permanente dos Estados-Membros relativamente à manutenção da sua disciplina orçamental e torna possível a aplicação de sanções a qualquer país da área do euro cujo défice orçamental exceda os 3%*”. Cf. Fontaine, Pascal - A Europa em 12 lições [em linha]. Luxemburgo: 2007. [Consult. 19.05.2010]. Disponível na internet: [URL:http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu\\_glance/60/pt.pdf](http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_glance/60/pt.pdf) . ISBN 92-79-02876-6, p. 35.

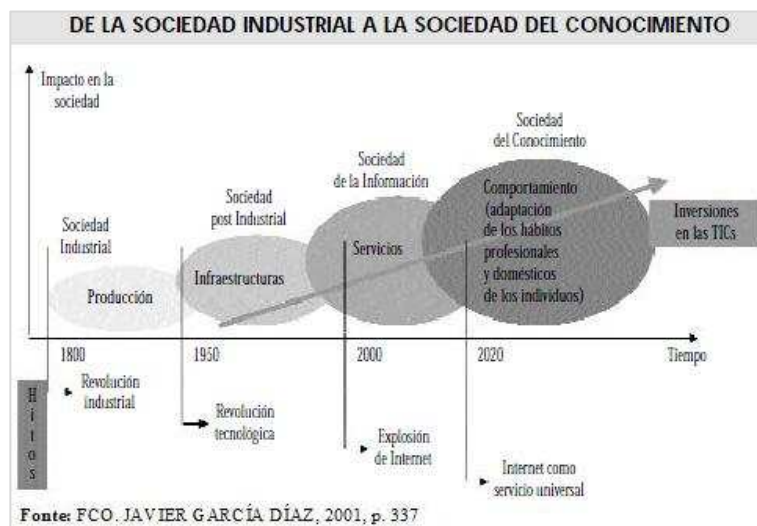
<sup>19</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Amesterdão. [em linha]. (16-17 de Junho de 1997). [Consult. 11.08.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/032h0006.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/032h0006.htm).

<sup>20</sup> Cf. *Fontaine, Pascal* - A Europa em 12 lições [em linha]. Luxemburgo: 2007. [Consult. 19.05.2010]. Disponível na internet: [URL:http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu\\_glance/60/pt.pdf](http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_glance/60/pt.pdf) . ISBN 92-79-02876-6, p. 6.

peça fundamental para a imposição da Europa na actividade económica, social e política no mundo. *O todo é maior que a soma que partes* (Max Wertheimer).

Uma Europa cada vez mais unida seria a melhor resposta aos desafios advindos do ambiente interno e externo à *nossa* Comunidade. Com o desenvolvimento do mercado interno e da UEM novos desafios foram emergindo, desafios como a globalização da economia da qual resulta uma maior interdependência entre as nações e a evolução tecnológica que favorece a crescente utilização das TIC fizeram com que o conhecimento e a inovação se transformassem na principal fonte de riqueza, mas também de diferenças das nações, das empresas e das pessoas como sublinha Maria João Rodrigues<sup>21</sup>. O conhecimento e a inovação têm assumido um papel preponderante no conceito da sociedade actual – sociedade do conhecimento. É sobre o conhecimento que assenta o desenvolvimento económico e social, o qual deve ser produzido transformado e utilizado fazendo gerar inovação e neste ponto das TIC poderão constituir um meio de auxílio à sua

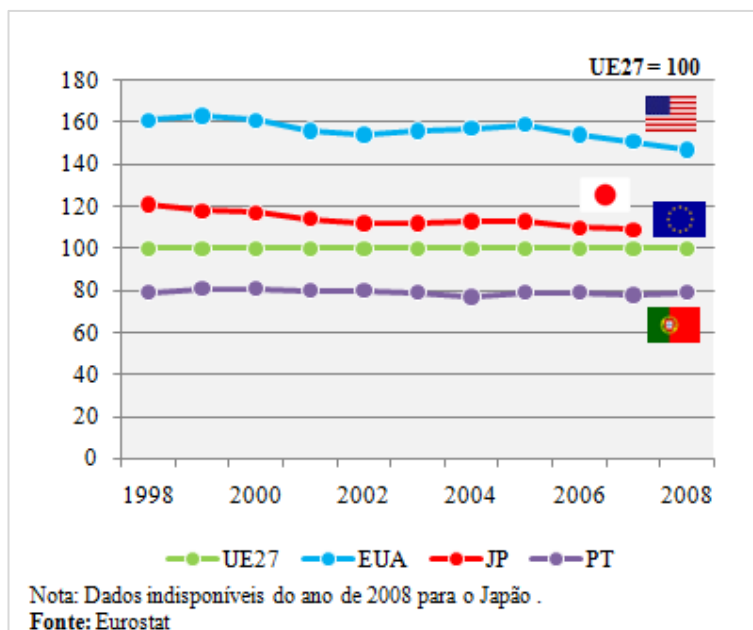
execução, como evidente no **Gráfico 1 - De la sociedad industrial a la sociedad del conocimiento** **Gráfico 1 – De la sociedad industrial a la sociedad del conocimiento**<sup>22</sup> apresentado por Fco. Javier García Díaz no artigo “Importancia y evolución del mercado de las tic”



<sup>21</sup> Cf. Rodrigues, Maria João - A Estratégia de Lisboa e as suas implicações para a reforma institucional da União Europeia: Estratégia: Portugal e a constituição Europeia, n.os 18-19. (2003). Disponível em WWW: [URL:http://www.ieei.pt/files/Estrategia\\_Lisboa\\_Reforma\\_Institucional\\_UE\\_Maria\\_Joao\\_Rodrigues.pdf](http://www.ieei.pt/files/Estrategia_Lisboa_Reforma_Institucional_UE_Maria_Joao_Rodrigues.pdf). p. 1.

<sup>22</sup> Cf. Fco. Javier García Díaz, Diego Arenas Gavilán e Jesús García Sánchez- Importancia y evolución del mercado de las TIC - Su impacto en la sociedad.: Economía Industrial n.º 137. Madrid: Centro de publicações do Ministério da ciência e da tecnologia castelhana, (2001). [Consult. 27.08.2010]. Disponível em WWW: [URL:http://www.mityc.es/Publicaciones/Publicacionesperiodicas/EconomiaIndustrial/RevistaEconomiaIndustrial/337/12.pdf](http://www.mityc.es/Publicaciones/Publicacionesperiodicas/EconomiaIndustrial/RevistaEconomiaIndustrial/337/12.pdf) . ISBN/ISSN 0422 2784, p. 337.

apresentado na revista “*Economía Industrial*”. Concomitantemente à globalização da economia e à evolução tecnológica, Maria João Rodrigues<sup>23</sup> destaca um outro desafio porém endógeno à União Europeia, este assentava no envelhecimento da população.



Em harmonia com estes factores, era chegada a hora da Europa enveredar por uma estratégia política distinta da realizada até ao momento, assistia-se a uma taxa de crescimento demasiado baixa face à dos *nossos* principais concorrentes, como apresenta o **Gráfico 2 – PIB per capita em PPS (1998-2008)**<sup>24</sup>. Maria João Rodrigues<sup>25</sup> inquiria a necessidade de “*actualizar a estratégia europeia de desenvolvimento para responder, à luz dos valores europeus, aos novos desafios decorrentes da globalização, da mudança tecnológica e do envelhecimento da população*” assumindo como principal arma de combate e de defesa o conhecimento e a inovação.

<sup>23</sup> Cf. Rodrigues, Maria João- A Estratégia de Lisboa e as suas implicações para a reforma institucional da União Europeia: Estratégia: Portugal e a constituição Europeia, n.ºs 18-19. (2003). Disponível em WWW: [URL:http://www.ieei.pt/files/Estrategia\\_Lisboa\\_Reforma\\_Institucional\\_UE\\_Maria\\_Joao\\_Rodrigues.pdf](http://www.ieei.pt/files/Estrategia_Lisboa_Reforma_Institucional_UE_Maria_Joao_Rodrigues.pdf) , p. 1.

<sup>24</sup> Cf. Eurostat- *GDP per capita in PPS*. [Consult. 13.09.2010]. Last Update Date: 11.09.2010. Disponível em WWW: [URL:http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcod=e=tsieb010](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcod=e=tsieb010) .

<sup>25</sup> Cf. Rodrigues, Maria João- A Estratégia de Lisboa e as suas implicações para a reforma institucional da União Europeia: Estratégia: Portugal e a constituição Europeia, n.ºs 18-19. (2003). Disponível em WWW: [URL:http://www.ieei.pt/files/Estrategia\\_Lisboa\\_Reforma\\_Institucional\\_UE\\_Maria\\_Joao\\_Rodrigues.pdf](http://www.ieei.pt/files/Estrategia_Lisboa_Reforma_Institucional_UE_Maria_Joao_Rodrigues.pdf) , p. 1.

## 2. A Estratégia de Lisboa, pelo caminho a reestruturação da política dos auxílios de Estado

Os líderes europeus no Conselho Europeu de Março de 2000<sup>26</sup>, decorrido em Lisboa, definiram para a União Europeia um objectivo estratégico decenal bastante ambicioso “*tornar-se na economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social*”. Em Junho de 2001, o Conselho Europeu de Gotemburgo<sup>27</sup> aliou, às já existentes dimensões económica e social, uma dimensão ambiental, a qual predisponha a implementação de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável, pela definição de medidas que permitissem lutar contra as pressões do ambiente e preservassem os recursos naturais<sup>28</sup>. No seguimento desta estratégia e com o intuito de garantir a sua melhor execução adoptou-se a todos os níveis um novo método aberto de coordenação, que definia um conjunto de orientações para o cumprimento de metas concretas com calendários específicos a concretizar por convergência dos Estados-Membros da União Europeia<sup>29</sup>.

O objectivo definido em Lisboa, como sublinha Maria João Rodrigues<sup>30</sup> não tencionava sustentar “a economia mais competitiva” mas, sim, conjugar diversas áreas de

---

<sup>26</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm), § 5.

<sup>27</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da presidência do Conselho Europeu de Gotemborg. [em linha]. (15-16 de Junho de 2001). [Consult. 15.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00200-r1.p1.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00200-r1.p1.pdf), § 20.

<sup>28</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas. [em linha]. (20-21 de Março de 2003). [Consult. 15.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf), § 53.

<sup>29</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet: [URL: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm), § 7 e 37.

<sup>30</sup> Cf. Rodrigues, Maria João- A Estratégia de Lisboa e as suas implicações para a reforma institucional da União Europeia: Estratégia: Portugal e a constituição Europeia, n.os 18-19. (2003). Disponível em WWW:

intervenção para alcançar uma combinação específica de elevada competitividade. A Comissão Europeia na comunicação “Alguns aspectos fundamentais da competitividade na Europa – Rumo a uma abordagem integrada”<sup>31</sup> define que “*a competitividade é determinada pelo crescimento da produtividade*”<sup>32</sup> e esta é vista como a *pedra de toque* para a concretização dos objectivos de Lisboa como revela o organismo supramencionado na comunicação “Política industrial na Europa alargada”<sup>33</sup>. Desta forma, e numa economia cada vez mais globalizada, qualquer vantagem competitiva conquistada (ou desperdiçada) detém um efeito decisivo para o crescimento do território como revela *Michael Kitson* e *Jonathan Michie*<sup>34</sup> e a implementação fragmentada da Estratégia de Lisboa não seria capaz de responder ao objectivo estratégico então desenhado<sup>35</sup>.

---

URL:[http://www.ieei.pt/files/Estrategia\\_Lisboa\\_Reforma\\_Institucional\\_UE\\_Maria\\_Joao\\_Rodrigues.pdf](http://www.ieei.pt/files/Estrategia_Lisboa_Reforma_Institucional_UE_Maria_Joao_Rodrigues.pdf) , p. 3.

<sup>31</sup> Cf. Europeia, Comissão - Alguns fundamentos da competitividade da Europa – Rumo a uma abordagem integrada COM (2003) 704 final. [em linha]. (21.11.2003). [Consult. 06.10.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0704:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0704:FIN:PT:PDF), p. 5.

<sup>32</sup> A produtividade está associada à capacidade da empresa em transformar os seus recursos – *inputs*, em valor económico para o mercado – *output*. O conceito de produtividade está normalmente associado à produção e transformação de bens. Não obstante, este pode ainda ser aplicado às prestações de serviços, embora seja menos comum pela dificuldade subjacente à definição dos recursos empregados a “um único serviço” e à capacidade de avaliar o número de *outputs* que o mercado se predispõe a adquirir. Cf. *Ojasolob, Christian Grönoos and Katri - Service productivity: towards a conceptualization of the transformation of inputs into economic results in services. Journal of Business Research* 57 [em linha]. (2004), p. 414 - 423. [Consult. 08.10.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.sciencedirect.com/science?\\_ob=ArticleURL&\\_udi=B6V7S-45C1WRX-2&\\_user=2459663&\\_coverDate=04%2F30%2F2004&\\_rdoc=1&\\_fmt=high&\\_orig=search&\\_origin=search&\\_sort=d&\\_docanchor=&\\_view=c&\\_acct=C000057389&\\_version=1&\\_urlVersion=0&\\_userid=2459663&\\_md5=fbe3ff00c646c1bffa43f325e8e2d88e&\\_searchtype=a](http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6V7S-45C1WRX-2&_user=2459663&_coverDate=04%2F30%2F2004&_rdoc=1&_fmt=high&_orig=search&_origin=search&_sort=d&_docanchor=&_view=c&_acct=C000057389&_version=1&_urlVersion=0&_userid=2459663&_md5=fbe3ff00c646c1bffa43f325e8e2d88e&_searchtype=a) , p. 414 e 416.

<sup>33</sup> Cf. Europeia, Comissão - Política Industrial na Europa Alargada COM(2002) 714 final. [em linha]. (11.12.2002). [Consult. 16.09.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0714:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0714:FIN:PT:PDF), p. 2.

<sup>34</sup> Cf. *Michie, Michael Kitson and Jonathan - The Political Economy of Competitiveness*. London: Routledge 2000. ISBN 0-415-20496-8, p. 21.

<sup>35</sup> Cf. Europeia, Comissão - Produtividade: a chave para a competitividade das economias e das empresas europeias COM(2002) 262 final. [em linha]. (21.05.2002). [Consult. 20.09.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0262:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0262:FIN:PT:PDF), p. 3.



O desenvolvimento de uma *economia baseada no conhecimento* veio consagrar a crescente importância que vinha sendo atribuída nos últimos anos ao papel do conhecimento e a tecnologia no crescimento económico<sup>36</sup>. Como é sublinhado pelas conclusões da presidência do Conselho Europeu de Lisboa<sup>37</sup> nas Conclusões da Presidência a passagem para uma economia baseada no conhecimento e digital, que fosse impulsionada pela incrementação de novos produtos ou serviços (ou pela incrementação de valor aos produtos ou serviços já existentes) constituiria um poderoso motor para o crescimento, a competitividade e a criação de emprego, o que permitiria uma maior coesão social.

O investimento em capital humano constituía umas das peças fundamentais para a concretização do objectivo de Lisboa e como é sublinhado nas conclusões da presidência do Conselho Europeu de Março de 2003<sup>38</sup>, este assume-se como “*condição prévia para a promoção da competitividade europeia, a consecução de elevadas taxas de crescimento e criação de empregos e a passagem para uma economia baseada no conhecimento*”. Para garantir a execução deste objectivo, o Conselho Europeu de Lisboa<sup>39</sup> havia recomendado a adaptação do sistema educativo e de formação da União Europeia com a oferta de um maior número de oportunidades de aprendizagem e de formação dos seus indivíduos nas diferentes fases da sua vida, afim de não se correr o risco de ver as suas competências ultrapassadas pela rapidez da mudança. Para além disso coexistia ainda a necessidade de maior nível e qualidade de emprego, a criação de postos de trabalho constituía uma

---

<sup>36</sup> Cf. OECD, Organisation for economic co-operation and development - The Knowledge-based Economy. [em linha]. (1996). [Consult. 28.05.2011]. Disponível na internet: [URL:http://www.oecd.org/dataoecd/51/8/1913021.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/51/8/1913021.pdf), p. 9.

<sup>37</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm), § 8.

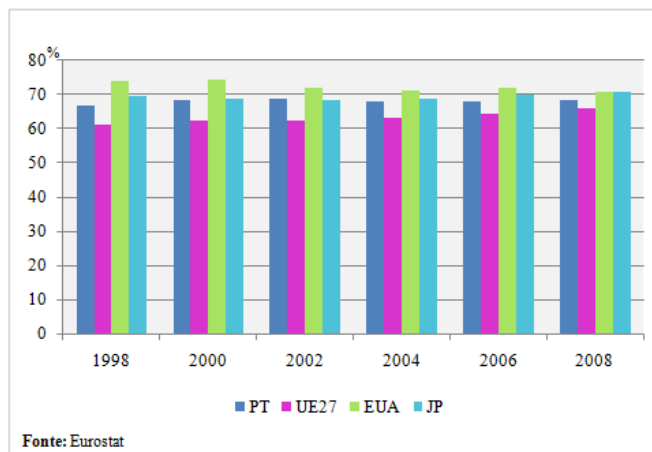
<sup>38</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas. [em linha]. (20-21 de Março de 2003). [Consult. 15.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf). § 40.

<sup>39</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm), § 25.



prioridade na União Europeia, na realização do Conselho Extraordinário sobre o emprego<sup>40</sup> em Novembro de 1997 foram “*envidados todos os esforços na luta contra o desemprego, cujo nível inaceitável ameaçava a coesão das nossas sociedades*”. Com o

intuito de obter resposta aos esforços solicitados e garantir “*mais e melhores empregos*” o Conselho Europeu de Lisboa<sup>41</sup> estabeleceu uma meta concreta para a taxa de emprego que incidia na elevação desta para uma taxa o mais próxima possível de 70% até 2010, havendo sido ainda



**Gráfico 3 - Taxa de emprego total (1998-2008)**

estabelecida pelo Conselho Europeu de Estocolmo<sup>42</sup> realizado em Março

de 2001 a meta intercalar de 67% para o ano de 2005. A empregabilidade dos cidadãos europeus constituía uma das preocupações evidentes, todavia e como demonstra o **Gráfico 3 - Taxa de emprego total (1998-2008)**<sup>43</sup>, meta desenhada constituía uma realidade praticamente inatingível na União dos 27, ficando ainda um pouco aquém dos percentuais obtidos pelos nossos principais concorrentes.

<sup>40</sup> Cf. Sande, Paulo de Almeida - 60 anos de Europa: os grandes textos da construção europeia [em linha]. Lisboa: Novembro de 2008. [Consult. 06.08.2010]. Disponível na internet: [URL:https://infoeuropa.euroid.pt/opac/P9UMEETTSAD7VEJHNPSP7FVQHCB43TUJPCR1CDL54Q9R8CYCL7-72017?func=full-set-set&set\\_number=089692&set\\_entry=000001&format=999](https://infoeuropa.euroid.pt/opac/P9UMEETTSAD7VEJHNPSP7FVQHCB43TUJPCR1CDL54Q9R8CYCL7-72017?func=full-set-set&set_number=089692&set_entry=000001&format=999) . ISBN 978-972-99471-8-6, p. 271.

<sup>41</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm) , § 30.

<sup>42</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Estocolmo. [em linha]. (23-24 de Março de 2001). [Consult. 14.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf) , § 9.

<sup>43</sup> Cf. Eurostat - Employment rate by gender; Total - %. [Consult.13.09.2010]. Last Update Date: 09.09.2010. Disponível em WWW: [URL:http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsiem010](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsiem010) .

As tecnologias da informação e da comunicação, às quais se associa o conceito de evolução tecnológica, constituíam um dos factores fundamentais para a transição para uma *economia do conhecimento*. A Comissão Europeia na comunicação “Produtividade: a chave para a competitividade das economias e das empresas europeias”<sup>44</sup> considera as TIC não só como um complemento importante para o desenvolvimento das actividades de I&D, como também as considera como inovação<sup>45</sup> e, ao mesmo tempo, como um *veículo* condutor à concepção de outras inovações. A inovação detinha um desempenho europeu demasiado fraco, nomeadamente em matéria de patentes e actividades de I&D<sup>46</sup>, desta forma e com o propósito de impedir a proliferação deste cenário e para fazer face ao défice excessivo de investimento em matéria de I&D a que se tem assistido na Europa e ao investimento realizado pelos principais parceiros económicos como apresenta no **Gráfico 4 - Despesa de I&D em percentagem do PIB (1998-2008)**<sup>47</sup>, o Conselho Europeu de Março

---

<sup>44</sup> Cf. Europeia, Comissão - Produtividade: a chave para a competitividade das economias e das empresas europeias COM(2002) 262 final. [em linha]. (21.05.2002). [Consult. 20.09.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0262:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0262:FIN:PT:PDF) , p. 7.

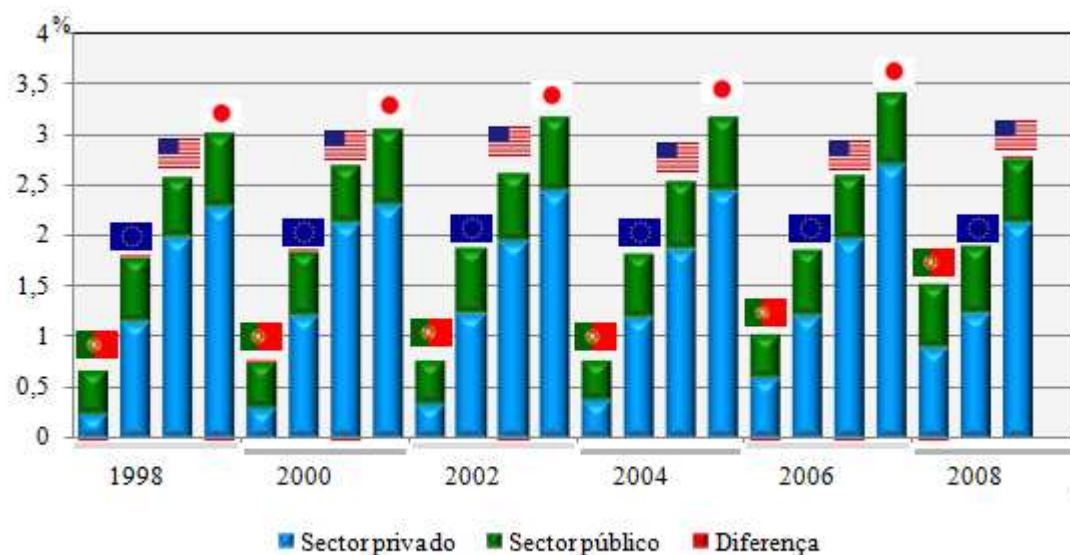
<sup>45</sup> Em harmonia com a comunicação da Comissão Europeia “Menos auxílios estatais e mais orientados: um roteiro para a reforma dos auxílios” “a inovação tem a ver com um processo que associa o conhecimento e a tecnologia à exploração das oportunidades oferecidas pelo mercado para produtos, serviços e processos empresariais novos ou melhorados (...) e que implica um certo grau de risco. Cf. Europeia, Comissão - Menos auxílios estatais e mais orientados: um roteiro para a reforma dos auxílios COM(2005) 107 final. [em linha]. (07.07.2005). [Consult. 06.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0107:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0107:FIN:PT:PDF) , § 25.

Soumodip Sarkar e Luísa Carvalho indicam que “a inovação refere-se à conjugação de um conjunto de competências, conhecimentos, recursos e qualificações para pôr em prática uma ideia no mercado de forma sustentável, que poderá ser desencadeada pela empresa internamente, por motivos relacionados com a estratégia de mercado, ou impulsionada pelos consumidores (mercado)”. Cf. Soumopid Sarkar, Luísa Carvalho - Inovação no sector dos serviços: uma nova área de investigação: Revista Encontros Científicos. Faro: Universidade do Algarve, 2006. ISBN/ISSN 1646-2408, p. 52.

<sup>46</sup> Cf. Europeia, Comissão - Política Industrial na Europa Alargada COM(2002) 714 final. [em linha]. (11.12.2002). [Consult. 16.09.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0714:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0714:FIN:PT:PDF) , p. 11.

<sup>47</sup> Cf. Eurostat - Research and development expenditure, by sectors of performance - % of GDP. [Consult. 13.09.2010]. Last Update Date: 10.09.2010. Disponível em WWW: [URL:http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcod=e=tsc00001](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcod=e=tsc00001) .

de 2002<sup>48</sup> determinou para 2010 uma meta concreta que se fundava na aplicação de aproximadamente 3% da riqueza produzida anualmente em investigação e desenvolvimento (ou seja, as despesas de I&D deveriam corresponder a 3% do PIB), devendo dois terços desse investimento provir do sector privado.



Nota: Dados indisponíveis do ano de 2008 para o Japão.

Fonte: Eurostat.

**Gráfico 4 - Despesa de I&D em percentagem do PIB (1998-2008)**

A inovação, para além de difundir uma sociedade e economia do conhecimento viria também reforçar a competitividade das empresas europeias, como revela António Pinho Cardão<sup>49</sup>, “*se é nos produtos clássicos que se sente a concorrência e são difíceis ganhos de produtividade, a solução é apostar na inovação: inovação expressa em novos produtos ou em acrescentar valor aos existentes*”, não obstante como sublinha Soumodip Sarkar e Luísa Carvalho<sup>50</sup> “*a crescente terciarização*<sup>51</sup> *da própria indústria também se*

<sup>48</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Barcelona. [em linha]. (15-16 de Março de 2002). [Consult. 12.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/71066.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/71066.pdf), § 47.

<sup>49</sup> Cf. Cardão, António Pinho - O papel do Estado na economia globalizada. Negócios online. (14.09.2010).

<sup>50</sup> Cf. Soumodip Sarkar, Luísa Carvalho - Inovação no sector dos serviços: uma nova área de investigação: Revista Encontros Científicos. Faro: Universidade do Algarve, 2006. ISBN/ISSN 1646-2408, p. 55.

<sup>51</sup> A Comissão Europeia, na comunicação “A competitividade dos serviços ligados às empresas e o seu contributo para o desempenho das empresas europeias” indica que “*a importância do sector dos serviços justifica-se pelo seu importante peso na economia (cerca de 70% do PIB da UE) e pelo crescente consumo*

*reflecte em produtos “híbridos” (...), a indústria tem vindo a acrescentar serviços aos seus produtos como estratégia de diferenciação face aos concorrentes”.*

Em conformidade com o Conselho Europeu de Lisboa<sup>52</sup>, a competitividade e o dinamismo das empresas dependem irreversivelmente da capacidade dos órgãos interventivos em desenvolver um ambiente regulador que incentive o investimento, a inovação e o espírito empresarial, desta forma envidavam-se esforços a este nível, bem como ao nível da burocracia pela redução daquela que fosse considerada desnecessária uma vez que esta se apresentava especialmente pesada para as pequenas e médias empresas<sup>53</sup>.

**A Ilustração 1 – O crescimento da produtividade e a influência na realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa** reflecte como o crescimento da produtividade constitui uma das peças fundamentais para a realização do objectivo estratégico decenal definido em Março de 2000.

---

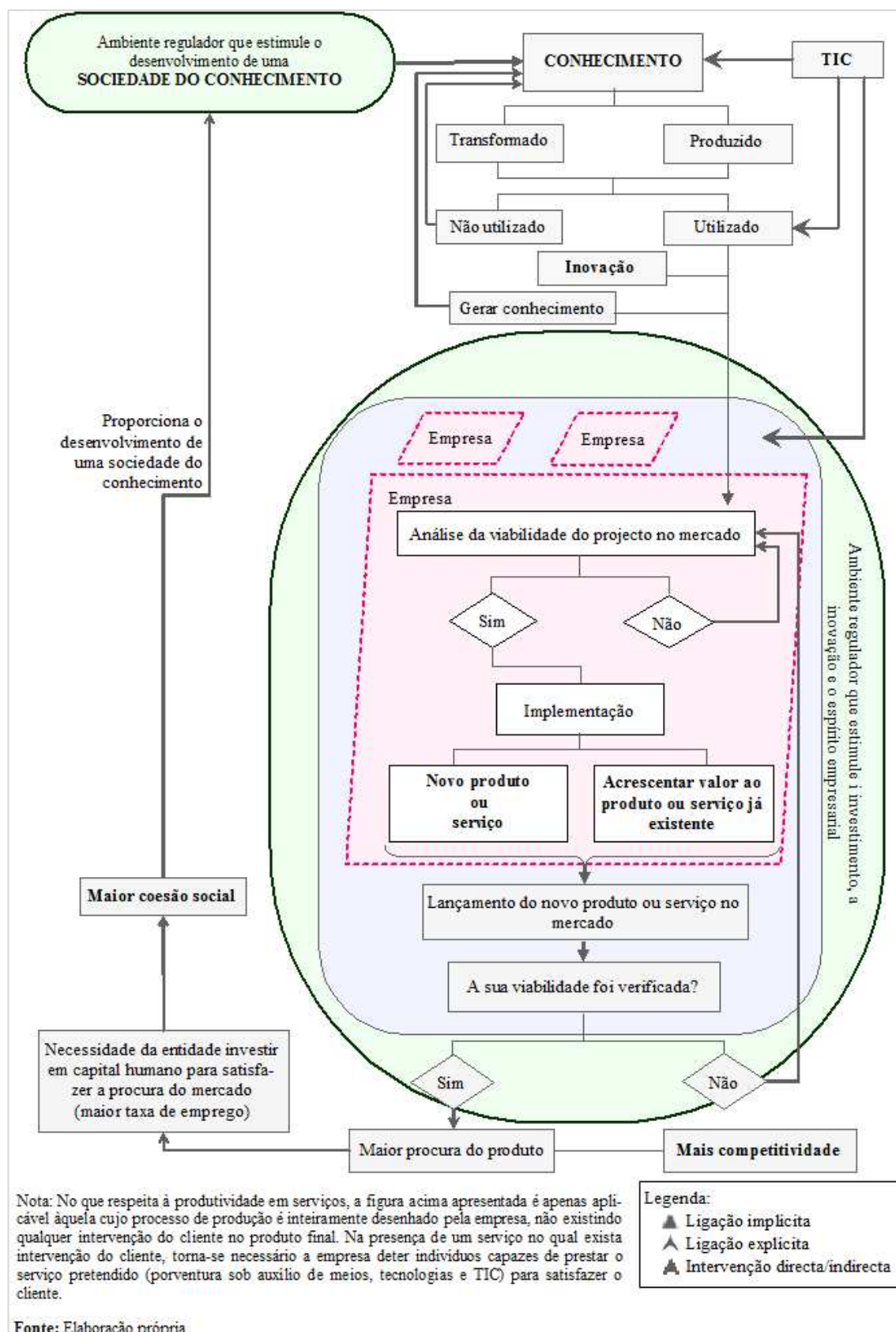
*de serviços por parte da indústria transformadora, o qual se repercute nos custos, no preço e na qualidade dos produtos transformados”.* Cf. Europeia, Comissão - Alguns fundamentos da competitividade da Europa – Rumo a uma abordagem integrada COM(2003) 704 final. [em linha]. (21.11.2003). [Consult. 06.10.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0704:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0704:FIN:PT:PDF), p. 7.

<sup>52</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm), § 14.

<sup>53</sup> Pressupõem-se como PME, a entidade que empregue menos de 250 pessoas, o seu volume de negócios anual não exceda 50.000.000 de euros ou o balanço anual não exceda 43.000.000 de euros. Cf. Recomendação da Comissão: L 124. Jornal da União Europeia, (20.05.2003), p. 39.

No ano de 2007, segundo o “*EIM Bussiness & Policy Research*” num estudo apresentado em Maio de 2009, as PME representavam aproximadamente 99,80% da economia da UE. Cf. *Research, EIM Bussiness & Policy - Study on the representativeness of business organisation for SMEs in the European Union* [em linha]. Zoetermeer: Maio de 2009. [Consult. 20.05.2010]. Disponível na internet: [URL:http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/document.cfm?action=display&doc\\_id=3042&user\\_service\\_id=1&request.id=0](http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/document.cfm?action=display&doc_id=3042&user_service_id=1&request.id=0), p. 17.

O Grupo *Mandelkern* em Novembro de 2001 tendo como base diversos estudos, indicava que o custo da burocracia estimava-se situar entre 2 a 5 % do PIB da União Europeia. Cf. *Mandelkern Grupo - Mandelkern Group on Better Regulation Final Report*. [em linha]. (13.11.2001). [Consult. 10.09.2010]. Disponível na internet: [URL:http://ec.europa.eu/governance/better\\_regulation/documents/mandelkern\\_report.pdf](http://ec.europa.eu/governance/better_regulation/documents/mandelkern_report.pdf), p. i.



**Ilustração 1 - O crescimento da produtividade e a influência na realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa**



Comutativamente aos factores já apresentados, o Conselho Europeu de Março de 2000<sup>54</sup> alertou para a necessidade de se estabelecer na União Europeia regras de aplicação claras e uniformes em matéria de concorrência e de auxílios de Estado para que as empresas pudessem prosperar e funcionar eficazmente em pé de igualdade no mercado interno e para além disso foram ainda envidados esforços para a redução do nível de auxílios de Estado e a sua reorientação para objectivos horizontais de interesse comunitário. A redução e reorientação dos auxílios de Estado foram matérias tidas em apreço em vários Conselhos Europeus da Primavera, tendo o Conselho Europeu de Março de 2001<sup>55</sup> solicitado ainda um sistema de auxílios mais transparente.

Apesar da relevância dada à política dos auxílios de Estado pelos múltiplos Conselhos Europeus nos primeiros anos de Estratégia de Lisboa e dos desenvolvimentos conseguidos, nomeadamente a adopção de um regulamento que regia as regras de aplicação dos auxílios *de minimis*<sup>56</sup> e o estabelecimento de vários regulamentos de isenção por categoria<sup>57</sup>, foi pela comunicação da Comissão dirigida ao Conselho Europeu da Primavera de 2005 “Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego – Um novo começo para a Estratégia de Lisboa”<sup>58 59</sup> que a política dos auxílios de Estado deteve uma

---

<sup>54</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm), § 16 e 17.

<sup>55</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Estocolmo. [em linha]. (23-24 de Março de 2001). [Consult. 14.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf), § 20.

<sup>56</sup> A regras relativas aos auxílios *de minimis* foram definidas no Regulamento (CE) n.º 69/2011 (JO L 10 de 13.01.2011, p. 30). Actualmente, estas encontram-se previstas no Regulamento (CE) n.º 1998/2006. O artigo 2.º deste último diploma refere que são considerados *de minimis* os auxílios que não cumprem todos os critérios estabelecidos no n.º 1 do artigo 107.º do TFUE, mas pelo cumprimento das condições aí previstas estão isentos da obrigação de notificação à Comissão Europeia nos termos processuais do artigo 108.º n.º 3 do TFUE. Cf. Regulamento (CE) n.º 1998/2006: L 379. Jornal Oficial da União Europeia, (28.12.2006), p. 8.

<sup>57</sup> Os regulamentos de isenção por categoria visam isentar da obrigação de notificação à Comissão Europeia determinadas categorias de auxílios que pelo cumprimento das condições aí especificadas são considerados compatíveis com o mercado interno.

<sup>58</sup> Cf. Europeia, Comissão - Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego - Um novo começo para a estratégia de Lisboa COM(2005) 24 final. [em linha]. (02.02.2005). [Consult. 01.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0024:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0024:FIN:PT:PDF), p.18.

maior evidência tornando-se numa das prioridades a desenvolver para a concretização de Lisboa pela execução de uma “grande reforma da política dos auxílios de Estado”, na qual Estados-Membros deveriam reduzir e reorientar os auxílios estatais de forma a estes responderem às carências do mercado em sectores com um elevado potencial de crescimento, estimulado a inovação e tomando em consideração as PME e encargos que oneram a sua actividade. Este mesmo mote foi acolhido pelo Conselho Europeu de Março de 2005<sup>60</sup>, tendo este acrescentado que relativamente aos auxílios regionais, os mesmos deveriam de favorecer o investimento e permitir a redução das disparidades regionais para se atingir os objectivos da Estratégia de Lisboa.

A “grande reforma da política dos auxílios de Estado” veio materializada na comunicação da Comissão Europeia “Menos auxílios estatais e mais orientados: um roteiro para a reforma dos auxílios estatais 2005-2009”<sup>61</sup>, a qual era apresentada como “*um documento de consulta, acompanhado de um roteiro indicativo para a reforma dos auxílios estatais a realizar entre 2005 e 2009*”. Esta reforma para além de referenciar os itens apresentados no parágrafo anterior, pretendia proceder à revisão das regras actuais, objectivando uma abordagem económica mais aprofundada, com procedimentos mais eficazes, com uma melhor aplicação e uma maior transparência e previsibilidade e que permitissem uma maior partilha de responsabilidades entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros<sup>62</sup>. Este Plano de Acção previa um conjunto de alterações na estrutura das regras relativas aos auxílios de Estado, conforme apresenta a **Quadro 1 – Principais alterações previstas a nível da estrutura dos auxílios de Estado**. Estas alterações incidiam essencialmente na revisão das orientações e enquadramentos de várias categorias de auxílios, bem como a revisão do regulamento relativo aos auxílios *de minimis* e a

---

<sup>59</sup> Esta comunicação relançou a Estratégia de Lisboa centralizando esforços em torno de um crescimento mais sólido e duradouro e de mais e melhor emprego. Os progressos que até então haviam sido efectuados não eram suficientes.

<sup>60</sup> Cf. Europeu, Conselho - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas. (22-23 de Março de 2005). [Consult. 12.05.2011]. Disponível em WWW: [URL:http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/84339.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/84339.pdf), § 23.

<sup>61</sup> Europeia, Comissão - Menos auxílios estatais e mais orientados: um roteiro para a reforma dos auxílios COM(2005) 107 final. [em linha]. (07.07.2005). [Consult. 06.04.2010]. Disponível na internet: [URL:http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0107:FIN:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0107:FIN:PT:PDF), § 2.

<sup>62</sup> *Idem*, § 18.

concentração num único diploma os vários diplomas de “isenção por categoria” vigentes. As orientações e os enquadramentos têm por definição a apresentação das disposições e critérios de determinada categoria de auxílio, os quais conduzem à apreciação da compatibilidade ou incompatibilidade do auxílio com o mercado interno, garantindo uma uniformidade dos critérios na tomada de decisão.

REGRAS RELATIVAS AOS AUXÍLIOS DE ESTADO	
ACTUAL	FUTURA
<b>Orientações, Enquadramentos, etc.</b>	<b>Orientações, Enquadramentos, etc.</b>
I&D	I&D
Auxílios regionais	Auxílios regionais
Ambiente	Ambiente
Capital de risco	Capital de risco
Grandes projectos de investimento	Emergência e reestruturação
Emergência e reestruturação	Serviços de interesse económico geral
Serviços de interesse económico geral	
<b>Isenções por categoria</b>	<b>Isenções por categoria</b>
PME (Regulamento (CE) n.º 70/2001)	Isenção geral por categoria (Regulamento (CE) n.º 800/2008): PME (Incluindo capital de risco e os auxílios a actividades inovadoras), formação, emprego, I&D, ambiente e auxílios regionais
Formação (Regulamento (CE) n.º 68/2001)	
Emprego (Regulamento (CE) n.º 2204/2002)	
Investimento dom finalidade regional (Regulamento (CE) n.º 1628/2006)	
<i>De minimis</i> (Regulamento 69/2001)	Serviços de interesse económico geral
	<i>De minimis</i> (Regulamento (CE) n.º 1998/2006)

Fonte: Adaptação da Figura 2: Principais adaptações previstas a nível de estrutura de Comunicação Menos auxílios estatais e mais orientados: um roteiro para a reforma dos auxílios de estado 2005-2009

**Quadro 1 - Principais alterações previstas a nível da estrutura dos auxílios de Estado**



### 3. O princípio da incompatibilidade e as suas derrogações – O caso concreto dos auxílios estatais com finalidade regional

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia<sup>63</sup> no n.º 1 seu artigo 107.º (ex-artigo 87.º do TCE) predispõe a existência de incompatibilidade com o mercado interno de todos os auxílios concedidos pelos Estados que derivem da concessão ou proveniência dos seus recursos estatais e que independentemente da sua forma favoreçam determinadas empresas ou produções e ainda que este falseiem ou ameacem falsear a concorrência e afectarem as trocas comerciais entre os Estados-Membros. Apesar disto, conforme indica o *Vademecum*<sup>64</sup>, o princípio da incompatibilidade não constitui uma proibição absoluta e este facto reflecte-se nos n.ºs 2 e 3 do artigo 107.º de TFUE. O n.º 2 do artigo 107.º do TFUE revela qual a natureza e os argumentos que podem conduzir à consideração de um auxílio como compatível com o mercado interno. Já o n.º 3 deste mesmo artigo vai mais longe e indica que certos auxílios concedidos pelos Estados poderão ser considerados como compatíveis com o mercado interno.

Segmentando a *nossa* análise para as alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE, como sublinha o *Vademecum*<sup>65</sup> estas alíneas “*proporcionam uma base para a aprovação de medidas de auxílio estatal destinadas a combater problemas de âmbito regional*”. A Comissão Europeia já no decorrer do ano de 1998 e dado

*“o número cada vez mais elevado de documentos deste tipo, a sua heterogeneidade e o seu escalonamento no tempo, a evolução da reflexão e da prática tanto da Comissão como dos Estados-Membros, bem como as necessidades de concentração dos auxílios e das distorções da concorrência”*<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> Cf. Versão consolidada do tratado sobre o funcionamento da União Europeia: n.º 83. Jornal da União Europeia, (30.03.2010), p. 91.

<sup>64</sup> Cf. Europeia, Direcção Geral da Concorrência da Comissão - *Vademecum* - Regras Comunitárias em Matéria de Auxílios Estatais [em linha]. 30.09.2008. [Consult. 12.05.2011]. Disponível na internet: URL: [http://ec.europa.eu/competition/state\\_aid/studies\\_reports/vademecum\\_on\\_rules\\_09\\_2008\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/competition/state_aid/studies_reports/vademecum_on_rules_09_2008_pt.pdf), p. 8.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>66</sup> Cf. Orientação relativas aos auxílios estatais com finalidade regional: C 74. Jornal Oficial da União Europeia, (10.03.1998), p. 9.

apresentou as “Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional” (JO C 74 de 10.03.1998, p. 9-31) que para além de definir os critérios que os auxílios teriam de cumprir para serem considerados como compatíveis com o mercado interno pela derrogação prevista nas alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE, estas conduziram a uma maior transparência, actualização e simplificação dos procedimentos até então existentes<sup>67</sup>. A compatibilidade dos auxílios de finalidade regional seria, assim, analisada com base nas Orientação relativas aos auxílios estatais com finalidade regional<sup>68</sup>.

Todavia, após a adopção das Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional sucedeu uma importante evolução política e económica, nomeadamente o alargamento da União Europeia em 2004 e, em 2002, o processo acelerado de integração na sequência da adopção da moeda única, o que conduziu à reapreciação das disposições vigentes<sup>69</sup>. Em resultado dessa apreciação sucederam as Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013<sup>70</sup>. Estas orientações<sup>71</sup> indicam que as alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE destinam-se a auxílios estatais que promovam o desenvolvimento de certas regiões desfavorecidas da União Europeia e que poderão ser considerados compatíveis com o mercado interno.

A Comissão Europeia nas Orientações dos auxílios com finalidade regional para o período 2007-2013<sup>72</sup> definiu um conjunto de critérios que permitiriam imputar a cada região uma derrogação, salvo quando estas não fossem aplicáveis, uma vez que o total da população das regiões elegíveis da Comunidade deveria ser substancialmente inferior à das regiões não elegíveis, ainda assim nenhum Estado-Membro deveria perder mais de 50% da cobertura da população abrangida durante o período 2000-2006. Concretizando para um nível mais abrangente, as regiões da Comunidade correspondentes a uma unidade geográfica de nível II da NUTS estavam sujeitas a uma avaliação para definir qual a derrogação aplicável. As regiões que apresentassem uma situação económica

---

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>69</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 13.

<sup>70</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 13-44.

<sup>71</sup> *Idem*, p.13.

<sup>72</sup> *Idem*, p. 15.

particularmente desfavorável relativamente ao conjunto da União Europeia ou que subsistisse uma grave situação de subemprego ser-lhes-ia aplicável a derrogação prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE<sup>73</sup>. Nos termos destas OAR<sup>74</sup>, o conceito de “situação particularmente desfavorável” é tido para regiões de nível II da NUTS que detenham um PIB *per capita* em PPS<sup>75</sup> inferior a 75% da média comunitária, todavia as regiões que se encontram dentro do âmbito do artigo 349.º do TFUE<sup>76</sup> (ex-artigo 299.º n.º 2 do TCE) independentemente do PIB *per capita* em PPS que apresentassem encontravam-se abrangidas pela derrogação prevista na alínea a) pelas desvantagens que estas próprias têm em razão do seu afastamento e das limitações específicas de integração no mercado interno<sup>77</sup>. Não obstante dos factores apresentados, sempre que de uma região de nível II da NUTS resultasse o PIB *per capita* em PPS superior a 75% da média comunitária da UE-25, no entanto inferior a 75% da média comunitária da UE-15, a região encontrava-se abrangida pelo “efeito estatístico” do alargamento<sup>78</sup>. Neste contexto e com o intuito de evitar uma alteração súbita na intensidade de auxílio a região em causa até ao termo de 2010 beneficiaria da derrogação prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE e até ao termo de 2013 a derrogação a aplicar seria determinada em 2010 pela Comissão Europeia tendo em atenção a situação da região em análise, no entanto caso não o fosse as regiões abrangidas pelo “efeito estatístico” estariam por defeito abrangidas pela alínea c) do mesmo artigo. No Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a alínea c) do n.º 3 do artigo 107.º abrange o desenvolvimento de determinadas regiões sem ter em conta o PIB *per capita* em PPS mas tendo em atenção se o auxílio afecta as trocas comerciais entre os Estados-Membros<sup>79</sup>. No que respeita à sua aplicação, esta é processada em duas fases

---

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> Em harmonia com o estabelecido no ponto 26 das OAR, o PIB *per capita* utilizado é o determinado pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias. Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 17.

<sup>76</sup> Entre outros territórios, o artigo 349.º do TFUE faz referência à Madeira e aos Açores. Cf. Versão consolidada do tratado sobre o funcionamento da União Europeia: n.º 83. Jornal da União Europeia, (30.03.2010), p. 195.

<sup>77</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 16.

<sup>78</sup> *Ibidem*.

<sup>79</sup> *Ibidem*.

distintas. Primeiramente é determinada a cobertura máxima da população para cada Estado-Membro e *a posteriori*, a selecção das regiões elegíveis para a derrogação em voga<sup>80</sup>. Ambos os critérios garantem a execução de uma política comunitária objectiva, equitativa e transparente nesta matéria (JO C 54 de 04.03.2006, p. 17). Os critérios subjacentes à avaliação das fases apresentadas anteriormente e as quais se referem à aplicação da alínea c) do n.º 3 do TFUE encontram-se identificados no ponto 3.4.1. “Determinação da cobertura da população nacional elegível” e 3.4.2. “Seleção das regiões elegíveis”, respectivamente, das Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 (JO C 54 de 04.03.2006, p. 17).

Paralelamente à identificação da derrogação aplicável a cada região em unidade geográfica de nível II da NUTS, ter-se-ia de estabelecer ao nível III da mesma nomenclatura a intensidade máxima de auxílio<sup>81</sup> para grandes empresas<sup>82</sup>. Este limite deveria estar adaptado à natureza e à intensidade dos problemas da região conforme os elementos constantes nos pontos 44 a 48 das OAR<sup>83</sup>. Quando o auxílio concedido é atribuído a pequenas empresas<sup>84</sup> a sua intensidade é majorada em 20% e em 10% quando concedidos a médias empresas<sup>85</sup>, conforme disposição do ponto 49 das OAR<sup>86</sup>. Ainda assim, quando esteja em causa a análise de um grande projecto de investimento<sup>87</sup>, a

---

<sup>80</sup> *Idem*, p.17.

<sup>81</sup> Segundo o n.º 5 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 800/2008 a intensidade máxima de auxílio corresponde ao montante do auxílio de Estado expresso em percentagem dos custos elegíveis. Cf. Regulamento (CE) n.º 800/2008: L 214. Jornal Oficial da União Europeia, (06.08.2008), p. 16.

<sup>82</sup> Pressupõem-se como grande empresa a entidade que não esteja abrangida pelo conceito de PME definido na Recomendação da Comissão de 06 de Maio de 2003 (JO L 124 de 20.05.2003, p. 36).

<sup>83</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 21.

<sup>84</sup> A Recomendação da Comissão de 06 de Maio de 2003 define como pequena empresa a entidade que empregue menos de 50 pessoas e que o seu volume de negócios ou balanço total anual não exceda 10.000.000 de euros. Cf. Recomendação da Comissão: L 124. Jornal da União Europeia, (20.05.2003), p. 39.

<sup>85</sup> A Recomendação da Comissão de 06 de Maio de 2003 define como média empresa a entidade que empregue entre 50 e 250 pessoas e que o seu volume de negócios ou balanço total anual exceda 10.000.000 de euros mas não ultrapasse os 50.000.000 de euros. *Ibidem*.

<sup>86</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 22.

<sup>87</sup> As Orientações relativas aos auxílios de finalidade regional para o período 2007-2013 define como grande projecto de investimento um único projecto que detenha uma despesa elegível superior a 50.000.000 de euros

intensidade máxima de auxílio está sujeita a um ajustamento sobre montante máximo de auxílio, conforme demonstra o **Quadro 2 – Ajustamento aos grandes projectos de investimento**, devendo ser objecto de notificação à Comissão Europeia os projectos de investimento que apresentem um montante de despesas elegíveis superior a 100.000.000 de euros<sup>88</sup>.

Despesas elegíveis (euros)	Limite máximo ajustado do auxílio
Até 50.000.000,00	100% do limite regional
Entre 50.000.000,00 e 100.000.000,00	50% do limite regional
Acima 100.000.000,00	34% do limite regional

$$\text{Montante máximo de auxílio} = R * (50 + 0,50 * B + 0,34 * C)$$

R = Limite máximo de auxílio não ajustado

B = Despesa elegível entre os 50.000.000,00 € e os 100.000.000,00 €

C = Despesa elegível superior a 100.000.000,00 €

Fonte: Adaptado do ponto 67 das Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade

#### **Quadro 2 - Ajustamento aos grandes projectos de investimento**

Em conformidade com as Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013<sup>89</sup>, os Estados-Membros beneficiariam de auxílios ao investimento com finalidade regional com base nas derrogações referidas e nos limites máximos de intensidades estabelecidos para cada região conforme os que fossem definidos no mapa dos auxílios com finalidade regional, devendo cada Estado-Membro elaborar um único mapa de auxílios com finalidade regional<sup>90</sup> notificando-o à Comissão Europeia para que esta procedesse ao seu exame e o efectivasse com a aprovação e publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*. O mapa nacional de auxílios com finalidade regional para o período de 2007-2013 foi aprovado pela Comissão Europeia a 07 de Fevereiro de 2007 e

---

e que incida sobre a criação de um novo estabelecimento, extensão de um estabelecimento já existente, a diversificação da produção (pela produção de novos produtos) ou alteração fundamental do processo de produção de um estabelecimento existente, sendo realizado por uma ou mais empresas num período de 3 anos e este seja constituído por um conjunto de activos de capital fixo economicamente indivisíveis. Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 23.

<sup>88</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 24.

<sup>89</sup> *Idem*, p. 30.

<sup>90</sup> Este mapa deve cumprir com determinadas características identificadas nas OAR, nomeadamente as identificadas nos pontos 99 e 102. Dentro destas características destaca-se a divulgação da derrogação aplicável e a intensidade máxima de auxílio. *Idem*, p. 30.

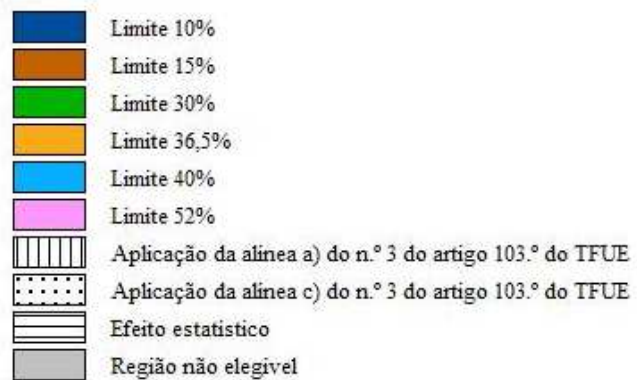
publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* C 68 de 24 de Março de 2007<sup>91</sup>. Na **Ilustração 2 – Auxílios com finalidade regional para o período 2007-2010** e na **Ilustração 3 - Auxílios com finalidade regional para o período 2011-2013** evidencia-se qual a derrogação e intensidade máxima de auxílio aplicável a cada região, bem como o período a que respeita (01.01.2007 a 31.12.2007 e 01.01.2008 a 31.12.2013,respectivamente). ▀

---

<sup>91</sup> Cf. Mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional para 1.1.2007-31.12.2013: C 68. *Jornal Oficial da União Europeia*, (24.03.2007) 26-29.

Limites máximos aplicáveis ao investimento com finalidade regional e as derrogações aplicáveis do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE para o período 2007-2010

Legenda:



Fonte: Elaboração própria

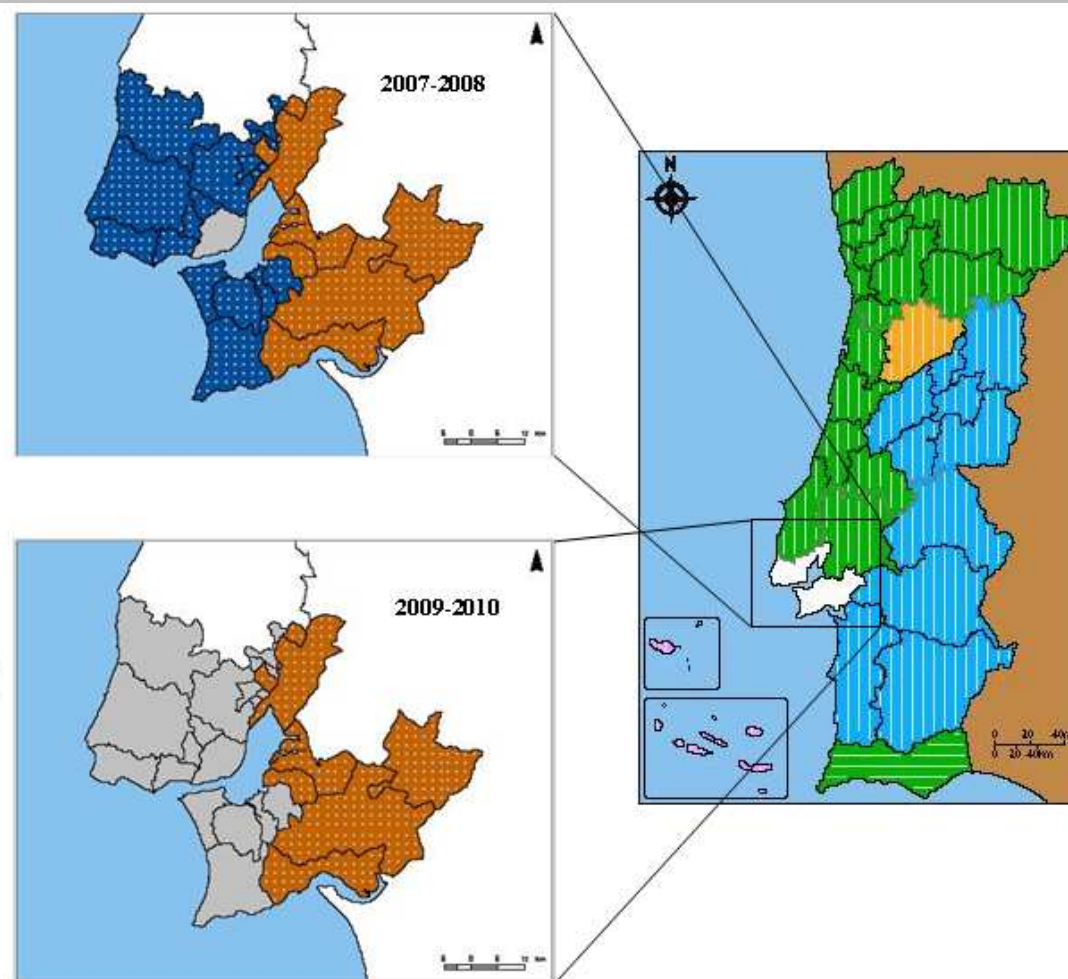











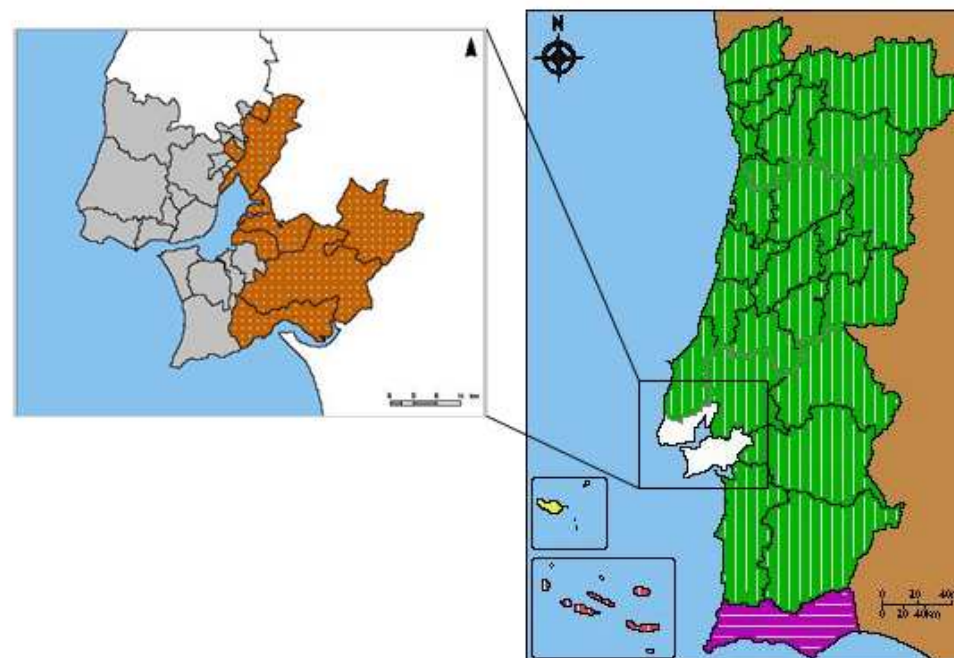
Ilustração 2 -Auxílios com finalidade regional para o período 2007-2010

**Limites máximos aos auxílios ao investimento com finalidade regional e as derrogações aplicáveis do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE para o período 2011-2013**

Legenda:

	Limite 15%
	Limite 20%
	Limite 30%
	Limite 40%
	Limite 50%
	Aplicação da alínea a) do n.º 3 do artigo 103.º do TFUE
	Aplicação da alínea c) do n.º 3 do artigo 103.º do TFUE
	Efeito estatístico
	Região não elegível

Fonte: Elaboração própria



**Ilustração 3 - Auxílios com finalidade regional para o período 2011-2013**





## Capítulo II – Benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual e o Código Fiscal do Investimento

### 1. Benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual

Uma das formas mais clássicas de intervenção estadual para a captação de investimento e de capital ou para a sua manutenção no mercado nacional resulta da política nacional de incentivos e esta assume muitas das vezes a forma incentivos<sup>92</sup> ou benefícios fiscais<sup>93</sup> ou parafiscais<sup>94</sup>, como sublinha António Carlos dos Santos<sup>95</sup>. Nuno Sá Gomes na obra “Teoria Geral dos Benefícios Fiscais”<sup>96</sup> agrega os supramencionados incentivos e benefícios fiscais na expressão “benefícios fiscais em sentido lato” considerando-os

*“como factos complexos, impeditivos do nascimento da obrigação tributária com o seu conteúdo normal, que cabem na tributação-regra, como natureza excepcional e fundamento extrafiscal, traduzindo na tutela de interesses públicos constitucionalmente relevantes superiores ao da própria tributação que impedem”*.

O mesmo autor<sup>97</sup> engloba ainda o conceito de “benefício fiscal em sentido lato” no de desagravamento fiscal em sentido amplo designando como tal

---

<sup>92</sup> A forma de incentivo fiscal como denúncia Nuno Sá Gomes na sua obra Teoria Geral dos Benefícios Fiscais são “*vantagens fiscais que pretendem ser “ante” casual de um comportamento futuro, supostamente de interesse público, que se pretende determinar e que é um post, correlativamente, face ao primeiro (benefício fiscal de natureza estática), vivendo ambos em relação causa efeito*” (parênteses nosso). Cf. Gomes, Nuno Sá - Teoria Geral dos Benefícios Fiscais: Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal (165). Lisboa: Centro de Estudos Fiscais, 1991. ISBN 972-653-129-2, p. 38.

<sup>93</sup> A forma de benefício fiscal designa as “*vantagens fiscais atribuídas a situações já consumadas*” como sublinha Nuno Sá Gomes na sua obra Teoria Geral dos Benefícios Fiscais. *Idem*, 35.

<sup>94</sup> A forma de benefícios parafiscais designa vantagens fiscais atribuídas a situações já consumadas e que detêm um destino certo.

<sup>95</sup> Cf. Santos, António Carlos dos - Auxílios de Estado e fiscalidade. Coimbra: Livraria Almedina, Novembro de 2003 ISBN 972-40-2059-2, p. 28.

<sup>96</sup> Cf. Gomes, Nuno Sá - Teoria Geral dos Benefícios Fiscais: Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal (165). Lisboa: Centro de Estudos Fiscais, 1991. ISBN 972-653-129-2, p. 77.

<sup>97</sup> *Idem*, p. 38.

*“as exclusões tributárias implícitas e expressas e todas as formas de desoneração da carga fiscal, de natureza estrutural, inerentes ao sistema, isto é, incluídas na própria tributação-regra, ao nível de incidência, de determinação da matéria colectável, da liquidação, da estrutura das taxas aplicadas, etc., quer, por outro, os benefícios fiscais (estáticos) e os estímulos fiscais (dinâmicos), da natureza excepcional”.*

A reforma fiscal de 1989 veio estabelecer novos diplomas ao nível da tributação do rendimento – rendimento sobre pessoas singulares (IRS) e rendimento sobre pessoas colectivas (IRC), e ao nível da tributação do património pela Contribuição Autárquica – actuais IMI e IMT, nos quais foram introduzidos diversos desagravamentos fiscais que assumem um carácter de “máxima permanência e estabilidade”, conforme referência apresentada no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 215/89<sup>98</sup>, diploma que aprova o Estatuto dos Benefícios Fiscais. Segundo a mesma fonte foi pela revisão do regime vigente, sobretudo dos impostos sobre o rendimento, que se aprovou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, este detém sobretudo desagravamentos fiscais de natureza excepcional cujo carácter apresenta uma menor permanência e estabilidade, e, nos Orçamentos do Estado são evidenciados os benefícios cuja finalidade seja marcadamente de natureza conjuntural ou os benefícios que requerem uma regulamentação frequente.

Nesta sequência, Maria Teresa Barbot Veiga de Faria<sup>99</sup> revelou que pela apreciação dos benefícios fiscais e do sistema de tributação-regra, ambos instituídos com a reforma fiscal de 1989, verificou-se uma deficiência de desagravamentos fiscais em matéria de investimento. Desta forma era necessário consagrar benefícios fiscais relativamente a esta, designadamente ao nível do investimento estrangeiro, dado que subsistia a possibilidade de localização alternativa do investimento. Com intuito de colmatar esta lacuna foi aditado ao Estatuto dos Benefícios Fiscais pelo Decreto-Lei n.º 95/90<sup>100</sup>, sob autorização legislativa da Lei n.º 29/89, o artigo 49.º-A denominado “Grandes projectos de investimento”. Este artigo deteve diversas alterações subsequentes, a últimas das quais sucedeu pelo Decreto-

---

<sup>98</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 215/89. - In: Fiscal. Porto, Janeiro de 2011. ISBN 978-072-0-01654-6, p. 649.

<sup>99</sup> Cf. Faria, Maria Teresa Barbot Veiga de - Estatuto dos Benefícios Fiscais - Notas explicativas. 3.ª. Lisboa: Rei dos Livros, 1995. ISBN 972-51-0217-7, p. 25.

<sup>100</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 95/90: n.º 66. Diário da República Série I, (20.03.1989) 1371-1374.

Lei n.º 249/2009<sup>101</sup>, que para além de rever os procedimentos anteriores<sup>102</sup>, veio alargar a vigência deste benefício até 31 de Dezembro de 2020, acolher as novas disposições comunitárias em matéria de auxílio de Estado, nomeadamente o Regulamento (CE) n.º 800/2008<sup>103</sup> e o Regulamento (CE) n.º 1998/2006<sup>104</sup> e ainda proceder à regulamentação em diploma autónomo dos termos, condições e procedimentos a cumprir para a concessão de benefícios fiscais ao investimento produtivo e de benefícios fiscais à internacionalização, bem como a regulamentação do regime fiscal do investidor residente não habitual. O diploma autónomo que regulamenta os factores apresentados anteriormente foi instituído no uso das funções legislativas conferidas ao Governo nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição da República Portuguesa e sob a autorização legislativa concedida nos artigos 106.º e 126.º da Lei n.º 64.º-A/2008, de 31 de Dezembro, que apresentava o Orçamento do Estado para 2009, e o qual denomina-se Código Fiscal do Investimento<sup>105</sup>.

## 2. Código Fiscal do Investimento

### 2.1. Disposições gerais e comuns

#### 2.1.1. Objectivo e âmbito objectivo

A introdução do Código Fiscal do Investimento na jurisdição nacional pretendia “*dar consagração jurídica a um novo espírito de competitividade da economia portuguesa, com o qual se pretendia estimular a economia nacional e o tecido empresarial português*”, unificar os procedimentos aplicáveis à contratualização dos benefícios fiscais,

---

<sup>101</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 249/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série (23.09.2009) 6774-6783.

<sup>102</sup> Pela revisão foram revogados pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 249/2009, o Decreto-Lei n.º 409/2009, de 15 de Outubro que regulamentava o regime dos benefícios fiscais estabelecidos nos n.º 1 a 3 do EBF e algumas disposições do Decreto-Lei n.º 401/2009, de 14 de Outubro, que regulamentava o regime dos benefícios fiscais estabelecidos nos n.º 4 a 7 do EBF. Cf. Decreto-Lei n.º 249/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série (23.09.2009) 6774-6783.

As restantes disposições deste último diploma foram revogadas pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 250/2009. Cf. Decreto-Lei n.º 250/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série, (23.09.2009) 6784-6786.

<sup>103</sup> Cf. Regulamento (CE) n.º 800/2008: L 214. Jornal Oficial da União Europeia, (06.08.2008) 3-47.

<sup>104</sup> Cf. Regulamento (CE) n.º 1998/2006: L 379. Jornal Oficial da União Europeia, (28.12.2006) 5-10.

<sup>105</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 249/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série (23.09.2009), p. 6778-6783.

condicionados e temporários, previstos no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais<sup>106</sup>, sendo estes aplicáveis aos projectos de investimento em unidades produtivas e aos projectos de investimento directo efectuado por empresas portuguesas no estrangeiro e ainda regulamentar o regime de investidor residente não habitual<sup>107</sup>. Apesar de referência feita quanto à unificação dos procedimentos aplicáveis à contratualização dos benefícios fiscais, o legislador optou por regulamentar em diploma independente as disposições materiais relativas aos benefícios fiscais contratuais à internacionalização por estes se apresentarem sob o ponto de vista comunitário como um regime de auxílio autónomo e por não se encontrarem dentro dos limites identificados no Regulamento (CE) n.º 800/2008 ou no Regulamento (CE) n.º 1998/2006, quando aplicável, como indica o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de Setembro. Os benefícios fiscais à internacionalização vieram regulamentados no Decreto-Lei n.º 250/2009<sup>108</sup>. Refira-se ainda que, a inclusão do regime fiscal do investidor residente não habitual no Código Fiscal do Investimento para Ricardo Borges e Pedro Sousa<sup>109</sup> reveste-se apenas de uma opção política de agrupar num único diploma a regulamentação relativa à atracção do investimento estrangeiro, quer seja ele efectuado por uma pessoa colectiva ou singular.

O Decreto-Lei de aprovação do Código Fiscal do Investimento, revela no seu artigo 2.º que foi

*“elaborado ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de Agosto, que aprovou o regulamento geral de isenção por categoria, excepto quando assinalado, em que foi elaborado ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios de minimis”.*

Esta menção feita dá cumprimento ao estabelecido no artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 800/2008, este revela que a abrangência pelo diploma comunitário só é tida quando os regimes façam sua referência expressa, citando o título e a referência de publicação no *Jornal Oficial da União Europeia* e que também cumpram todas as condições enunciadas

---

<sup>106</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 215/89. - In: Fiscal. Porto, Janeiro de 2011. ISBN 978-072-0-01654-6, p. 689.

<sup>107</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 249/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série (23.09.2009) 6774-6783.

<sup>108</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 250/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série, (23.09.2009) 6784-6786.

<sup>109</sup> Cf. Ricardo da Palma Borges, Pedro Ribeiro da Silva - O novo regime fiscal dos residentes não habituais: Fiscalidade - Revista de direito e gestão fiscal. Instituto Superior Gestão. Lisboa: Coimbra Editora, S.A., Outubro-Dezembro 2009. ISBN/ISSN 0874-7326, p. 17.

no Capítulo I e disposições relevantes do Capítulo II. A observância destes elementos conduziria à consideração do regime de auxílio como compatível com o mercado interno na aceção do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE e isento da obrigação de notificação à Comissão Europeia. Ao nível do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, a menção realizada no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 249/2009 dá cumprimento ao estabelecido no seu artigo 3.º. Este artigo indica que o regime de auxílio deve citar o seu título e a referência no *Jornal Oficial da União Europeia* e para além disso, como já foi referido anteriormente, os auxílios *de minimis* ao não preencherem todos os critérios estabelecidos no n.º 1 do artigo 107.º do TFUE, encontram-se isentos de obrigação de notificação à Comissão Europeia pelo cumprimento de determinadas condições, de entre as quais se destaca o montante de auxílios *de minimis* não poder exceder 200.000 de euros<sup>110</sup> por empresa durante um período de três exercícios financeiros (artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1998/2006). No que respeita à obrigação de notificação, como já foi identificado, os benefícios fiscais à internacionalização por não estarem abrangidos pelos limites definidos no Regulamento (CE) n.º 800/2008 e no Regulamento (CE) n.º 1998/2006 encontram-se sujeitos a tal procedimento, conforme define o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 250/2009, de 23 de Setembro.

Para além das disposições apresentadas nos artigos 3.ºs dos diplomas comunitários acolhidos pelo Decreto-Lei n.º 249/2009, Portugal teve de dar cumprimento ao estabelecido no artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 800/2008 que estabelece que no prazo de 20 dias úteis após a entrada em vigor do regime de auxílio, o Estado-Membro deve enviar à Comissão Europeia um resumo das informações relativas a tal medida de auxílio<sup>111</sup> para posteriormente ser publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*. O resumo relativo ao Código Fiscal do Investimento veio publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* C331 de 08 de Dezembro de 2010<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> Os auxílios *de minimis* quando concedidos ao sector dos transportes rodoviários não podem exceder 100.000 de euros durante um período de três exercícios financeiros. Cf. Regulamento (CE) n.º 1998/2006: L 379. *Jornal Oficial da União Europeia*, (28.12.2006), p. 8.

<sup>111</sup> O resumo cumpre com o formulário apresentado no Anexo III do Regulamento (CE) n.º 800/2008. Cf. Regulamento (CE) n.º 800/2008: L 214. *Jornal Oficial da União Europeia*, (06.08.2008), p. 43.

<sup>112</sup> Cf. Informações comunicadas pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 800/2008 da Comissão, que declara certas categorias de auxílios compatíveis com o

Os benefícios fiscais, tal como estabelecido no artigo 2.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais apresentam-se como medidas de carácter excepcional que tutelam interesses públicos extrafiscais relevantes. Esta conjugação vem definir o âmbito objectivo dos projectos de investimento, tendo estes de se encontrar dentro de uma das actividades evidenciadas no **Quadro 3 – Actividades enquadradas no âmbito do Código Fiscal do Investimento** e inseridos num dos CAE apresentados no **Anexo I - Códigos de Actividade Económica aplicáveis aos projectos de investimento** definidos pela Portaria n.º 1452/2009<sup>113</sup>, dando cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º do Código Fiscal do Investimento.

<b>Actividade económica</b>
Indústria extractiva e indústria transformadora
Turismo e as actividades declaradas de interesse para o turismo nos termos da legislação aplicável
Actividades e serviços informáticos e conexos
Actividades agrícolas, piscícolas, agro -pecuárias e florestais
Actividades de investigação e desenvolvimento e de alta intensidade tecnológica
Tecnologias da informação e produção de audiovisual e multimédia
Ambiente, energia e telecomunicações

#### **Quadro 3 - Actividades enquadradas no âmbito do Código Fiscal do Investimento**

Os projectos de investimento para além de se terem de encontrar dentro do âmbito objectivo apresentado anteriormente, têm também de se encontrar dentro do âmbito dos diplomas comunitários aplicáveis. O Regulamento (CE) n.º 800/2008 no seu artigo 6.º estabelece que não é aplicável a auxílios ao investimento e ao emprego a favor de PME cujo equivalente de subvenção bruto ultrapasse os 7.500.000 de euros por empresa e por projecto de investimento, desta forma dando cumprimento à redacção do artigo 2.º do Código Fiscal do Investimento, os projectos de investimento cujo montante de auxílio atribuído seja superior ao montante referido anteriormente não são abrangidos por este diploma. Salvo o aspecto apresentado anteriormente, ao nível comunitário torna-se necessário ter em atenção se o projecto de investimento se encontra abrangido pelo Regulamento (CE) n.º 800/2008 ou pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, uma vez que esta opção delimita a inclusão ou não no âmbito do Código Fiscal do Investimento.

Os projectos de investimento que se encontram abrangidos pelo Regulamento (CE) n.º 800/2008 são excluídos do âmbito objectivo do CFI, pelo n.º 2 do artigo 1.º, sempre que

---

mercado comum, em aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado (Regulamento geral de isenção por categoria) C 331. Jornal Oficial da União Europeia, (08.12.2010) 30-32.

<sup>113</sup> Cf. Portaria n.º 1452/2009: n.º 250. Diário da República 1.ª série (29.12.2009), p. 8764.

o investimento incida sobre actividades que se encontrem relacionadas com a exportação ou sempre que os projectos beneficiem a utilização de produtos importados em detrimento de produtos nacionais. Para além dos elementos referidos anteriormente podem ainda ser excluídos do âmbito objectivo de aplicação do Código Fiscal do Investimento outros projectos de investimento. Desta forma, quando estejam em causa projectos de investimento do sector das pescas e aquicultura que tenham por base a produção dos produtos evidenciados no **Anexo II – Produtos de pesca**, estes são excluídos do âmbito do CFI por não se encontrarem abrangidos pelo RGIC, conforme alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º e também pelas OAR por estas remeterem para instrumentos jurídicos específicos<sup>114</sup>. Já os projectos de investimento que incidam sobre a produção primária dos produtos evidenciados no **Anexo III – Produtos agrícolas** são excluídos do âmbito de aplicação do Regulamento (CE) n.º 800/2008 pela alínea b) do n.º 3 do artigo 1.º e portanto não são susceptíveis da concessão dos benefícios fiscais previstos no artigo 41.º do EBF. As Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional para o período de 2007-2013 também excluem do seu âmbito de aplicação a produção um conjunto de produtos agrícolas, mas inclui a transformação dos mesmos, salvo medida prevista nas Orientações comunitárias para os auxílios estatais no sector agrícola<sup>115</sup>. Os produtos abrangidos pelas Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional para o período de 2007-2013 encontram-se abrangidos no anexo referido anteriormente. No que respeita a projectos de investimento dos sectores siderúrgico e de fibras sintéticas em que sobre estes incida os produtos indexados no **Anexo IV – Produtos siderúrgicos** ou nas actividades previstas no **Anexo V – Sector das fibras sintéticas**, respectivamente, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 800/2008 n.º 3 alíneas e) e g) do artigo 1.º terão de ser notificados à Comissão Europeia uma vez que estes são excluídos do âmbito de aplicação do RGIC e também do âmbito das Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional para o

---

<sup>114</sup> Neste sector o instrumento jurídico específico trata-se das “Directrizes para o exame dos auxílios estatais no sector das pescas e aquicultura” e estas indicam que as OAR não são aplicáveis ao sector das pescas e aquicultura. Cf. Directrizes para o exame dos auxílios estatais no sector das pescas e da aquicultura: C 84. Jornal Oficial da União Europeia, (03.04.2008), p. 13.

<sup>115</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 14.



período de 2007-2013<sup>116</sup>. Esta notificação à Comissão Europeia exclui o projecto de investimento do âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento. De igual modo ficam também excluídos da concessão dos benefícios fiscais previstos no artigo 41.º do EBF por aplicação do disposto no ponto 8 das OAR, os projectos de investimento inseridos no sector do carvão quando sobre eles vigorem “*carvões de alto, médio ou baixo grau da classe “A” e “B” conforme classificação estabelecida pela Comissão Europeia e apresentada no sistema internacional de classificação dos carvões*”<sup>117</sup>. O Regulamento (CE) n.º 800/2008 exclui ainda do seu âmbito de aplicação pelo artigo 1.º n.º 3 alínea f) os auxílios com finalidade regional a favor das actividades ligadas ao sector da construção naval e, pelo artigo 1.º n.º 4 do RGIC, todos os sectores de actividade económica do domínio da indústria transformadora ou dos serviços, salvo as actividades turísticas conforme definidas no **Anexo VI – Actividades turísticas** (artigo 1.º n.º 4 do RGIC). A exclusão do âmbito deste diploma comunitário conduz ao mesmo efeito no âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento. Para além dos elementos apresentados anteriormente, as Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013<sup>118</sup> indicam que é necessário ter em atenção os sectores de actividade que detêm regras específicas, uma vez que estas poderão derrogar as próprias OAR excluindo o projecto de investimento do âmbito do diploma e por conseguinte do Código Fiscal do Investimento.

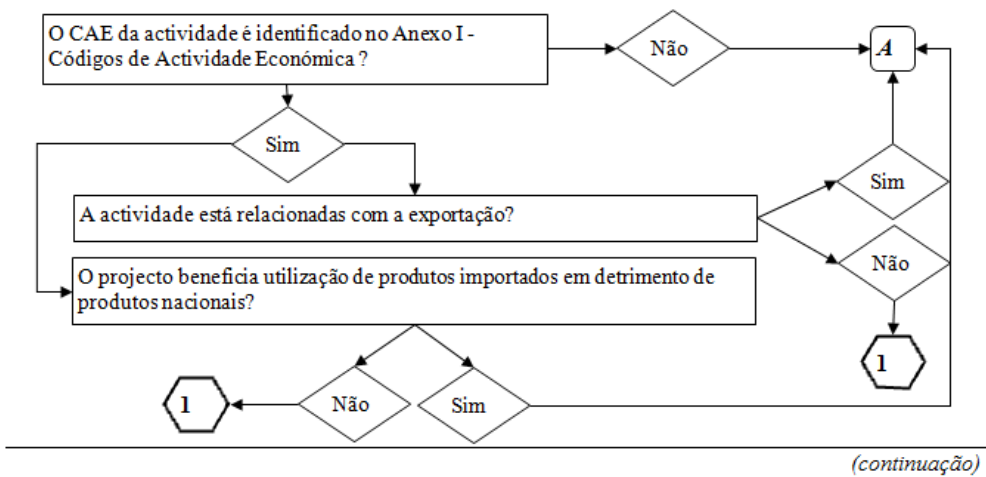
Deste modo e tendo em atenção os elementos apresentados anteriormente procede-se à esquematização, através da **Ilustração 4 – Âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento por aplicação de Regulamento (CE) n.º 800/2008** do âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento pela aplicação do Regulamento (CE) n.º 800/2008.

---

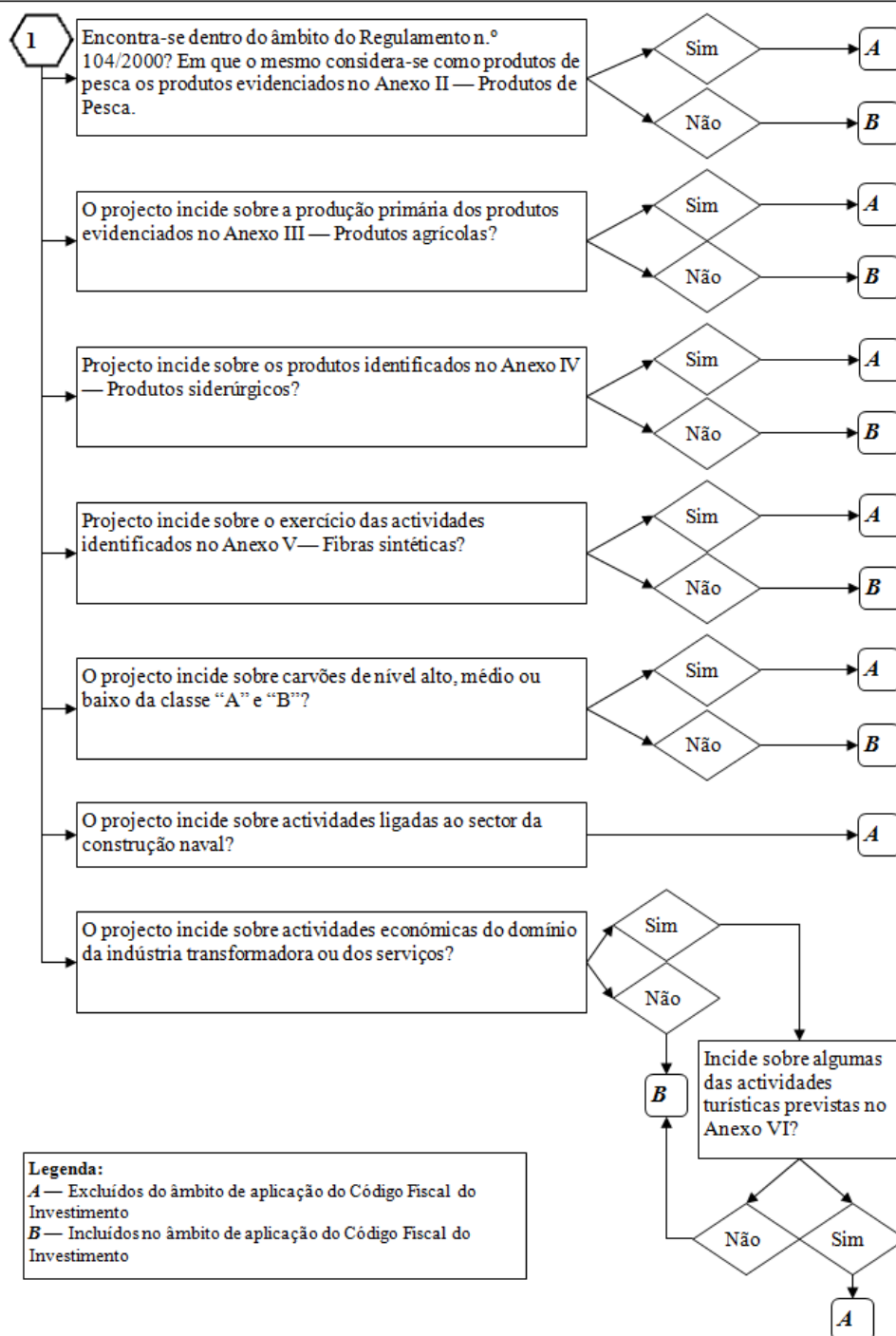
<sup>116</sup> *Ibidem*.

<sup>117</sup> As Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional para o período 2007-2013 estabelecem que a indústria do carvão está sujeita a regras especiais previstas em instrumentos jurídicos específicos. Ainda assim, a Decisão do Conselho 16229/1/10 REV 1 marca a transição da aplicação de regras específicas sectoriais na indústria do carvão para a aplicação das regras gerais. Cf. Decisão do Conselho 16229/1/10 REV 1. Conselho da União Europeia, 09.12.2010. [Consult. 20-10-2011]. Disponível em WWW:URL:<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st16/st16229-re01.pt10.pdf>, p. 2

<sup>118</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 14.



(continuação)



Fonte: Elaboração própria

**Ilustração 4 - Âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento por aplicação de Regulamento (CE) n.º 800/2008<sup>119</sup>**

<sup>119</sup> Esta ilustração não dispensa a consulta do texto apresentado anteriormente.

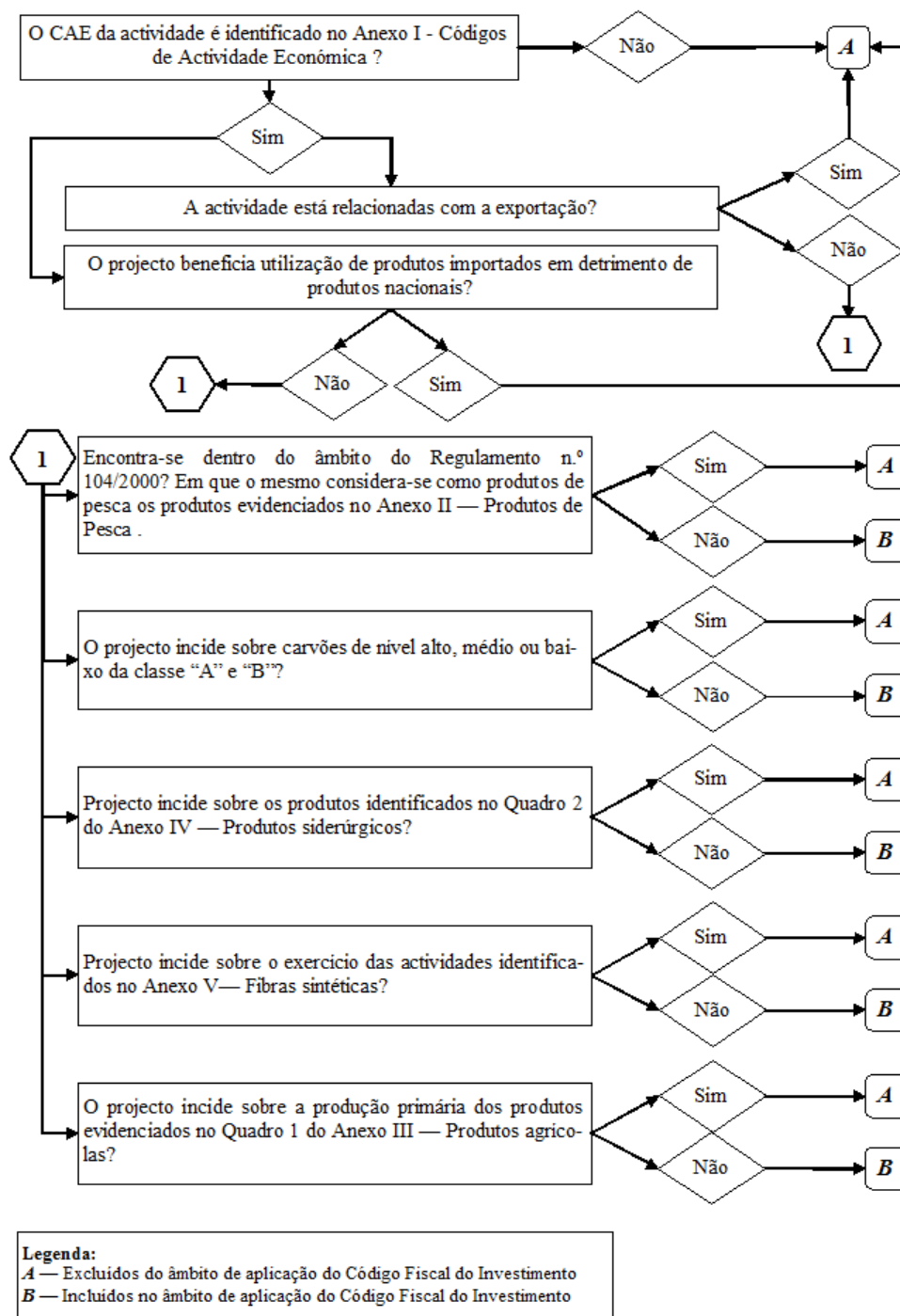
Na presença de projectos de investimento abrangidos pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, são excluídos do âmbito de aplicação do Código Fiscal do Investimento os auxílios concedidos a actividades relacionadas com a exportação e os auxílios que beneficiem a utilização de produtos importados em detrimento de produtos nacionais, como dispõe o artigo 1.º n.º 1 alíneas d) e e) do Regulamento (CE) n.º 1998/2006 (JO L 379 de 28.12.2006, p. 8). A nível sectorial, tal como no Regulamento (CE) n.º 800/2008, existem determinados projectos que podem ser excluídos do âmbito de aplicação do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, e consequentemente do Código Fiscal do Investimento. Desta forma, os auxílios concedidos às actividades abrangidas pelo sector das pescas e aquicultura que tenham por base a produção dos produtos evidenciados no **Anexo II – Produtos de pesca** e os auxílios concedidos às actividades do sector do carvão conforme definição apresentada no parágrafo anterior são excluídos do âmbito do Regulamento (CE) n.º 1998/2006 pelo seu artigo 1.º n.º 1 alínea a) e f). No que respeita a projectos de investimento do sector siderúrgico sobre os quais incida os produtos indexados no **Quadro 2 do Anexo IV – Produtos siderúrgicos** e, também no que respeita, a projectos de investimento do sector de fibras sintéticas que detenham alguma das actividades previstas no **Anexo V – Sector das fibras sintéticas**, estes são excluídos do âmbito das OAR pelo seu ponto 8 e consequentemente do Regulamento (CE) n.º 1998/2006. Diferente do que é aplicável no Regulamento (CE) n.º 800/2008 detemos o sector agrícola, sendo que nestes casos o Regulamento (CE) n.º 1998/2006 pelo seu artigo 1.º n.º 1 alínea b) exclui apenas do seu âmbito de aplicação os produtos evidenciados no **Quadro 1 do Anexo III – Produtos agrícolas**. Ainda assim, tal como já definido anteriormente, as Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 indicam que é necessário ter em atenção os sectores de actividade que detêm regras específicas, uma vez que estas poderão derrogar as próprias OAR e excluir o projecto de investimento do âmbito objectivo do regulamento relativo aos auxílios *de minimis* e por conseguinte do Código Fiscal do Investimento<sup>120</sup>.

Deste modo, e tendo em atenção os elementos apresentados anteriormente, procede-se à esquematização, através da **Ilustração 5 – Âmbito objectivo do Código Fiscal do**

---

<sup>120</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 14.

**Investimento por aplicação de Regulamento (CE) n.º 1998/2006** o âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento quando aplicável o Regulamento (CE) n.º 1998/2006.



Fonte: Elaboração própria

**Ilustração 5 - Âmbito objectivo do Código Fiscal do Investimento por aplicação de Regulamento (CE) n.º 1998/2006<sup>121</sup>**

<sup>121</sup> Esta ilustração não dispensa a consulta do texto apresentado anteriormente.

Para além do âmbito objectivo apresentado anteriormente e que é aplicável a todos os projectos de investimento abrangidos pelo artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, o legislador estabeleceu algumas especificidades.

No que respeita a projectos de investimento em unidades produtivas podem ainda concorrer à concessão dos incentivos fiscais previstos no n.º 2 do artigo 41.º do EBF os projectos de investimento de qualquer actividade económica desde que, sob proposta devidamente fundamentada ao CICIFI, como esclarece o n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 1452/2009, o promotor demonstre a alta intensidade tecnológica que está subjacente ao seu projecto de investimento.

No tocante aos projectos de investimento directo no estrangeiro, o legislador optou por garantir um nível de actividades mais abrangente agregando às já definidas para todos os projectos de investimento aquelas que estão associadas aos pólos de competitividade e tecnologia<sup>122</sup> (PCT), ligadas à construção de edifícios, obras públicas e actividades de arquitectura e de engenharia conexas à construção dos mesmos e, também as actividades de transporte e logística, como definido no artigo 2.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 250/2009, de 23 de Setembro. Assim, como havia sido efectuado para as outras actividades económicas, a Portaria n.º 1452/2009 definiu os CAE aplicáveis a cada um dos sectores. Os códigos de actividade económica aplicáveis ao nível da construção de edifícios, obras públicas e actividades de arquitectura e de engenharia conexas à construção dos mesmos e, também, ao nível do sector de transportes e logística encontram-se definidos no **Anexo VII – Código de Actividade Económica aplicáveis aos projectos de investimento directo no estrangeiro**, sendo necessário atender às regras específicas comunitárias aplicáveis às actividades abrangidas pelo sector dos transportes como estabelece o ponto 8 das Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013<sup>123</sup>. Já associadas aos pólos de competitividade e tecnologias estariam abrangidas pelo

---

<sup>122</sup> “Os pólos de competitividade e tecnologia assumem uma forte orientação para os mercados e visibilidade internacional e o programa de acção está fortemente ancorado em actividades com elevado conteúdo de I&DT, inovação e conhecimento”. Cf. Competitividade, Compete – Programa operacional dos factores de - Reconhecimento e dinamização de pólos de competitividade e tecnologia e clusters [em linha]. [Consult. 30.10.2011]. Disponível em WWW: [URL:http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compet/polos-e-clusters](http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compet/polos-e-clusters) .

<sup>123</sup> Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 14.

CFI outras actividades económicas desde que os seus projectos de investimento estivessem inseridos em pólos de competitividade e tecnologia reconhecidos pelo Governo e mediante proposta fundamentada do CICIFI, devendo ter sido primeiro obtida confirmação da entidade gestora de pólos de competitividade e tecnologia relativamente ao alinhamento com o plano de acção, como estabelece a alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 1452/2009, de 29 do Dezembro.

Nos projectos de investimento directo no estrangeiro, apesar do seu âmbito mais alargado ao nível das actividades económicas o legislador decretou que são excluídos dos incentivos previstos no n.º 5 do artigo 41.º do EBF os projectos de investimento cuja localização se site em países, territórios ou regiões que apresentem um regime fiscal claramente mais favorável, conforme os previstos na Portaria n.º 292/2011<sup>124</sup>, como dispõe o artigo 22.º n.º 1 alínea c) do CFI. O legislador acrescenta ainda no n.º 7 do artigo 41.º do EBF que a entidade promotora de projectos de investimento directo no estrangeiro terá de estar abrangida no conceito de PME<sup>125</sup> quando a realização do investimento esteja prevista para outro Estado-Membro.

### 2.1.2. Condições de elegibilidade

Para a concessão dos benefícios fiscais previstos no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais os projectos de investimento, para além de se terem de encontrar dentro do âmbito objectivo nacional e comunitário dos diplomas a que o Decreto-Lei n.º 249/2009 se refere, os seus promotores têm ainda de atender ao cumprimento de um conjunto de condições cumulativas definidas no Código Fiscal do Investimento. Desta forma, para que haja elegibilidade do projecto de investimento o seu promotor, como apresenta o artigo 3.º do CFI, tem de gozar de capacidade técnica e de gestão, cumprir com as regras de

---

<sup>124</sup> Cf. Portaria n.º 292/2011: n.º 214. Diário da República 1.ª série (08.11.2011) 4788-4789.

<sup>125</sup> Em conformidade com as disposições presentes na Recomendação da Comissão de 06 de Maio de 2003 considera-se uma pequena e média empresa a entidade que empregue menos de 250 pessoas, o seu volume de negócios anual não exceda 50.000.000 de euros ou o balanço anual não exceda 43.000.000 de euros. Cf. Recomendação da Comissão: L 124. Jornal da União Europeia, (20.05.2003), p. 39.

A mesma definição de pequena e média empresa foi acolhida na jurisdição nacional pelo Decreto-Lei n.º 372/2007. Cf. Decreto-Lei n.º 372/2007: n.º 213. Diário da República 1.ª série, (06.11.2007), p. 8080.

contratação pública e dos normativos nacionais e comunitários em matéria de ambiente, igualdade de oportunidade e concorrência, tem de possuir uma situação fiscal e contributiva regularizada, não podendo o seu lucro tributável ser determinado por métodos indirectos. A entidade promotora tem ainda de possuir a sua contabilidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e outras disposições legais, devendo esta estar adaptada às análises requeridas para apreciação e acompanhamento do projecto, nomeadamente para verificação do cumprimento dos objectivos e metas definidos pelo promotor no contrato para a concessão dos benefícios fiscais. Nesta matéria, o artigo 10.º n.º 2 do Regulamento (CE) n.º 800/2008, estabelece que os Estados-Membros devem garantir a conservação dos dossiês pormenorizados dos auxílios que foram atribuídos ao abrigo do regulamento, devendo estes ser conservados por um período de 10 anos após a concessão do último auxílio. Os dossiês segundo a mesma fonte devem deter a informações que demonstrem o montante exacto dos custos elegíveis e as informações relevantes que evidenciam o cumprimento das condições previstas no Regime Geral de Isenção por Categoria.

Para garantir a concessão dos benefícios fiscais previstos no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, quer o promotor quer o projecto de investimento têm de apresentar uma situação financeira equilibrada a qual, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do CFI<sup>126</sup>, corresponde a uma autonomia financeira igual ou superior a 20 pontos percentuais. A autonomia financeira é determinada de acordo com os princípios definidos no Sistema de Normalização Contabilística e resulta do coeficiente entre o capital próprio e o total do activo líquido. No capital próprio, de acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do CFI, podem ser reconhecidos os suprimentos ou empréstimos concedidos pelos sócios/accionistas, desde que à data da assinatura do contrato de concessão dos benefícios fiscais os mesmos constem no capital social a entidade promotora do projecto de investimento. Esta autonomia financeira, quando aplicável aos projectos de investimento em unidades produtivas está sujeita à verificação anual através dos balanços de encerramento<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> O legislador remete a determinação da situação financeira para o n.º 2 do artigo 3.º do CFI. Porém e dado o contexto, pressupõem-se que este deveria ter remetido para o n.º 3 do mesmo artigo.

<sup>127</sup> Cf. Contrato Fiscal do Investimento - Minuta base. Documento confidencial, por isso não susceptível de divulgação.



Os promotores do projecto de investimento segundo o artigo 3.º n.º 1 alínea f) do Código Fiscal do Investimento têm ainda de efectuar uma contribuição financeira igual ou superior a 25% dos custos elegíveis do projecto, não podendo destes deter qualquer apoio público. O Regulamento (CE) n.º 800/2008 no seu artigo 13.º n.º 6 estabelece esta mesma condição quando se trata de auxílios concedidos com base nos custos de investimento em activos corpóreos<sup>128</sup> e incorpóreos<sup>129</sup>, conforme o entendimento comunitário destes elementos. Quando, ao projecto de investimento, susceptível de concessão dos benefícios fiscais previstos no n.º 2 do artigo 41.º do EBF esteja atribuído algum apoio público ou qualquer elemento que tenha de ser ou foi objecto de notificação à Comissão Europeia, todo o projecto de investimento terá de o ser, conforme estabelece no artigo 21.º do Código Fiscal do Investimento.

### 2.1.3. Procedimento da candidatura, o processo e o organismo fiscalizador

Para garantir a uniformidade, a simplificação na contratualização dos diferentes projectos de investimento e ainda a igualdade de juízos de valores o legislador no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 249/2009 ordenou a criação do Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento. Este organismo é presidido por um representante do Ministério das Finanças e da Administração Pública e integra também um representante de cada uma das seguintes instituições: AICEP, IAPMEI, DGCI e DGAIEC. O Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento foi nomeado no

---

<sup>128</sup> As Orientações relativas aos Auxílios com finalidade Regional para o período 2007-2013 entendem por “«activos corpóreos» os activos relacionados com terrenos, edifícios e instalações/maquinaria. No caso da aquisição de um estabelecimento, apenas devem ser tomados em consideração os custos da aquisição de activos a terceiros, desde que a operação tenha sido realizada em condições de mercado”. Cf. Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006), p. 19.

<sup>129</sup> As Orientações relativas aos Auxílios com finalidade Regional para o período 2007-2013 entendem por “«activos incorpóreos» os activos resultantes da transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patente, licenças, saber-fazer ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente”. Cf. *Ibidem*.

Organismo	Representante
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Mestre Guilherme Waldemar Goulão dos Reis de Oliveira Martins
AICEP	Licenciado Luis Florindo
IAPMEI	Prof. Doutor Miguel Jorge de Campos Cruz
DGCI	Licenciada Helena Maria Ferreira Guerra
DGAIEC	Licenciada Maria de Lurdes Mesquita Vieira

Fonte: Despacho n.º 1005/2010, de 15 de Janeiro de 2010 (D.R. 2.ª Série n.º 10 de 15.01.2010)

#### **Quadro 4 - Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento**

Despacho n.º 1005/2010<sup>130</sup> e este integra os membros apresentados no **Quadro 4 – Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento**. Aos nomeados cabe a execução das competências evidenciadas no **Quadro 5 – Competências do CICIFI** sem que haja quaisquer abonos ou remunerações sobre o seu exercício, como designa o artigo 5.º n.º 4 do Código Fiscal do Investimento. Aliada às competências apresentadas e quando respeita a projectos de investimento directo no estrangeiro cabe também ao CICIFI, como define o artigo 1.º n.º 3 da Portaria n.º 1452/2009 apresentar sob proposta devidamente fundamentada os projectos que estejam inseridos em PCT e que incidam sobre actividades não abrangidas pelo âmbito objectivo. Refira-se que, apesar das funções exercidas pelo CICIFI o artigo 10.º do CFI denuncia que a DGCI não deixa de exercer as suas próprias competências.

Competências
- Acompanhamento da aplicação do Código Fiscal do Investimento
- Avaliação prévia da candidatura apresentada pelo promotor
- Verificação do cumprimento das condições de acesso e de elegibilidade dos projectos
- Pronúncia sobre o interesse do projecto quanto aos objectivos visados pelos benefícios fiscais
- Avaliação das aplicações relevantes
- Avaliação do enquadramento dos projectos de investimento, não estando vinculado a quaisquer medições prefixadas de mérito, para além do disposto no CFI
- Análise do processo e remessa da proposta para aprovação nos termos do artigo 9.º do CFI
- Emissão de parecer quanto à matéria relativa aos benefícios fiscais
- Verificação do cumprimento dos contratos de concessão de benefícios fiscais ao investimento pelos promotores

Fonte: Artigo 5.º n.º 1 do Código Fiscal do Investimento

#### **Quadro 5 - Competências do CICIFI**

A apresentação da candidatura aos benefícios fiscais previstos no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos termos definidos pelo artigo 8.º n.ºs 1 e 2 do CFI é efectuada por via electrónica à AICEP ou ao IAPMEI consoante as disposições do

<sup>130</sup> Cf. Despacho n.º 1005/2010; n.º 10. Diário da República 2.ª série (15.01.2010) 2167.

Decreto-Lei n.º 203/2003<sup>131</sup>. Este diploma estabelece que a AICEP apenas contratualiza apoios e incentivos que incidam sobre “grandes projectos de investimento”, sendo considerados como tal segundo o seu artigo 1.º n.º 2 aqueles cujo valor exceda 25.000.000 de euros que seja para realizar de uma só vez ou faseadamente até três anos, ou quando não atingindo o valor supramencionado a facturação anual consolidada da entidade promotora seja superior a 75.000.000 de euros ou ainda, a entidade promotora seja do tipo não empresarial e detenha um orçamento anual superior a 40.000.000 de euros. Desta forma e conforme apresenta o artigo 8.º n.º 1 do CFI, a entidade promotora abrangida pelas disposições apresentadas anteriormente deve entregar a sua candidatura da junto da AICEP e nos restantes casos junto do IAPMEI, salvo quando se trate de candidaturas aos benefícios fiscais com vista à internacionalização caso em que estas devem ser apresentadas junto da AICEP.

No processo de candidatura a entidade promotora terá de evidenciar um conjunto de elementos dos quais se destaca a selecção dos benefícios fiscais a que se candidata, desta forma quando respeita a projectos de investimento em unidades produtivas na requisição da isenção ou redução do IMI ou do IMT relativamente aos prédios/imóveis utilizados/adquiridos para no âmbito da sua actividade desenvolver o projecto de investimento, a entidade promotora deve agregar ao processo da candidatura uma declaração de aceitação dos benefícios fiscais em causa emitida pelo órgão municipal competente, conforme estabelece o artigo 7.º do Código Fiscal do Investimento<sup>132</sup>.

Pela entrega da candidatura ao organismo competente este procede à avaliação prévia de acordo com artigo 6.º n.º 1 do Código Fiscal do Investimento. Nesta fase pelo disposto no artigo 6.º n.º 4 do CFI, a AICEP ou o IAPMEI averigua sumariamente a elegibilidade do projecto no sistema de incentivos em causa, tendo que no prazo de 5 dias úteis após a recepção da candidatura emitir ao CICIFI um parecer sobre a avaliação prévia. O promotor do projecto de investimento segundo o n.º 4 do artigo 8.º do CFI, é conhecedor do resultado desta fase até 10 dias úteis após a apresentação da candidatura. Quando o resultado da avaliação prévia se apresentar positivo as despesas contidas no projecto de

---

<sup>131</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 203/2003: n.º 209. Diário da República, série I - A, (10.09.2003) 5932-5935.

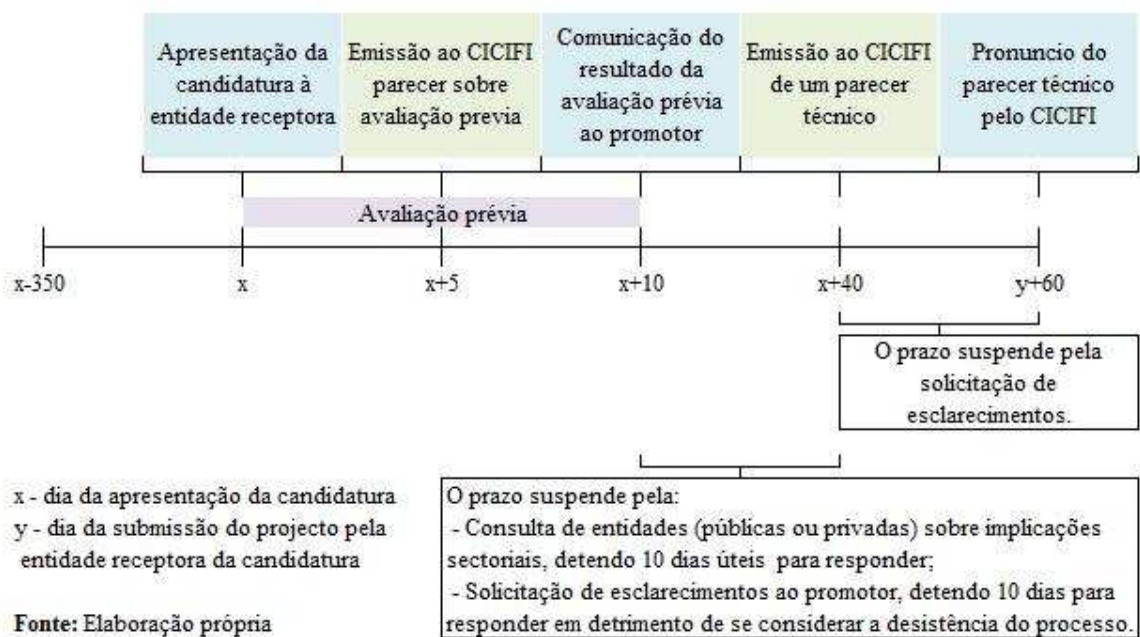
<sup>132</sup> A aceitação por parte do órgão municipal como estabelece o artigo 7.º n.º 1 do CFI está condicionada às disposições presentes na Lei n.º 169/99 publicada no Diário da República I série A n.º 219, de 18 de Setembro, e demais legislação aplicável.

investimento podem ser elegíveis, todavia ainda não está garantida a concessão de apoios nem que as despesas realizadas sejam consideradas como elegíveis, salvo os estudos directamente relacionados com o projecto de investimento desde que realizados à menos de um ano a contar da data de notificação da avaliação prévia, conforme disposição do artigo 6.º n.ºs 2 e 3 do Código Fiscal do Investimento.

Posteriormente e tal como define o artigo 8.º n.º 5 do Código Fiscal do Investimento a entidade receptora do projecto de investimento detém até 40 dias úteis após a apresentação da candidatura para emitir um parecer técnico ao CICIFI. No decorrer deste prazo, segundo o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do CFI, a AICEP ou o IAPMEI submete o processo e procede à apreciação do mesmo, no entanto o referido prazo suspende sempre que haja implicações sectoriais sobre as quais devam ser consultadas entidades públicas ou privadas, detendo estas 10 dias úteis para responder à consulta efectuada e também suspende quando a entidade promotora seja solicitada a prestar esclarecimentos, tendo esta de se pronunciar num prazo de 10 dias úteis sob pena de se considerar a desistência da candidatura aos benefícios fiscais.

O Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento após a submissão do processo pela entidade receptora do projecto de investimento detém 60 dias úteis para se pronunciar sobre o mesmo, não obstante a solicitação de esclarecimentos adicionais implica a suspensão do referido prazo, como estabelece o artigo 8.º n.ºs 6 e 7 do Código Fiscal do Investimento.

Sucintamente, o processo que decorre entre a apresentação da candidatura e a apreciação do processo apresenta-se figurado na **Ilustração 6 – Candidatura e apreciação do processo**.



#### Ilustração 6 - Candidatura e apreciação do processo

A concessão dos benefícios fiscais que se encontram previstos no artigo 41.º do EBF, tal como indica a sua epígrafe – “benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual”, está sujeita à celebração de um contrato. Esta concessão de acordo com os n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º do CFI é contratualizada e aprovada por resolução do Conselho de Ministros, estando ainda sujeita à aprovação do Governo, por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia, quando o contrato apresente um montante superior a 250.000 de euros e inferior a 2.500.000 de euros. Em harmonia com o artigo 9.º n.º 2 do CFI, o contrato de concessão dos benefícios fiscais é estabelecido entre o promotor do projecto de investimento e o Estado Português, representado pela entidade receptora da candidatura. Neste contrato constam os objectivos e metas a cumprir pelo promotor, bem como os benefícios fiscais a conceder podendo o período de vigência ir até 10 anos a contar da data da conclusão do projecto de investimento, como define o artigo 9.º n.º 1 do CFI. Aliando estes elementos verifica-se a existência de uma diferença temporal entre a data da assinatura do contrato para a concessão dos benefícios fiscais e a conclusão do projecto de investimento, neste espaço cabe à AICEP, ao IAPMEI e ao CICIFI, sem prejuízo das competências da DGCI como já foi referido anteriormente, acompanhar o projecto, garantindo o cumprimento dos objectivos e condições aí estabelecidos, conforme referencia o artigo 7.º do EBF por remissão do n.º 2 do artigo 10.º do Código Fiscal do Investimento.

O contrato de concessão dos benefícios fiscais de acordo com o artigo 9.º n.º 4 do CFI pode ser aditado e quando deste facto não ocorra um aumento do benefício ou da intensidade de auxílio, este é aprovado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia.

No acompanhamento do projecto de investimento podem ocorrer factos que indiquem a resolução do contrato, nomeadamente e como estabelece o artigo 13.º do CFI a prestação de informações falsas, a viciação dos dados fornecidos para a apreciação e acompanhamento do projecto, o não cumprimento atempado das obrigações fiscais e contributivas do promotor ou o incumprimento dos objectivos e obrigações estabelecidos no contrato por causa imputável à entidade promotora do projecto de investimento. Desta forma e como estabelece o artigo 11.º n.º 1 do CFI, sempre que o Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento entenda que estão criadas condições susceptíveis à resolução do contrato celebrado, este deve comunicar tal situação ao promotor do projecto de investimento detendo este último um prazo de 30 dias para delegar esclarecimentos. A decisão sobre o processo referido atrás, como dispõe o artigo 11.º n.º 2 do CFI, acontece 60 dias após a entrega dos esclarecimentos pela entidade promotora ao CICIFI e apresenta-se sob forma de relatório fundamentado o qual, se for caso disso, propõe a resolução do contrato. Como indica o n.º 1 do artigo 13.º do CFI, a proposta de resolução do contrato é efectivada por resolução do Conselho de Ministro.

Quando da decisão do Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento resulte a resolução do contrato o artigo 14.º do CFI indica que a entidade promotora perde o direito à totalidade dos benefícios fiscais concedidos desde a data de aprovação do referido acto. Esta decisão implica a entrega pela entidade promotora ao Estado Português das receitas fiscais por si não arrecadadas<sup>133</sup>, estando estas acrescidas de juros compensatórios nos termos do artigo 35.º da LGT e quando esta acção não for executada num prazo de 30 dias após a comunicação da resolução do contrato há lugar à

---

<sup>133</sup> Em harmonia com o Jesuíno Alcântara Martins, Coordenador da Formação segmentada da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas realizada entre os dias 20-24 de Setembro de 2010, “*esta obrigação decorre directamente da resolução do contrato de concessão de benefícios fiscais e tem fundamento na circunstância do prazo para o exercício do direito à liquidação do imposto*”. A mesma fonte indica que a alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º da LGT denuncia a suspensão do prazo desde o início do benefício fiscal até à resolução do contrato. Cf. Martins, Jesuíno Alcântara- Código Fiscal do Investimento - SEG 2310: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. 2010.

instauração de um procedimento executivo, como denúncia o artigo 14.º do Código Fiscal do Investimento.

Ao invés, pela procura da não resolução de contratos qualquer uma das partes pode recorrer à sua renegociação quando ocorram factos que possam alterar significativamente os objectivos e condições a que as mesmas se propuseram cumprir, devendo ser efectuados os procedimentos como se de um novo projecto se tratasse, como estabelece o n.º 2 do artigo 12.º do Código Fiscal do Investimento.

Segundo as disposições apresentadas anteriormente, um dos factores que pode conduzir à resolução do contrato incide sobre o não cumprimento dos objectivos e metas traçadas. Desta forma, o n.º 2 do artigo 13.º do CFI enuncia um indicador que avalia o grau cumprimento dessas metas e objectivos designando-o como Grau de Cumprimento Contratual. Quando se esteja sob análise projectos de investimento em unidades produtivas, o GCC é validado sob a fórmula apresentada abaixo e tem por base os objectivos desenhados no projecto<sup>134</sup>. Nesta, o  $x_i$  evidencia os objectivos estabelecidos no contrato, o  $\beta_i$  assume um factor de ponderação do

impacto macroeconómico de  $x_i$  e  $x'_i$  o valor efectivo do objectivo  $i$  reportado a um determinado período de tempo. Quando do cálculo do grau de cumprimento

$$GCC = \sum_{i=1...n} \beta_i \times \left( \frac{x'_i}{x_i} \right)$$

contratual resulte uma percentagem igual ou superior a 90%, os objectivos do contrato consideram-se cumpridos conduzindo assim à atribuição do montante máximo de auxílio concedido à entidade promotora<sup>135</sup>. Caso do cálculo do GCC resulte numa percentagem entre os 70% e os 90%, considera-se que os objectivos foram parcialmente cumpridos havendo lugar a um ajustamento ao benefício fiscal máximo atribuído<sup>136</sup>. Este ajustamento varia em função da proporção entre a pontuação obtida em cada momento da verificação e a pontuação desejável<sup>137</sup>. Quando do grau de cumprimento contratual resulte uma percentagem inferior a 70%, o CICIFI pode propor ao promotor a resolução do contrato, seguindo-se os trâmites do processo já apresentado<sup>138</sup>.

---

<sup>134</sup> Cf. Contrato Fiscal do Investimento - Minuta base. Documento confidencial, por isso não susceptível de divulgação.

<sup>135</sup> *Ibidem*.

<sup>136</sup> *Ibidem*.

<sup>137</sup> *Ibidem*.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

## 2.2. Benefícios fiscais ao investimento produtivo

Os benefícios fiscais ao investimento produtivo são atribuídos a projectos de investimento em unidades produtivas de montante igual ou superior a 5.000.000 de euros que induzam a criação ou manutenção de postos de trabalho, proporcionem a impulsão da inovação tecnológica e da investigação científica nacional, devendo estes contribuir ainda para a redução das assimetrias regionais e para o desenvolvimento dos sectores de actividade considerados de interesse estratégico para a economia nacional, segundo o artigo 41.º do EBF e artigo 15.º do Código Fiscal do Investimento.

Estes projectos de investimento pelas disposições presentes no artigo 15.º do Código Fiscal do Investimento e pelo aposto ao ponto 34 das OAR têm ainda apresentar viabilidade técnica, económica, financeira e estão condicionados a projectos de investimento inicial em activos corpóreos e incorpóreos que induzam a criação de um novo estabelecimento, a extensão de um estabelecimento já existente, a diversificação da produção de um estabelecimento para o desenvolvimento de produtos adicionais ou a alteração do processo global de produção de um estabelecimento já existente.

Pela concessão dos benefícios fiscais previstos no n.º 2 do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a entidade promotora do projecto de investimento tem de celebrar um acordo prévio de preços de transferência como estabelece o artigo 20.º do CFI, este garante que as transacções são efectuadas a preços de mercado.

### 2.2.1. Benefícios fiscais e os seus critérios de determinação

A entidade promotora do projecto de investimento pode candidatar-se aos incentivos fiscais definidos no n.º 2 do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e de igual modo no artigo 16.º n.º 1 do CFI, contudo o artigo 41.º n.º 3 do EBF estabelece estes não são cumuláveis com outros benefícios da mesma natureza que possam ser atribuídos ao projecto de investimento. Na selecção dos incentivos fiscais, a opção do promotor pode recair sobre a isenção ou redução dos impostos sobre o património, separadamente ou em conjunto, quando devidos pela utilização/aquisição de prédios/imóveis para no âmbito da



sua actividade desenvolver o projecto de investimento, a isenção ou redução do imposto do selo devido nos actos e contratos celebrados para a concretização do projecto de investimento ou ainda sobre o crédito de imposto.

No que respeita ao crédito de imposto e de acordo com o artigo 16.º n.º 1 do Código Fiscal do Investimento, o montante é determinado com base nas aplicações relevantes realizadas numa percentagem compreendida entre os 10% e os 20%. Este montante nos termos do artigo 16.º n.º 1 alínea a) e n.º 2 do CFI é deduzido colecta e é efectuada no exercício em que as aplicações relevantes foram efectivamente realizadas, ou quando não o possam ser, a dedução deverá acontecer até ao termo da vigência do contrato de concessão dos benefícios fiscais. Refira-se que o montante a deduzir ao montante apurado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 90.º do CIRC encontra-se limitado nos projectos de investimento em sociedades já existentes, este não pode exceder o maior dos valores entre os 25% do benefício fiscal concedido e os 50% da colecta apurada no exercício, salvo se limite diferente for contratualizado como estabelece o artigo 16.º n.º 3 alínea b) do CFI. No entanto, a alínea a) do número e artigo supracitado indica que pela criação da empresa a dedução pode ser concretizada até ao total da colecta apurada no exercício.

Para garantir a transparência associada ao regime de auxílios, cumprindo com estabelecido do artigo 5.º n.º 1 do Regulamento (CE) n.º 800/2008, o Código Fiscal do Investimento no seu artigo 17.º enuncia um conjunto de critérios que permitem quantificar o benefício fiscal a atribuir. Desta feita, o artigo 17.º n.ºs 1 e 3 do CFI menciona que o benefício fiscal total a conceder à entidade promotora do projecto de investimento corresponde a 10% das aplicações relevantes efectivamente realizadas, coexistindo ainda determinados critérios que podem majorar, cumulativamente, esta percentagem. Segundo o n.º 2 do artigo 17.º do CFI os 10% apresentados anteriormente podem ser majorados em 5% quando a região beneficiária do projecto de investimento, na data de apresentação da candidatura, apresente um índice *per capita* de poder de compra inferior à média nacional obtida nos dois últimos apuramentos anuais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.). A percentagem inicial, em harmonia como o expresso no artigo 17.º n.º 2 alínea c) do CFI, pode ser ainda majorada até 5% quando pela apreciação do projecto, este revele uma contribuição importante para a inovação tecnológica, a protecção do ambiente, a valorização da produção de origem nacional ou comunitária, o

desenvolvimento e revitalização das PME nacionais ou a interacção com instituições relevantes do sistema científico nacional<sup>139</sup>. Para além das majorações já apresentadas, pode ainda ser atribuída uma majoração até 5% quando o projecto proporcione a criação ou manutenção de postos de trabalho até ao final da vigência do contrato, sendo atribuída uma majoração de 1% por cada 50 postos de trabalho criados ou mantidos como revela o artigo 17.º n.º 2 alínea b) do CFI. Na apreciação do projecto de investimento, quando lhe seja reconhecida relevância excepcional para a economia nacional pode-lhe ainda ser atribuída uma majoração até 5%, através de resolução do Conselho de Ministros, não podendo no entanto exceder o limite de 20% das aplicações relevantes, conforme denuncia o artigo 17.º n.º 4 do Código Fiscal do Investimento.

O Regulamento (CE) n.º 800/2008 no seu artigo 13.º n.ºs 2 e 3 estabelece que os auxílios abrangidos por este diploma devem ser concedidos conforme o mapa dos auxílios com finalidade regional aprovado para o Estado-Membro em questão para o período 2007-2013, não devendo a intensidade exceder o limiar vigente na data da concessão do auxílio. Deste modo refira-se que a percentagem obtida nos critérios de determinação dos benefícios fiscais apresentados anteriormente não podem exceder a referenciada no mapa de auxílios com finalidade regional tendo subjacente a data da concessão do benefício fiscal e a região beneficiária do auxílio. Quando esteja em causa um grande projecto de investimento a percentagem referida no mapa deverá ser ajustada conforme disposição apresentada no ponto 67 das OAR e exibida no **Quadro 2 - Ajustamento aos grandes projectos de investimento**. O mapa dos auxílios com finalidade regional para o período 2007-2013, como já foi referido anteriormente, foi aprovado pela Comissão Europeia a 07 de Fevereiro de 2007, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* C 68 de 24 de Março de 2007<sup>140</sup>. A Lei n.º 10/2009<sup>141</sup> no âmbito do RFAI, acolheu este mapa de auxílio, encontrando-se o mesmo exibido nas **Ilustrações 2 e 3 “ Auxílios com finalidade regional para o período 2007-2010”** e **“Auxílios com finalidade regional para o**

---

<sup>139</sup> Consideram-se como instituições relevantes do sistema científico nacional as Instituições de Ensino Superior, Laboratórios do Estado, Laboratórios associados e outras instituições de I&D e empresas com actividade de I&D.

<sup>140</sup> Cf. Mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional para 1.1.2007-31.12.2013: C 68. *Jornal Oficial da União Europeia*, (24.03.2007) 26-29.

<sup>141</sup> Cf. Lei n.º 10/2009: n.º 48. *Diário da República* 1.ª série (10.03.2009) 1585-1601.

**período 2011-2013**”, respectivamente<sup>142</sup>. Refira-se que os limites apresentados no mapa dos auxílios com finalidade regional para o período 2007-2013 são os aplicáveis aos auxílios concedidos a grandes empresas. Quando a concessão do auxílio seja efectuada a pequenas empresas o limite apresentado é majorado em 20% e quando efectuada a médias empresas o limite é majorado em 10%. Nos auxílios concedidos a favor de grandes projectos de investimento, o limite em causa não pode ser majorado, como estabelece o n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 800/2008.

## 2.2.2. Aplicações relevantes e despesas elegíveis

A totalidade do investimento afecto ao projecto pode não ser considerado como elegível para efeitos de determinação do benefício fiscal. Assim, para o cálculo das despesas elegíveis/aplicações relevantes consideram-se um conjunto de elementos que se encontram devidamente identificados no Código Fiscal do Investimento. Esta definição concreta das aplicações relevantes permite garantir uma maior uniformidade na quantificação do benefício fiscal a atribuir aos diferentes projectos de investimento.

Para a determinação do benefício fiscal a atribuir consideram-se como aplicações relevantes as despesas associadas a activos corpóreos e incorpóreos e outras despesas quando afectas à realização do projecto. A elegibilidade destas despesas apenas é reconhecida quando todas as condições que lhes são imputadas são cumpridas.

No âmbito do conceito de aplicações relevantes, de acordo com o n.º 3 do artigo 18.º do CFI, ficam desde logo excluídos os investimentos realizados sobre equipamentos usados<sup>143</sup> e investimento de substituição<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> Relativamente ao acolhimento do mapa de auxílios com finalidade regional para o período 2007-2013 referido no artigo 2.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 249/2009, aguarda-se a sua publicação.

<sup>143</sup> O Regulamento (CE) n.º 800/2008, no n.º 7 do artigo 13.º, revela que as PME poderão adquirir equipamentos usados, ficando apenas sujeitas à aquisição de equipamentos novos as entidades de não cumpram os requisitos de pequena e média empresa.

<sup>144</sup> O CFI por se tratar de um regime de auxílios calculado com base em activos corpóreos e incorpóreos e que incide sobre projectos de investimento inicial. O ponto 34 das OAR indica que são excluídos do conceito

Ao nível dos activos corpóreos são considerados como elegíveis para determinação do montante de aplicações relevantes todos os activos adquiridos pelo promotor que digam respeito a terrenos, edifícios e instalações/maquinarias que estejam afectos à realização do projecto excepto, os terrenos quando estes estejam inseridos em projectos de investimento apresentados por entidades do sector da indústria extractiva e esses se destinem à exploração de concessões minerais, águas de mesa e medicinais, bem como pedreiras, barreiras e areiros como esclarece o artigo 18.º n.º 1 alínea a) e subalínea *i*) do Código Fiscal do Investimento. Neste contexto, pelo estabelecido no artigo 18 n.º 1 alínea a) subalínea *ii*), *iii*) e *iv*) do CFI ficam também excluídos do conceito de activos corpóreos os edifícios e outras construções que não se encontrem directamente afectos ao projecto de investimento ou às actividades administrativas essenciais, assim como o mobiliário, os artigos de conforto ou decoração e as viaturas ligeiras, mistas ou outro material de transporte no montante que o dispêndio ultrapasse 20% do total das aplicações relevantes. Os equipamentos sociais, excepto aqueles a que o promotor está obrigado a possuir por imposição legal são, também, excluídos do conceito de activo corpóreo, assim como outros bens de investimento que não estejam directa ou imprescindivelmente afectos à actividade da empresa, salvo os equipamentos produtivos aos quais seja reconhecido interesse industrial e ambiental que pela sua utilização se destinem, para fins económicos, aos resíduos resultantes do processo de transformação produtiva e de consumo nacional, conforme indica o artigo 18.º n.º 1 alínea a) subalínea *v*) e *vi*) do Código Fiscal do Investimento. Os activos corpóreos podem ser adquiridos em regime de locação financeira, porém apenas são considerados como elegíveis quando a entidade promotora exerça a opção de compra durante o período de vigência do contrato de concessão dos benefícios fiscais, como estabelece o n.º 2 do artigo 18.º do CFI <sup>145</sup>. Os custos relacionados com este contrato como reconhece o artigo 13.º n.º 7 do Regulamento (CE) n.º 800/2008 podem ser considerados como elegíveis desde que o referido acto preveja a obrigação de aquisição do activo no seu termo, salvo quando se trate de terrenos e imóveis. Nestes casos e segundo a fonte apresentada anteriormente, os custos associados à locação financeira podem ser

---

de investimento de substituição qualquer elemento que não satisfaça alguma das condições previstas nos conceitos de investimento inicial, activos corpóreos e incorpóreos.

<sup>145</sup> O Regulamento (CE) n.º 800/2008, no n.º 7 do seu artigo 13.º, não limita a aplicação dos contratos de locação financeira aos activos corpóreos.

elegíveis se o referido acto deter uma duração mínima de 5 anos após a data de conclusão do projecto de investimento, ou 3 anos quando o locatário seja considerado pequena e média empresa.

Os activos incorpóreos para que sejam considerados como elegíveis no projecto de investimento, em conformidade com a alínea c) do artigo 18.º do CFI e com o artigo 12.º n.º 2 do Regulamento (CE) n.º 800/2008, têm de ser considerados activos amortizáveis, adquiridos em condições de mercado<sup>146</sup>, a sua utilização deve ser exclusiva do promotor do projecto de investimento e o activo deve ainda constar nos registos da empresa por um período mínimo de 5 anos, ou, no caso de ser pequena e média empresa 3 anos. Em harmonia com o entendimento comunitário dado ao conceito de activos incorpóreos e tendo em atenção as condições apresentadas anteriormente consideram-se excluídos do conceito de aplicações relevantes as despesas com estes activos efectuadas por grandes empresas<sup>147</sup> quando estas excedam 50% das despesas elegíveis do projecto de investimento segundo o artigo 18.º n.º 1 alínea c) do CFI, o n.º 7 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 800/2008 e o ponto 55 das Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013.

No que respeita a “outras despesas”, de acordo com o n.º 5 do artigo 18.º do Código Fiscal do Investimento, estas são apenas incluídas no conceito de aplicações relevantes quando a entidade promotora do projecto de investimento esteja ao abrigo das regras *de minimis* e seja considerada como grande empresa. A designação “outras despesas” como apresenta o artigo 18.º n.º 1 alínea b) do CFI agrega as despesas associadas ao projecto de investimento como patentes, licenças, alvarás, assistência técnica, elaboração de estudos e amortizações das mais-valias potenciais ou latentes expressas na contabilidade.

Para além dos elementos apresentados anteriormente e como define o artigo 18.º n.º 6 do CFI concorrem ainda para o conceito de aplicações relevantes os adiantamentos para sinalização relacionados com o projecto de investimento até ao montante de 50% do custo de aquisição do activo, mesmo que estes tenham sido efectuados numa data anterior

---

<sup>146</sup> A mesma fonte acrescenta ainda que pela aquisição de activos incorpóreos o adquirente não pode a possibilidade de exercer controlo sobre o vendedor, ou vice-versa.

<sup>147</sup> Consideram-se como grandes empresas as que não cumprem os requisitos necessários para serem consideradas PME, de acordo com a Recomendação da Comissão de 6 de Maio de 2003 publicada no *Jornal Oficial da União Europeia* L 124 de 20.05.2003 página 36.

à notificação do resultado da avaliação prévia. De igual modo, segundo o artigo 18.º n.º 7 do CFI e tal como já foi referenciado anteriormente, concorrem para o conceito de aplicações relevantes os estudos que estejam directamente relacionados com o projecto de investimento desde que a sua despesa tenha sido efectuada um ano antes da data da notificação da avaliação prévia.

Os activos compreendidos no conceito de aplicações relevantes, em conformidade com o n.º 4 do artigo 18.º do CFI, devem ser registados como investimento na contabilidade da entidade promotora do projecto de investimento. Quando se trate de activos corpóreos estes devem permanecer no sistema contabilístico da entidade durante a vigência do contrato de concessão de benefícios fiscais, salvo alienação dos mesmos, acto que está sujeito a autorização por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e das finanças, como estabelece o n.º 4 do artigo 18.º do CFI. Ainda assim, o activo corpóreo alienado deve ser mantido na região beneficiária do auxílio durante um período mínimo de 5 anos ou 3 anos no caso de PME, após o termo da conclusão do projecto de investimento<sup>148</sup>, como estabelece o artigo 13.º n.º 2 do RGIC por remissão do n.º 4 do artigo 18.º do Código Fiscal do Investimento.

### 2.2.3. Procedimentos aduaneiros

A entidade promotora do projecto de investimento para além de beneficiar dos incentivos fiscais previstos no n.º 2 do artigo 41.º do EBF aos quais se candidatou, segundo o artigo 19.º do CFI, pode ainda requerer o Estatuto de Operador Económico Autorizado e beneficiar da dispensa de prestação de garantia dos direitos de importação e demais imposições eventualmente devidas pelas mercadorias não comunitárias, quando estas se encontram abrangidas pelos regimes de entreposto aduaneiro<sup>149</sup>, aperfeiçoamento activo

---

<sup>148</sup> O Regulamento (CE) n.º 800/2008, no seu artigo 13.º n.º 2, não restringe a aplicação do procedimento apresentado apenas aos activos corpóreos, o diploma apenas designa investimento.

<sup>149</sup> O Decreto-Lei n.º 249/2009 indica, no seu artigo 6.º n.º 1 alínea a), que o entreposto aduaneiro “*permite a armazenagem de mercadorias, por tempo ilimitado, possibilitando a sua utilização fraccionada à medida das necessidades do operador económico*”.

em sistema suspensivo<sup>150</sup> ou destino especial<sup>151</sup> durante o período de vigência do contrato ou até à sua resolução. A candidatura a qualquer um destes procedimentos aduaneiros deve ser divulgada no processo de candidatura do projecto de investimento e está sujeita à entrega de um conjunto de elementos identificados no formulário da candidatura aos benefícios fiscais ao investimento produtivo, devendo estes ser enviados por via electrónica ao CICIFI e à DGAIEC para apreciação<sup>152</sup>.

A obtenção do Estatuto de Operador Económico Autorizado, como já foi referido, está sujeito a candidatura e posterior apreciação pela DGAIEC. Este organismo, num prazo de 50 dias após a apresentação do pedido pela entidade promotora invoca a sua decisão, no entanto este prazo suspende solicitação de esclarecimento ao promotor, detendo este último 30 dias para o fazer em detrimento de se considerar a desistência do pedido, como estabelece o artigo 19.º n.º 2 e 3 do Código Fiscal do Investimento.

No acesso à dispensa de garantia dos direitos de importação dos regimes aduaneiros apresentados anteriormente, o artigo 6.º n.º 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 249/2009 determina que a entidade promotora do projecto de investimento deve dispor de uma situação fiscal e contributiva regularizada<sup>153</sup>, cumprir as condições de acesso previstas nas disposições comunitárias aplicáveis<sup>154</sup> e não deve ter sido condenada por qualquer crime tributário no último triénio. Caso a entidade promotora detenha uma actividade inferior a 3 anos, a verificação condições apresentadas anteriormente são alargada aos seus sócios gerentes ou

---

<sup>150</sup> O Decreto-Lei n.º 249/2009 indica, no seu artigo 6.º n.º 1 alínea b), que o aperfeiçoamento activo em sistema suspensivo, “*permite a transformação, a reparação ou o complemento de fabrico de mercadorias destinadas a ser reexportadas após aquelas operações*”.

<sup>151</sup> O Decreto-Lei n.º 249/2009 indica, no seu artigo 6.º n.º 1 alínea c), que o destino especial “*permite a aplicação de uma taxa de direitos de importação mais favorável, tendo em consideração o destino final dado à mercadoria*”.

<sup>152</sup> O formulário da candidatura aos benefícios fiscais ao investimento produtivo encontra-se disponível no sítio da *internet* em <http://www.min-financas.pt/informacao-fiscal/cicifi/>, consulta efectuada a 11 de Dezembro de 2011.

<sup>153</sup> O legislador considera que o promotor detém uma situação contributiva regularizada quando sobre este “*penda reclamação graciosa, impugnação judicial, recurso judicial, oposição à execução da dívida exequenda ou que esta esteja a ser liquidada em prestações*” (artigo 6.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 249/2009).

<sup>154</sup> Em harmonia com o indicado no n.º 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 249/2009, à entidade que já seja titular de entreposto aduaneiro ser-lhe-á concedida a dispensa de garantia desde que as condições para o usufruto estejam cumpridas.

administradores, conforme enuncia o artigo 6.º n.º 5 do Decreto-Lei n.º 249/2009. Sempre que algumas das condições apresentadas anteriormente deixe de ser cumprida o artigo 6.º n.º 8 do Decreto-Lei n.º 249/2009 indica que é exigida de imediato a prestação de garantia dos direitos de importação sem prejuízo da aplicação da sanção prevista na lei.

## 2.3. Benefícios fiscais á internacionalização

Os benefícios fiscais à internacionalização como estabelece o artigo 41.º n.º 4 do Estatuto dos Benefícios Fiscais e artigo 22.º do CFI são atribuídos aos projectos de investimento directo efectuado por empresas portuguesas no estrangeiro cujas aplicações relevantes detenham um montante igual ou superior a 250.000 de euros. Estes projectos segundo as mesmas fontes para além de terem de apresentar viabilidade técnica, económica e financeira, demonstrar interesse estratégico para a internacionalização da economia portuguesa e têm ainda que implicar a não redução de postos de trabalho em Portugal.

### 2.3.1. Benefícios fiscais, os seus critérios de determinação e as aplicações relevantes

A entidade promotora do projecto de investimento com vista à internacionalização pode candidatar-se aos incentivos fiscais previstos no n.º 5 do artigo 41.º do EBF. A opção do promotor pode recair sobre o crédito de imposto, a eliminação da dupla tributação quando o investimento incidir sobre a constituição ou aquisição de sociedades estrangeiras, ou sobre ambos. Estes benefícios só podem ser concedidos até 5 anos após a conclusão do projecto de investimento conforme disposição do n.º 2 do artigo 3.º e n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 250/2009<sup>155</sup>. O legislador salienta no artigo 3.º n.º 2 e no artigo 4.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 250/2009 que quando no projecto subjaze um investimento em campanhas

---

<sup>155</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 250/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série, (23.09.2009), p. 6784.



plurianuais<sup>156</sup> de promoção em mercados externos o prazo de concessão dos mesmos encontra-se predefinido em 5 anos. Estes benefícios pelo estabelecido no artigo 3.º n.º 7 do Decreto-Lei n.º 250/2009 não são cumuláveis com outros da mesma natureza para mesmo projecto de investimento e os projectos de investimento que tenham sido iniciados antes de 01 de Janeiro de 2009, aos quais foram não concedidos benefícios é-lhes exigido a candidatura como se um novo projecto se tratasse, como regulamenta o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 250/2009, de 23 de Setembro.

Ao nível do crédito de imposto, o artigo 3.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 250/2009 estabelece que o montante de benefício fiscal incide sobre 10% das aplicações relevantes relacionadas com a criação de sucursais ou outros estabelecimentos estáveis no estrangeiro, a aquisição de participações em sociedades não residentes ou criação de sociedades no estrangeiro, desde que, a entidade promotora detenha uma participação financeira igual ou superior a 25% ou a promoção em mercados externos de campanhas plurianuais. Segundo o artigo 5.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 250/2009, a percentagem sobre as aplicações relevantes apresentada pode ser majorada em 10% quando o promotor do projecto seja considerado PME em termos comunitários ou quando no projecto subsista investimento através de acções conjuntas de internacionalização<sup>157</sup>. A percentagem definida no início do parágrafo pelo disposto no artigo 5.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 250/2009 pode ainda ser majorada até 5% com o limite de 20% das aplicações relevantes quando aos projectos de investimento seja atribuída através de resolução do Conselho de Ministros relevância excepcional para a economia nacional.

Em harmonia com o artigo 3.º n.º 5 do Decreto-Lei n.º 250/2009, o crédito de imposto é deduzido no exercício em que as despesas foram realizadas ou quando a participação no capital social da sociedade não residente tenha atingido os 25%. Este montante segundo o n.º 2 do mesmo artigo deve corresponder ao menor valor entre os 25% da importância apurada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 90.º do CIRC e o

---

<sup>156</sup> O Decreto-Lei n.º 250/2009, no artigo 3.º n.º 1 alínea c), elenca como campanhas plurianuais “*lançamento ou promoção de bens, serviços ou marcas, incluindo as realizadas com feiras, exposições e outras manifestações análogas com carácter internacional*”.

<sup>157</sup> O Decreto-Lei n.º 250/2009 indica que os investimentos realizados através de acções conjuntas de internacionalização serão definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área das Finanças. Aguarda-se a publicação do referido diploma.

montante de 1.000.000 de euros. No entanto e conforme disposição do artigo 3.º n.ºs 2 e 4 do Decreto-Lei n.º 250/2009, a dedução do crédito de imposto de uma entidade promotora que esteja inserida no âmbito do “Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades” previsto no CIRC deve ser feita com base no montante apurado na alínea a) do n.º 1 do artigo 90.º do grupo, não podendo esta ultrapassar 25% do montante apurado em cada uma das sociedades do grupo, coexistindo um limite de 1.000.000 de euros. Não sendo deduzido o montante do crédito de imposto no exercício a que diz respeito, este pode sê-lo nos cinco exercícios económicos seguintes, havendo lugar à divulgação no Anexo às demonstrações financeiras do montante que se encontra por deduzir, como estabelece o artigo 3.º n.ºs 5 e 6 do Decreto-Lei n.º 250/2009.

Para a quantificação do benefício fiscal a atribuir e em harmonia com o artigo 6.º n.º 1 alíneas b) e c) do Decreto-Lei n.º 250/2009, consideram-se como aplicações relevantes a realização do capital social de sociedades no estrangeiro e a aquisição de participações em sociedades não residentes, excepto a aquisição de sociedades não residentes intra-grupo. Pelo disposto no artigo 6.º n.º 1 alínea a) e n.º 3 do Decreto-Lei n.º 250/2009, também se encontram associados ao conceito de aplicações relevantes os equipamentos afectos à sucursal ou estabelecimento estável estrangeiro que se encontram directamente relacionados com a actividade desenvolvida, excepto os terrenos, os edifícios ou outras construções que não estejam directamente associados ao processo produtivo ou às actividades administrativas essenciais, o mobiliário, os artigos de conforto ou decoração, os equipamentos sociais excepto os impostos por lei, as viaturas ligeiras, mistas ou outro material de transporte quando o seu valor for superior a 20% do total das aplicações relevantes e a criação e aquisição de empresas comerciais e a criação e exploração de redes de distribuição no estrangeiro. Por efeitos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 250/2009, ainda se consideram como aplicações relevantes os custos com a realização de campanhas plurianuais e os custos corporizados em activos incorpóreo<sup>158</sup> quando a entidade promotora se apresente como uma grande empresa, salvo se estes dois itens num período de três anos excederem o limite previsto no artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1996/2008, de 15 de Dezembro. O conceito de aplicações relevantes abrange

---

<sup>158</sup> Segundo o artigo 6.º n.º 1 alínea e) do Decreto-Lei n.º 250/2009, destes custos constam designadamente patentes, licenças e alvarás, despesas com assistência técnica e elaboração de estudos.

ainda os investimentos realizados através de acções conjuntas à internacionalização como define o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 250/2009, de 23 de Setembro.

Ao nível da eliminação da dupla tributação económica apresentada na alínea b) do n.º 5 do artigo 41.º do EBF, esta dedução é feita com base no n.º 1 do artigo 51.º do CIRC como estabelece o artigo 4.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 250/2009. Para que haja lugar à eliminação da dupla tributação económica, nomeadamente no que respeita aos lucros distribuídos pela sociedade adquirida ou constituída sita num Estado-Membro da União Europeia os referidos lucros tem de ser provenientes da realização do investimento e a entidade distribuidora dos lucros deve estar sujeita e não isenta de IRC ou imposto similar. Aliado a estes factores e como estabelece o artigo 4.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 250/2009, quando a entidade promotora detiver uma participação social igual ou superior a 25%, conforme definido no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 250/2009, esta deve possuir evidência de que depende a dedução dos lucros distribuídos, nomeadamente uma declaração confirmada e autenticada pelas autoridades do Estado-Membro da sociedade investida demonstrando o ano a que se referem os resultados donde advém esses mesmos lucros.

## 2.4. Regime fiscal do investidor residente não habitual

O carácter de investidor com residência não habitual em território português, vulgarmente designado por “residente não habitual” é atribuído ao sujeito passivo que se torna fiscalmente residente e não tenha sido tributado como tal em sede de IRS nos últimos 5 anos<sup>159</sup>, como estabelece o artigo 23.º n.º 1 do CFI e a Circular 2/2010<sup>160</sup>. A aquisição deste regime fiscal requer a inscrição do sujeito passivo na DGCI, devendo este fazer prova, através do certificado de residência fiscal, da anterior residência e tributação no

---

<sup>159</sup> Este regime de acordo com a Circular n.º 2/2010 emitida pela Direcção de Serviços do IRS, só tem plena aplicação no ano de 2010. Quando o sujeito passivo no ano de 2009 tenha auferido de rendimentos que se encontrassem inseridos no “regime fiscal do investidor residente não habitual”, apenas seriam abrangidos por este regime os rendimentos sobre os quais não estivesse pendente a entrada da portaria que definia as actividades de elevado valor acrescentado e os seus sujeitos passivos tivessem requerido junto da DGCI a inscrição neste regime após a publicação do Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de Setembro. Cf. Circular n.º 2/2010. Direcção de Serviços do IRS, 06.05.2010.

<sup>160</sup> Cf. Circular n.º 2/2010. Direcção de Serviços do IRS, 06.05.2010.

estrangeiro<sup>161</sup>. Pela aceitação do sujeito passivo neste regime, este passa a ser tributado como residente não habitual durante um período de 10 anos, renováveis independentemente de ser considerado ou não como residente para efeitos do CIRS, ainda assim só poderá usufruir dele quando considerado como residente para efeitos fiscais, como estabelece os n.ºs 2 a 4 do artigo 23.º do CFI. Para Ricardo Borges e Pedro Rodrigues<sup>162</sup>, a renovação deste regime requer o cumprimento das condições de acesso ao mesmo, portanto pela renovação o sujeito passivo não pode ser tributado em sede de IRS nos últimos 5 anos

O regime fiscal de residente não habitual é atribuído ao sujeito passivo que exerça alguma das actividades de elevado valor acrescentado previstas na Portaria n.º 12/2010<sup>163</sup>, apresentadas no **Anexo VIII – Actividades de elevado valor acrescentado**, e que segundo o artigo 24.º do CFI obtenha rendimentos das Categorias A e B estando estes sujeitos à taxa especial de 20%, podendo ser englobados por opção do sujeito passivo.

#### 2.4.1. Eliminação da dupla tributação internacional

Os residentes não habituais em território português auferindo de rendimentos provenientes de território estrangeiro podem proceder à eliminação da dupla tributação internacional, à qual é aplicado o método da isenção, salvo determinada excepção prevista no n.º 5 do artigo 25.º do CFI encontrando-se também evidenciada neste ponto do trabalho.

O usufruto pelo sujeito passivo de rendimentos de fonte estrangeira inseridos na Categoria A, segundo o artigo 25.º n.º 1 do CFI e o artigo 81.º n.º 3 do CIRS<sup>164</sup>, podem ser objecto de eliminação de dupla tributação internacional quando estes tenham sido tributados no outro Estado-Membro conforme convenção celebrada para eliminar a dupla tributação, ou, no caso de esta não existir os rendimentos devam ser reconhecidos como rendimento não obtidos em território português.

---

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> Cf. Ricardo da Palma Borges, Pedro Ribeiro de Sousa - O novo regime fiscal dos residentes não habituais: Fiscalidade - Revista de direito e gestão fiscal. Instituto Superior Gestão. Lisboa: Coimbra Editora, S.A., Outubro-Dezembro 2009. ISBN/ISSN 0874-7326, p. 19.

<sup>163</sup> Cf. Portaria n.º 12/2010: n.º 4. Diário da República 1.ª série, (07.01.2010) 4.

<sup>164</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 442-A/88. - In: Fiscal. Porto, Janeiro de 2011. ISBN 978-072-0-01654-6, p. 181.

O residente não habitual que aufera de rendimentos de fonte estrangeira inseridos nas Classes B, E, F e G do CIRS<sup>165</sup>, é-lhes aplicado o método de isenção quando este possa ser tributado no outro Estado-Membro de acordo com CDT, ou quando esta não exista possa ser tributado de acordo com o MOCDE, com as observações e reservas afectas a Portugal, desde que os rendimentos em análise não provenham dos territórios constantes da Portaria n.º 292/2011, e pelo cumprimento do artigo 18.º n.º 1 do CIRS estes sejam considerados como não obtidos em território português, como estabelecem os artigos 25.º n.º 2 do CFI e artigo 81.º n.º 4 do CIRS.

Em harmonia com o disposto no artigo 25.º n.º 3 do Código Fiscal do Investimento e o artigo 81.º n.º 5 do CIRS, os sujeitos passivos que auferam de rendimentos estrangeiros enquadrados na Categoria H provenientes de contribuições que não tenham gerado dedução para efeitos do n.º 2 do artigo 25.º do CIRS podem concorrer para a eliminação da dupla tributação internacional pelo método de isenção quando os rendimentos tenham sido tributados em conformidade com a CDT ou quando esta não exista sejam considerados como rendimentos não obtidos em território português.

Os rendimentos sobre os quais foi aplicada a eliminação da dupla tributação internacional pelo método da isenção devem ser obrigatoriamente englobados para efeito de determinação da taxa a aplicar para os restantes rendimentos, à excepção dos rendimentos previstos nos n.ºs 3, 4, 5 e 6 do artigo 72.º do CIRS como dispõe artigo 25.º n.º 4 do CFI e artigo 81.º n.º 6 do CIRS.

Ainda assim, na presença de rendimentos estrangeiros que não foram objecto de eliminação da dupla tributação por se tratar de rendimentos isentos poder-se-lhe-á ser aplicado o método do crédito de imposto, devendo estes ser obrigatoriamente englobados para efeitos da sua tributação, à excepção dos rendimentos dos n.ºs 3, 4, 5 e 6 do artigo 72.º do CIRS, conforme afirma o n.º 5 do artigo 25.º do CFI. Segundo o artigo 22.º n.ºs 5 e 6 do CIRS, quando o sujeito passivo exerça a opção do englobamento prevista no artigo 24.º do Código Fiscal do Investimento, os rendimentos sujeitos à aplicação do método do crédito de imposto são obrigatoriamente englobados pelo montante ilíquido<sup>166</sup>. ▀

---

<sup>165</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 442-A/88. - In: Fiscal. Porto, Janeiro de 2011. ISBN 978-072-0-01654-6, p. 111-207,

<sup>166</sup> Pelo disposto no artigo 22.º n.º 5 do CIRS, os rendimentos compreendidos no artigo 71.º e no artigo 72.º n.º 7 do CIRS, são também objecto de englobamento quando o sujeito passivo quando o sujeito passivo exerça a opção sobre esse regime (artigo 22.º n.º 5 do CIRS).

## Conclusão

No final de 2008 pela publicação da Lei n.º 64.º-A/2008 o Governo português foi autorizado de rever as disposições constantes no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e os diplomas lhe estavam associados. Deste modo, no decorrer do ano de 2009 foram alteradas as disposições do artigo referido e instituído o Código Fiscal do Investimento que o viria regulamentar. A determinação da concessão destes benefícios fiscais seria uma das chaves para a concretização de alguns dos objectivos do âmbito nacional, uma vez que os benefícios fiscais só são atribuídos para a tutela de interesses públicos extrafiscais, e do âmbito comunitário, uma vez que seriam acolhidas uma série de disposições que viriam garantir uma atribuição mais eficaz dos auxílios de Estado e ao mesmo tempo contribuiriam para a execução de determinados objectivos horizontais de interesse comunitário.

Um dos objectivos da União Europeia desde o início do século XXI incidia no desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento que se tornasse na mais dinâmica e competitiva do mundo e que fosse capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social. Deste objectivo, designado muitas vezes por Estratégia de Lisboa, foram traçados um conjunto de princípios para que este fosse cumprido. Alguns desses princípios foram focalizados pelo Código Fiscal do Investimento nomeadamente sob a forma de majoração à base do montante do benefício fiscal a atribuir, estes incidiam sobre o PIB *per capita* de poder de compra que atribuíam um incentivo ao desenvolvimento das regiões que detivessem um menor crescimento económico, o número de postos de trabalho criados ou mantidos até ao termo do contrato o que permitiria a criação de mais emprego e, por último, a inovação tecnológica, a protecção do ambiente, a valorização da produção nacional e a interacção com instituições relevantes do sistema científico nacional que permitiriam um aumento de inovações e de investigação e desenvolvimento. Outros dos princípios evidenciados na implementação da Estratégia de Lisboa incidia na redução da burocracia desnecessária, este intuito comunitário foi enfatizado no Código Fiscal do Investimento pela criação de um organismo – Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento, que concentra um conjunto de competências que abrangem todo o processo

de concessão dos benefícios fiscais, desde a apreciação da candidatura até ao termo do contrato.

Adicionalmente, os factores competitividade e auxílios de Estado constituem o fundamento do Código Fiscal do Investimento, uma vez que à competitividade se associa o conceito de produtividade e o Código Fiscal do Investimento regula a concessão de benefícios fiscais que têm por base projectos de investimento que incidem essencialmente sobre actividades produtivas – produtividade em produtos e produtividade em serviços, e o conceito de auxílio de Estado também se encontra relacionado com este diploma, dado que pelo cumprimento das regras aí estabelecidas, tendo apenas em atenção o montante de auxílios concedido pelo Estado, poder-se-á garantir a concessão do benefício fiscal sem que este tenha de ser notificado à Comissão Europeia de acordo com as regras processuais estabelecidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. A isenção da obrigação de notificação do auxílio de Estado à Comissão Europeia conduz por um lado à redução da burocracia, quer ao nível do Estado-Membro quer ao nível da Comissão Europeia, e por outro garante a execução do projecto de investimento da entidade promotora num menor tempo possível podendo esta ganhar tempo no lançamento do seu produto no mercado e garantir nele uma maior competitividade. Além disso, a isenção da obrigação de notificação sob o cumprimento de determinadas condições, particularizando o caso concreto dos regimes de auxílio, garantiria uma uniformidade na atribuição dos auxílios de Estado concedidos ao nível da União Europeia, visto que o Estado-Membro ao apresentar um regime de auxílios de Estado à Comissão Europeia este apenas estaria uma única vez sujeito a avaliação, cabendo posteriormente ao Estado-Membro a responsabilidade de assegurar o seu cumprimento.

Partindo para uma visão de nível nacional, o funcionamento do Código Fiscal do Investimento apresenta uma maior viabilidade num ambiente económico dinâmico e competitivo onde se gera um crescimento económico sustentável e as empresas apresentem espírito empresarial. Particularizando para as entidade promotoras de projectos de investimento, estas devem apresentar projecções positivas quando excluídas as que se encontram relacionadas com o projecto de investimento que pretende implementar, uma vez que a implementação do projecto e o conseqüente o lançamento do seu produto no mercado poderá ficar abaixo das expectativas projectadas.

Para finalizar, a análise ao Código Fiscal do Investimento ficou em parte limitada devido ao facto de se encontrar ainda por publicar através de diploma nacional várias disposições a que o mesmo faz referência, nomeadamente e no âmbito do Decreto-Lei n.º 249/2009 o mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional e no âmbito do Decreto-Lei n.º 250/2009 a definição dos investimentos realizados por acções conjuntas à internacionalização. Ainda pela análise do Código Fiscal do Investimento e paralelizando com a sua aplicação prática, identificou-se uma inconsistência ao nível da concessão do crédito de imposto, dado que o legislador primeiramente indica que os benefícios fiscais serão concedidos à entidade promotora do projecto de investimento após a conclusão do projecto de investimento e ainda divulga que o não cumprimento dos objectivos previstos contrato poderão conduzir à resolução do mesmo. No entanto e aquando da caracterização de cada um dos projectos de investimento, o mesmo indica que o crédito de imposto será deduzido à colecta do exercício em que as aplicações relevantes são realizadas. Neste ponto coloca-se em aberto a questão de como serão concedidos os benefícios fiscais, quando até o próprio conceito de benefício fiscal não se encontra plenamente cumprido.

Pela realização deste trabalho considera-se pertinente uma análise mais aprofundada relativamente ao impacto do Sistema de Normalização Contabilística na aplicação do Código Fiscal do Investimento, nomeadamente no que respeita à autonomia financeira e conjuntamente uma análise temporal a evidenciar qual a quota-parte das entidades do tecido empresarial português que estando abrangidas por este diploma no decorrer do tempo em análise se poderiam manter como candidatas ao benefício fiscal pelo cumprimento da condição de uma autonomia financeira igual ou superior a 20%. Também se considera pertinente para um estudo mais longínquo, a análise do impacto que a aplicação dos projectos de investimento, abrangidos pelo Código Fiscal do Investimento, tivera no tecido empresarial português, isto é, se o investimento realizado “hoje” pela entidade promotora trouxe benefícios “no amanhã”.





## Bibliografia

CARDÃO, ANTÓNIO PINHO - O papel do Estado na economia globalizada. Negócios online. (14.09.2010).

Circular n.º 2/2010. Direcção de Serviços do IRS, 06.05.2010.

COMPETITIVIDADE, COMPETE - PROGRAMA OPERACIONAL DOS FACTORES DE - Reconhecimento e dinamização de pólos de competitividade e tecnologia e clusters [em linha]. [Consult. 30.10.2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compete/polos-e-clusters>>.

Contrato Fiscal do Investimento - Minuta base.

Decisão do Conselho 16229/1/10 REV 1. Conselho da União Europeia, 09.12.2010. [Consult. 20-10-2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st16/st16229-re01.pt10.pdf>>.

Decreto-Lei n.º 95/90: n.º 66. Diário da República Série I, (20.03.1989) 1371-1374.

Decreto-Lei n.º 203/2003: n.º 209. Diário da República, série I - A, (10.09.2003) 5932-5935.

Decreto-Lei n.º 215/89. - In: Fiscal. Porto, Janeiro de 2011. ISBN 978-072-0-01654-6, p. 649-712.

Decreto-Lei n.º 249/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série (23.09.2009) 6774-6783.

Decreto-Lei n.º 250/2009: n.º 185. Diário da República, 1.ª série, (23.09.2009) 6784-6786.

Decreto-Lei n.º 372/2007: n.º 213. Diário da República 1.ª série, (06.11.2007) 8080-8084.

Decreto-Lei n.º 442-A/88. - In: Fiscal. Porto, Janeiro de 2011. ISBN 978-072-0-01654-6, p. 111-207.

Deliberação n.º 786/2007: n.º 92. Diário da República 2.ª série (14.05.2007) 12516-12544.

Despacho n.º 1005/2010: n.º 10. Diário da República 2.ª série (15.01.2010) 2167.

Directrizes para o exame dos auxílios estatais no sector das pescas e da aquicultura: C 84. Jornal Oficial da União Europeia, (03.04.2008) 10-16.

EUROPA - Mercado interno [em linha]. [Consult. 10.08.2010]. Disponível em WWW:<URL:[http://europa.eu/pol/singl/index\\_pt.htm](http://europa.eu/pol/singl/index_pt.htm)>.

EUROPA - Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA) [em linha]. 31.05.2005. [Consult. 14.05.2011]. Disponível em WWW:<URL:[http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/treaties\\_ecsc\\_pt.htm#](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_ecsc_pt.htm#)>.

EUROPA - Uma Europa pacífica – Início da cooperação [em linha]. [Consult. 31.08.2010]. Disponível em WWW:<URL:[http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index_pt.htm)>.

EUROPEIA, COMISSÃO - Alguns fundamentos da competitividade da Europa – Rumo a uma abordagem integrada COM(2003) 704 final. [em linha]. (21.11.2003). [Consult. 06.10.2010]. Disponível na internet:<URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0704:FIN:PT:PDF>>.

EUROPEIA, COMISSÃO - A competitividade dos serviços ligados às empresas e o seu contributo para o desempenho das empresas europeias COM(2003) 747 final. [em linha]. (04.12.2003). [Consult. 15.11.2010]. Disponível na internet:<URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0747:FIN:PT:PDF>>.

EUROPEIA, COMISSÃO - Menos auxílios estatais e mais orientados: um roteiro para a reforma dos auxílios COM(2005) 107 final. [em linha]. (07.07.2005). [Consult. 06.04.2010]. Disponível na internet:<URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0107:FIN:PT:PDF>>.

EUROPEIA, COMISSÃO - Política Industrial na Europa Alargada COM(2002) 714 final. [em linha]. (11.12.2002). [Consult. 16.09.2010]. Disponível na internet:<URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0714:FIN:PT:PDF>>.

EUROPEIA, COMISSÃO - Produtividade: a chave para a competitividade das economias e das empresas europeias COM(2002) 262 final. [em linha]. (21.05.2002). [Consult. 20.09.2010]. Disponível na internet:<URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0262:FIN:PT:PDF>>.

EUROPEIA, COMISSÃO - Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego - Um novo começo para a estratégia de Lisboa COM(2005) 24 final. [em linha]. (02.02.2005). [Consult. 01.04.2010]. Disponível na internet:<URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0024:FIN:PT:PDF>>.

EUROPEIA, DIRECÇÃO GERAL DA CONCORRÊNCIA DA COMISSÃO - Vademecum - Regras Comunitárias em Matéria de Auxílios Estatais [em linha]. 30.09.2008. [Consult. 12.05.2011]. Disponível na internet:<URL:[http://ec.europa.eu/competition/state\\_aid/studies\\_reports/vademecum\\_on\\_rules\\_09\\_2008\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/competition/state_aid/studies_reports/vademecum_on_rules_09_2008_pt.pdf)>.

EUROPEU, CONSELHO - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Amesterdão. [em linha]. (16-17 de Junho de 1997). [Consult. 11.08.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/032h0006.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/032h0006.htm)>.

EUROPEU, CONSELHO - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Barcelona. [em linha]. (15-16 de Março de 2002). [Consult. 12.04.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/71066.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/71066.pdf)>.

EUROPEU, CONSELHO - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas. [em linha]. (20-21 de Março de 2003). [Consult. 15.04.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf)>.

EUROPEU, CONSELHO- Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas. (22-23 de Março de 2005). [Consult. 12.05.2011]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/84339.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/84339.pdf)>.

EUROPEU, CONSELHO - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Estocolmo. [em linha]. (23-24 de Março de 2001). [Consult. 14.04.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/75147.pdf)>.

EUROPEU, CONSELHO - Conclusões da presidência do Conselho Europeu de Göteborg. [em linha]. (15-16 de Junho de 2001). [Consult. 15.04.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00200-r1.p1.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00200-r1.p1.pdf)>.

EUROPEU, CONSELHO - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa. [em linha]. (23-24 de Março de 2000). [Consult. 18.03.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm)>.

EUROSTAT- Employment rate by gender; Total - %. [Consult. 13.09.2010]. Last Update Date: 09.09.2010. Disponível em WWW:<URL:<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsiem010>>.

EUROSTAT- GDP per capita in PPS. [Consult. 13.09.2010]. Last Update Date: 11.09.2010. Disponível em WWW:<URL:<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsieb010>>.

EUROSTAT- Research and development expenditure, by sectors of performance - % of GDP. [Consult. 13.09.2010]. Last Update Date: 10.09.2010. Disponível em WWW:<URL:<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsc00001>>.

FARIA, MARIA TERESA BARBOT VEIGA DE - Estatuto dos Benefícios Fiscais - Notas explicativas. 3.<sup>a</sup>. Lisboa: Rei dos Livros, 1995. ISBN 972-51-0217-7.

FCO. JAVIER GARCÍA DÍAZ, DIEGO ARENAS GAVILÁN E JESÚS GARCÍA SÁNCHEZ- Importancia y evolución del mercado de las TIC - Su impacto en la sociedad.: Economía Industrial n.º 137. Madrid: Centro de publicações do Ministério da ciência e da tecnologia castelhana, (2001). [Consult. 27.08.2010]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.mityc.es/Publicaciones/Publicacionesperiodicas/EconomiaIndustrial/RevistaEconomiaIndustrial/337/12.pdf>>. ISBN/ISSN 0422 2784.

FONTAINE, PASCAL - A Europa em 12 lições [em linha]. Luxemburgo: 2007. [Consult. 19.05.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu\\_glance/60/pt.pdf](http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_glance/60/pt.pdf)>. ISBN 92-79-02876-6.

GOMES, NUNO SÁ - Teoria Geral dos Benefícios Fiscais: Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal (165). Lisboa: Centro de Estudos Fiscais, 1991. ISBN 972-653-129-2.

Informações comunicadas pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 800/2008 da Comissão, que declara certas categorias de auxílios compatíveis com o mercado comum, em aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado (Regulamento geral de isenção por categoria) C 331. Jornal Oficial da União Europeia, (08.12.2010) 30-32.

Lei n.º 10/2009: n.º 48. Diário da República 1.ª série (10.03.2009) 1585-1601.

MANDELKERN, GRUPO - Mandelkern Group on Better Regulation Final Report. [em linha]. (13.11.2001). [Consult. 10.09.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://ec.europa.eu/governance/better\\_regulation/documents/mandelkern\\_report.pdf](http://ec.europa.eu/governance/better_regulation/documents/mandelkern_report.pdf)>.

Mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional para 1.1.2007-31.12.2013: C 68. Jornal Oficial da União Europeia, (24.03.2007) 26-29.

MARTINS, JESUÍNO ALCÂNTARA- Código Fiscal do Investimento - SEG 2310: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. 2010.

MARTINS, MANUEL - Auxílios de Estado no direito comunitário. 1.ª edição. Cascais: Principia, Maio de 2002. ISBN 972-8500-72-6.

MICHIE, MICHAEL KITSON AND JONATHAN - The Political Economy of Competitiveness. London: Routledge 2000. ISBN 0-415-20496-8.

OECD, ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - The Knowledge-based Economy. [em linha]. (1996). [Consult. 28.05.2011]. Disponível na internet:<URL:<http://www.oecd.org/dataoecd/51/8/1913021.pdf>>.

OJASALOB, CHRISTIAN GRÖNROOS AND KATRI - Service productivity: towards a conceptualization of the transformation of inputs into economic results in services. Journal of Business Research 57 [em linha]. (2004), p. 414 - 423. [Consult. 08.10.2010]. Disponível na

internet:<URL:[http://www.sciencedirect.com/science?\\_ob=ArticleURL&\\_udi=B6V7S-45C1WRX-2&\\_user=2459663&\\_coverDate=04%2F30%2F2004&\\_rdoc=1&\\_fmt=high&\\_orig=search&\\_origin=search&\\_sort=d&\\_docanchor=&\\_view=c&\\_acct=C000057389&\\_version=1&\\_urlVersion=0&\\_userid=2459663&md5=fbe3ff00c646c1bffa43f325e8e2d88e&searchtype=a](http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6V7S-45C1WRX-2&_user=2459663&_coverDate=04%2F30%2F2004&_rdoc=1&_fmt=high&_orig=search&_origin=search&_sort=d&_docanchor=&_view=c&_acct=C000057389&_version=1&_urlVersion=0&_userid=2459663&md5=fbe3ff00c646c1bffa43f325e8e2d88e&searchtype=a)>.

Orientação relativas aos auxílios estatais com finalidade regional: C 74. Jornal Oficial da União Europeia, (10.03.1998) 9-31.

Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013: C 54. Jornal Oficial da União Europeia, (04.03.2006) 3-44.

Portaria n.º 12/2010: n.º 4. Diário da República 1.ª série, (07.01.2010) 4.

Portaria n.º 292/2011: n.º 214. Diário da República 1.ª série (08.11.2011) 4788-4789.

Portaria n.º 1452/2009: n.º 250. Diário da República 1.ª série (29.12.2009) 8763-8764.

Recomendação da Comissão: L 124. Jornal da União Europeia, (06.05.2003) 36-41.

Regulamento (CE) n.º 800/2008: L 214. Jornal Oficial da União Europeia, (06.08.2008) 3-47.

Regulamento (CE) n.º 1998/2006: L 379. Jornal Oficial da União Europeia, (28.12.2006) 5-10.

RESEARCH, EIM BUSINESS & POLICY - Study on the representativeness of business organisation for SMEs in the European Union [em linha]. Zoetermeer: Maio de 2009. [Consult. 20.05.2010]. Disponível na internet:<URL:[http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/document.cfm?action=display&doc\\_id=3042&userservice\\_id=1&request.id=0](http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/document.cfm?action=display&doc_id=3042&userservice_id=1&request.id=0)>.

RICARDO DA PALMA BORGES, PEDRO RIBEIRO DE SOUSA- O novo regime fiscal dos residentes não habituais: Fiscalidade - Revista de direito e gestão fiscal. Instituto Superior Gestão. Lisboa: Coimbra Editora, S.A., Outubro-Dezembro 2009. ISBN/ISSN 0874-7326.

RODRIGUES, EDUARDO R. LOPES - Tratado de Lisboa e a sua Influência na Política de Concorrência, em Particular na Aplicável aos Auxílios de Estado. In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha. Coimbra: Edições Almedina, Julho de 2010. ISBN 978-972-40-4146-9, p. 113 - 154.

RODRIGUES, MARIA JOÃO- A Estratégia de Lisboa e as suas implicações para a reforma institucional da União Europeia: Estratégia: Portugal e a constituição Europeia. n.ºs 18-19. (2003). Disponível em WWW:<URL:[http://www.ieei.pt/files/Estrategia\\_Lisboa\\_Reforma\\_Institucional\\_UE\\_Maria\\_Joao\\_Rodrigues.pdf](http://www.ieei.pt/files/Estrategia_Lisboa_Reforma_Institucional_UE_Maria_Joao_Rodrigues.pdf)>.

SANDE, PAULO DE ALMEIDA - 60 anos de Europa: os grandes textos da construção europeia [em linha]. Lisboa: Novembro de 2008. [Consult. 06.08.2010]. Disponível na internet:<URL:[https://infoeuropa.euroid.pt/opac/P9UMEETTSAD7VEJHNPSR7FVQHC B43TUJPCR1CDL54Q9R8CYCL7-72017?func=full-set-set&set\\_number=089692&set\\_entry=000001&format=999](https://infoeuropa.euroid.pt/opac/P9UMEETTSAD7VEJHNPSR7FVQHC B43TUJPCR1CDL54Q9R8CYCL7-72017?func=full-set-set&set_number=089692&set_entry=000001&format=999)>. ISBN 978-972-99471-8-6.

SANTOS, ANTÓNIO CARLOS DOS - Auxílios de Estado e fiscalidade. Coimbra: Livraria Almedina, Novembro de 2003 ISBN 972-40-2059-2.

SOU MOPID SARKAR, LUÍSA CARVALHO- Inovação no sector dos serviços: uma nova área de investigação: Revista Encontros Científicos. Faro: Universidade do Algarve, 2006. ISBN/ISSN 1646-2408.

Tratado de Lisboa: C 306. Jornal Oficial da União Europeia, (17.12.2007).

Versão consolidada do tratado sobre o funcionamento da União Europeia: n.º 83. Jornal da União Europeia, (30.03.2010) 47-199.

Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado que institui a comunidade Europeia: C 321. Jornal Oficial da União Europeia, (29.06.2006) E/1-E/331.

## Anexos

### Anexo I – Códigos de Actividade Económica aplicáveis aos projectos de investimento

Indústria extractiva e indústria transformadora:

CAE - Rev. 3	Designação
05100	Extracção de hulha (inclui antracite)
05200	Extracção de lenhite
06100	Extracção de petróleo bruto
06200	Extracção de gás natural
07100	Extracção e preparação de minérios de ferro
07210	Extracção e preparação de minérios de urânio e de tório
07290	Extracção e preparação de outros minérios metálicos não ferrosos
08111	Extracção de mármore e outras rochas carbonatadas
08112	Extracção de granito ornamental e rochas similares
08113	Extracção de calcário e cré
08114	Extracção de gesso
08115	Extracção de ardósia
08121	Extracção de saibro, areia e pedra britada
08122	Extracção de argilas e caulino
08910	Extracção de minerais para a indústria química e para a fabricação de adubos
08920	Extracção da turfa
08931	Extracção de sal marinho
08932	Extracção de sal gema
08991	Extracção de feldspato
08992	Extracção de outros minerais não metálicos, n. e.
09100	Actividades dos serviços relacionados com a extracção de petróleo e gás, excepto a prospecção
09900	Outras actividades dos serviços relacionados com as indústrias extractivas
10110	Abate de gado (produção de carne)
10120	Abate de aves (produção de carne)
10130	Fabricação de produtos à base de carne
10201	Preparação de produtos da pesca e da aquicultura
10202	Congelamento de produtos da pesca e da aquicultura
10203	Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros
10204	Salga, secagem e outras actividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura
10310	Preparação e conservação de batatas
10320	Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas
10391	Congelamento de frutos e de produtos hortícolas
10392	Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas
10393	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada
10394	Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis
10395	Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos
10411	Produção de óleos e gorduras animais brutos
10412	Produção de azeite
10413	Produção de óleos vegetais brutos (excepto azeite)
10414	Refinação de azeite, óleos e gorduras

(continuação)



Indústria extractiva e indústria transformadora (continuação)

CAE - Rev. 3	Designação
10420	Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares
10510	Indústrias do leite e derivados
10520	Fabricação de gelados e sorvetes
10611	Moagem de cereais
10612	Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz
10613	Transformação de cereais e leguminosas, n. e. .
10620	Fabricação de amidos, féculas e produtos afins
10711	Panificação
10712	Pastelaria
10720	Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação
10730	Fabricação de massas alimentícias, cuscuz e similares
10810	Indústria do açúcar
10821	Fabricação de cacau e de chocolate
10822	Fabricação de produtos de confeitaria
10830	Indústria do café e do chá
10840	Fabricação de condimentos e temperos
10850	Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados
10860	Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos
10891	Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pastelaria
10892	Fabricação de caldos, sopas e sobremesas
10893	Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n. e.
10911	Fabricação de pré-misturas
10912	Fabricação de alimentos para animais de criação (excepto para aquicultura)
10913	Fabricação de alimentos para aquicultura
10920	Fabricação de alimentos para animais de companhia
11011	Fabricação de aguardentes preparadas
11012	Fabricação de aguardentes não preparadas
11013	Produção de licores e de outras bebidas destiladas
11021	Produção de vinhos comuns e licorosos
11022	Produção de vinhos espumantes e espumosos
11030	Fabricação de cidra e outras bebidas fermentadas de frutos
11040	Fabricação de vermouths e de outras bebidas fermentadas não destiladas
11050	Fabricação de cerveja
11060	Fabricação de malte
11071	Engarrafamento de águas minerais naturais e de nascente
11072	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n. e.
12000	Indústria do tabaco
13101	Preparação e fiação de fibras do tipo algodão
13102	Preparação e fiação de fibras do tipo lã
13103	Preparação e fiação da seda e preparação e texturização de filamentos sintéticos e artificiais
13104	Fabricação de linhas de costura
13105	Preparação e fiação de linho e outras fibras têxteis
13201	Tecelagem de fio do tipo algodão
13202	Tecelagem de fio do tipo lã
13203	Tecelagem de fio do tipo seda e de outros têxteis
13301	Branqueamento e tingimento
13302	Estampagem
13303	Acabamento de fios, tecidos e artigos têxteis, n. e.
13910	Fabricação de tecidos de malha
13920	Fabricação de artigos têxteis confeccionados, excepto vestuário
13930	Fabricação de tapetes e carpetes
13941	Fabricação de cordoaria

(continuação)

Indústria extractiva e indústria transformadora (continuação)

CAE - Rev. 3	Designação
13942	Fabricação de redes
13950	Fabricação de não tecidos e respectivos artigos, excepto vestuário
13961	Fabricação de passamanarias e sirgarias
13962	Fabricação de têxteis para uso técnico e industrial, n. e
13991	Fabricação de bordados
13992	Fabricação de rendas
13993	Fabricação de outros têxteis diversos, n. e.
14110	Confecção de vestuário em couro
14120	Confecção de vestuário de trabalho
14131	Confecção de outro vestuário exterior em série
14132	Confecção de outro vestuário exterior por medida
14133	Actividades de acabamento de artigos de vestuário
14140	Confecção de vestuário interior
14190	Confecção de outros artigos e acessórios de vestuário
14200	Fabricação de artigos de peles com pêlo
14310	Fabricação de meias e similares de malha
14390	Fabricação de outro vestuário de malha
15111	Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo
15112	Fabricação de couro reconstituído
15113	Curtimenta e acabamento de peles com pêlo
15120	Fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correeiro e de seleiro
15201	Fabricação de calçado
15202	Fabricação de componentes para calçado
16101	Serração de madeira
16102	Impregnação de madeira
16211	Fabricação de painéis de partículas de madeira
16212	Fabricação de painéis de fibras de madeira
16213	Fabricação de folheados, contraplacados, lamelados e de outros painéis
16220	Parqueteria
16230	Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção
16240	Fabricação de embalagens de madeira
16291	Fabricação de outras obras de madeira .
16292	Fabricação de obras de cestaria e de espartaria
16293	Indústria de preparação da cortiça
16294	Fabricação de rolhas de cortiça
16295	Fabricação de outros produtos de cortiça
17110	Fabricação de pasta
17120	Fabricação de papel e de cartão (excepto canelado)
17211	Fabricação de papel e de cartão canelados (inclui embalagens)
17212	Fabricação de outras embalagens de papel e de cartão
17220	Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário
17230	Fabricação de artigos de papel para papelaria
17240	Fabricação de papel de parede
17290	Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel e de cartão
18110	Impressão de jomais
18120	Outra impressão
18130	Actividades de preparação da impressão e de produtos media
18140	Encadernação e actividades relacionadas
18200	Reprodução de suportes gravados
19100	Fabricação de produtos de coqueria
19201	Fabricação de produtos petrolíferos refinados
18130	Actividades de preparação da impressão e de produtos media

(continuação)

Indústria extractiva e indústria transformadora (continuação)

CAE - Rev. 3	Designação
18140	Encadernação e actividades relacionadas
18130	Actividades de preparação da impressão e de produtos media
18140	Encadernação e actividades relacionadas
18200	Reprodução de suportes gravados
19100	Fabricação de produtos de coqueria
19201	Fabricação de produtos petrolíferos refinados
19202	Fabricação de produtos petrolíferos a partir de resíduos
19203	Fabricação de briquetes e aglomerados de hulha e lenhite
20110	Fabricação de gases industriais
20120	Fabricação de corantes e pigmentos
20130	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base
20141	Fabricação de resinosos e seus derivados
20142	Fabricação de carvão (vegetal e animal) e produtos associados
20143	Fabricação de álcool etílico de fermentação
20144	Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base, n. e.
20151	Fabricação de adubos químicos ou minerais e de compostos azotados
20152	Fabricação de adubos orgânicos e organo-minerais
20160	Fabricação de matérias plásticas sob formas primárias
20170	Fabricação de borracha sintética sob formas primárias
20200	Fabricação de pesticidas e de outros produtos agroquímicos
20301	Fabricação de tintas (excepto impressão), vernizes, mastiques e produtos similares
20302	Fabricação de tintas de impressão
20303	Fabricação de pigmentos preparados, composições vitrificáveis e afins
20411	Fabricação de sabões, detergentes e glicerina
20412	Fabricação de produtos de limpeza, polimento e protecção
20420	Fabricação de perfumes, de cosméticos e de produtos de higiene
20510	Fabricação de explosivos e artigos de pirotecnia
20520	Fabricação de colas
20530	Fabricação de óleos essenciais
20591	Fabricação de biodiesel
20592	Fabricação de produtos químicos auxiliares para uso industrial
20593	Fabricação de óleos e massas lubrificantes, com exclusão da efectuada nas refinarias
20594	Fabricação de outros produtos químicos diversos, n. e.
20600	Fabricação de fibras sintéticas ou artificiais
21100	Fabricação de produtos farmacêuticos de base
21201	Fabricação de medicamentos
21202	Fabricação de outras preparações e de artigos farmacêuticos
22111	Fabricação de pneus e câmaras-de-ar
22112	Reconstrução de pneus
22191	Fabricação de componentes de borracha para calçado
22192	Fabricação de outros produtos de borracha, n. e.
22210	Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico
22220	Fabricação de embalagens de plástico
22230	Fabricação de artigos de plástico para a construção
22291	Fabricação de componentes de plástico para calçado
22292	Fabricação de outros artigos de plástico, n. e.
23110	Fabricação de vidro plano
23120	Moldagem e transformação de vidro plano
23131	Fabricação de vidro de embalagem
23132	Cristalaria
23140	Fabricação de fibras de vidro
23190	Fabricação e transformação de outro vidro (inclui vidro técnico)

(continuação)

Indústria extractiva e indústria transformadora (continuação)

CAE - Rev. 3	Designação
23200	Fabricação de produtos cerâmicos refractários
23311	Fabricação de azulejos
23312	Fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica
23321	Fabricação de tijolos
23322	Fabricação de telhas
23323	Fabricação de abobadilhas
23324	Fabricação de outros produtos de cerâmicos para a construção
23411	Olaria de barro
23412	Fabricação de artigos de uso doméstico de faiança, porcelana e grés fino
23413	Fabricação de artigos de ornamentação de faiança, porcelana e grés fino
23414	Actividades de decoração de artigos cerâmicos de uso doméstico e ornamental
23420	Fabricação de artigos cerâmicos para usos sanitários
23430	Fabricação de isoladores e peças isolantes em cerâmica
23440	Fabricação de outros produtos em cerâmica para usos técnicos
23490	Fabricação de outros produtos cerâmicos não refractários
23510	Fabricação de cimento
23521	Fabricação de cal
23522	Fabricação de gesso
23610	Fabricação de produtos de betão para a construção
23620	Fabricação de produtos de gesso para a construção
23630	Fabricação de betão pronto
23640	Fabricação de argamassas
23650	Fabricação de produtos de fibrocimento
23690	Fabricação de outros produtos de betão, gesso e cimento
23701	Fabricação de artigos de mármore e de rochas similares
23702	Fabricação de artigos em ardósia (lousa)
23703	Fabricação de artigos de granito e de rochas, n. e.
23910	Fabricação de produtos abrasivos
23991	Fabricação de misturas betuminosas
23992	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos diversos, n. e.
24100	Siderurgia e fabricação de ferro-ligas
24200	Fabricação de tubos, condutas, perfis ocos e respectivos acessórios, de aço
24310	Estiragem a frio
24320	Laminagem a frio de arco ou banda
24330	Perfilagem a frio
24340	Trefilagem a frio
24410	Obtenção e primeira transformação de metais preciosos
24420	Obtenção e primeira transformação de alumínio
24430	Obtenção e primeira transformação de chumbo, zinco e estanho
24440	Obtenção e primeira transformação de cobre
24450	Obtenção e primeira transformação de outros metais não ferrosos
24460	Tratamento de combustível nuclear
24510	Fundição de ferro fundido
24520	Fundição de aço
24530	Fundição de metais leves
24540	Fundição de outros metais não ferrosos
25110	Fabricação de estruturas de construções metálicas
25120	Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal
25210	Fabricação de caldeiras e radiadores para aquecimento central
25290	Fabricação de outros reservatórios e recipientes metálicos
25300	Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central)
25401	Fabricação de armas de caça, de desporto e defesa

(continuação)



Indústria extractiva e indústria transformadora (continuação)

CAE - Rev. 3	Designação
25402	Fabricação de armamento
25501	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados
25502	Fabricação de produtos por pulverometalurgia
25610	Tratamento e revestimento de metais
25620	Actividades de mecânica geral
25710	Fabricação de cutelaria
25720	Fabricação de fechaduras, dobradiças e de outras ferragens
25731	Fabricação de ferramentas manuais
25732	Fabricação de ferramentas mecânicas
25733	Fabricação de peças sinterizadas
25734	Fabricação de moldes metálicos
25910	Fabricação de embalagens metálicas pesadas
25920	Fabricação de embalagens metálicas ligeiras
25931	Fabricação de produtos de arame
25932	Fabricação de molas
25933	Fabricação de correntes metálicas
25940	Fabricação de rebites, parafusos e porcas
25991	Fabricação de louça metálica e artigos de uso doméstico
25992	Fabricação de outros produtos metálicos diversos, n. e.
26110	Fabricação de componentes electrónicos
26120	Fabricação de placas de circuitos electrónicos
26200	Fabricação de computadores e de equipamento periférico
26300	Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações
26400	Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares
26511	Fabricação de contadores de electricidade, gás, água e de outros líquidos
26512	Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, navegação e outros fins, n. e.
26520	Fabricação de relógios e material de relojoaria
26600	Fabricação de equipamentos de radiação, electromedicina e electroterapêutico
26701	Fabricação de instrumentos e equipamentos ópticos não oftálmicos
26702	Fabricação de material fotográfico e cinematográfico
26800	Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos
27110	Fabricação de motores, geradores e transformadores eléctricos
27121	Fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações eléctricas de alta tensão
27122	Fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações eléctricas de baixa tensão
27200	Fabricação de acumuladores e pilhas
27310	Fabricação de cabos de fibra óptica
27320	Fabricação de outros fios e cabos eléctricos e electrónicos
27330	Fabricação de dispositivos e acessórios para instalações eléctricas, de baixa tensão
27400	Fabricação de lâmpadas eléctricas e de outro equipamento de iluminação
27510	Fabricação de electrodomésticos
27520	Fabricação de aparelhos não eléctricos para uso doméstico
27900	Fabricação de outro equipamento eléctrico
28110	Fabricação de motores e turbinas, excepto motores para aeronaves, automóveis e motociclos
28120	Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático
28130	Fabricação de outras bombas e compressores
28140	Fabricação de outras torneiras e válvulas
28150	Fabricação de rolamentos, de engrenagens e de outros órgãos de transmissão
28210	Fabricação de fornos e queimadores
28221	Fabricação de ascensores e monta cargas, escadas e passarelas rolantes
28222	Fabricação de equipamentos de elevação e de movimentação, n. e.
28230	Fabricação de máquinas e equipamento de escritório, excepto computadores e equipamento periférico

(continuação)

Indústria extractiva e indústria transformadora (continuação)

CAE - Rev. 3	Designação
28240	Fabricação de máquinas-ferramentas portáteis com motor
28250	Fabricação de equipamento não doméstico para refrigeração e ventilação
28291	Fabricação de máquinas de acondicionamento e de embalagem
28292	Fabricação de balanças e de outro equipamento para pesagem
28293	Fabricação de outras máquinas diversas de uso geral, n. e. .
28300	Fabricação de máquinas e de tractores para a agricultura, pecuária e silvicultura
28410	Fabricação de máquinas-ferramentas para metais
28490	Fabricação de outras máquinas-ferramentas
28910	Fabricação de máquinas para a metalurgia
28920	Fabricação de máquinas para as indústrias extractivas e para a construção
28930	Fabricação de máquinas para as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
28940	Fabricação de máquinas para as indústrias têxtil, do vestuário e do couro
28950	Fabricação de máquinas para as indústrias do papel e do cartão
28960	Fabricação de máquinas para as indústrias do plástico e da borracha
28991	Fabricação de máquinas para as indústrias de materiais de construção, cerâmica e vidro
28992	Fabricação de outras máquinas diversas para uso específico, n. e.
29100	Fabricação de veículos automóveis
29200	Fabricação de carroçarias, reboques e semi-reboques
29310	Fabricação de equipamento eléctrico e electrónico para veículos automóveis
29320	Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis
30111	Construção de embarcações metálicas e estruturas flutuantes, excepto de recreio e desporto
30112	Construção de embarcações não metálicas, excepto de recreio e desporto
30120	Construção de embarcações de recreio e desporto
30200	Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro
30300	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado
30400	Fabricação de veículos militares de combate
30910	Fabricação de motociclos
30920	Fabricação de bicicletas e veículos para inválidos
30990	Fabricação de outro equipamento de transporte, n. e.
31010	Fabricação de mobiliário para escritório e comércio
31020	Fabricação de mobiliário de cozinha
31030	Fabricação de colchoaria
31091	Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins
31092	Fabricação de mobiliário metálico para outros fins
31093	Fabricação de mobiliário de outros materiais para outros fins
31094	Actividades de acabamento de mobiliário
32110	Cunhagem de moedas
32121	Fabricação de filigranas
32122	Fabricação de artigos de joalharia e de outros artigos de ourivesaria
32123	Trabalho de diamantes e de outras pedras preciosas ou semi-preciosas para joalharia e uso industrial
32130	Fabricação de bijutarias
32200	Fabricação de instrumentos musicais
32300	Fabricação de artigos de desporto
32400	Fabricação de jogos e de brinquedos
32501	Fabricação de material óptico oftálmico
32502	Fabricação de material ortopédico e próteses e de instrumentos médico-cirúrgicos
32910	Fabricação de vassouras, escovas e pincéis
32991	Fabricação de canetas, lápis e similares
32992	Fabricação de fechos de correr, botões e similares
32993	Fabricação de guarda-sóis e chapéus de chuva
32994	Fabricação de equipamento de protecção e segurança

(continuação)

**Indústria extractiva e indústria transformadora (continuação)**

<b>CAE - Rev. 3</b>	<b>Designação</b>
32995	Fabricação de caixões mortuários em madeira
32996	Outras indústrias transformadoras diversas, n. e
32996	Outras indústrias transformadoras diversas, n. e
33120	Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos
33130	Reparação e manutenção de equipamento electrónico e óptico
33140	Reparação e manutenção de equipamento eléctrico
33150	Reparação e manutenção de embarcações
33160	Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais
33170	Reparação e manutenção de outro equipamento de transporte
33190	Reparação e manutenção de outro equipamento
33200	Instalação de máquinas e de equipamentos industriais

Turismo e actividades declaradas de interesse para o turismo nos termos da legislação aplicável

<b>CAE - Rev. 3</b>	<b>Designação</b>
55111	Hotéis com restaurante
55112	Pensões com restaurante
55113	Estalagens com restaurante
55114	Pousadas com restaurante
55115	Motéis com restaurante
55116	Hotéis - Apartamentos com restaurante
55117	Aldeamentos turísticos com restaurante
55118	Apartamentos turísticos com restaurante
55119	Outros estabelecimentos hoteleiros com restaurante
55121	Hotéis sem restaurante
55122	Pensões sem restaurante
55123	Apartamentos turísticos sem restaurante
55124	Outros estabelecimentos hoteleiros sem restaurante
55201	Alojamento mobilado para turistas
55202	Turismo no espaço rural
55203	Colónias e campos de férias
55204	Outros locais de alojamento de curta duração
55300	Parques de campismo e de caravanismo
55900	Outros locais de alojamento
77210	Aluguer de bens recreativos e desportivos
90040	Exploração de salas de espectáculos e actividades conexas
91041	Actividades dos jardins zoológicos, botânicos e aquários
91042	Actividade dos parques e reservas naturais
93110	Gestão de instalações desportivas
93192	Outras actividades desportivas, n. e
93210	Actividades dos parques de diversão e temáticos
93292	Actividades dos portos de recreio (marinas)
93293	Organização de actividades de animação turística
93294	Outras actividades de diversão e recreativas, n. e.
96040	Actividades de bem-estar físico

Actividades e serviços informáticos e conexos

CAE - Rev. 3	Designação
62010	Actividades de programação informática
62020	Actividades de consultoria em informática
62030	Gestão e exploração de equipamento informático
62090	Outras actividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
63110	Actividades de processamento de dados, domicilição de informação e actividades relacionadas
63120	Portais Web

Actividades agrícolas, piscícolas, agro -pecuárias e florestais

CAE - Rev. 3	Designação
01111	Cerealicultura (excepto arroz)
01112	Cultura de leguminosas secas e sementes oleaginosas
01120	Cultura de arroz
01130	Cultura de produtos horticolas, raizes e tubérculos
01140	Cultura de cana-de-açúcar
01150	Cultura de tabaco
01160	Cultura de plantas têxteis
01191	Cultura de flores e de plantas ornamentais
01192	Outras culturas temporárias, n. e.
01210	Viticultura
01220	Cultura de frutos tropicais e subtropicais
01230	Cultura de citrinos
01240	Cultura de pomóideas e prunóideas
01251	Cultura de frutos de casca rija
01252	Cultura de outros frutos em árvores e arbustos
01261	Olivicultura
01262	Cultura de outros frutos oleaginosos
01270	Cultura de plantas destinadas à preparação de bebidas
01280	Cultura de especiarias, plantas aromáticas, medicinais e farmacêuticas
01290	Outras culturas permanentes
01300	Cultura de materiais de propagação vegetativa
01410	Criação de bovinos para produção de leite
01420	Criação de outros bovinos (excepto para produção de leite) e búfalos
01430	Criação de equinos, asininos e muare
01440	Criação de camelos e camelídeos
01450	Criação de ovinos e caprinos
01460	Suicultura
01470	Avicultura
01491	Apicultura
01492	Cunicultura
01493	Criação de animais de companhia
01494	Outra produção animal, n. e.
01500	Agricultura e produção animal combinadas
01610	Actividades dos serviços relacionados com a agricultura
01620	Actividades dos serviços relacionados com a produção animal, excepto serviços de veterinária
01630	Preparação de produtos agrícolas para venda
01640	Preparação e tratamento de sementes para propagação
01701	Caça e repovoamento cinegético
01702	Actividades dos serviços relacionados com caça e repovoamento cinegético
02100	Silvicultura e outras actividades florestais

(continuação)



Actividades agrícolas, piscícolas, agro -pecuárias e florestais *(continuação)*

CAE - Rev. 3	Designação
02200	Exploração florestal
02300	Extracção de cortiça, resina e apanha de outros produtos florestais, excepto madeira
02400	Actividade dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal
03111	Pesca marítima
03112	Apanha de algas e de outros produtos do mar
03121	Pesca em águas interiores
03122	Apanha de produtos em águas interiores
03210	Aquicultura em águas salgadas e salobras
03220	Aquicultura em águas doces

Actividades de investigação e desenvolvimento

CAE - Rev. 3	Designação
72110	Investigação e desenvolvimento em biotecnologia
72190	Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais
72200	Investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas

Tecnologias da informação e produção de áudio-visual e multimédia

CAE - Rev. 3	Designação
58110	Edição de livros
58120	Edição de listas destinadas a consulta
58130	Edição de jornais
58140	Edição de revistas e de outras publicações periódicas
58190	Outras actividades de edição
58210	Edição de jogos de computador
58290	Edição de outros programas informáticos
59110	Produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão
59120	Actividades técnicas de pós-produção para filmes, vídeos e programas de televisão
59130	Distribuição de filmes, de vídeos e de programas de televisão
59140	Projectão de filmes e de vídeos
59200	Actividades de gravação de som e edição de música

Ambiente, energia e telecomunicações

CAE - Rev. 3	Designação
35111	Produção de electricidade de origem hídrica
35112	Produção de electricidade de origem térmica
35113	Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n. e.
35210	Produção de gás
35301	Produção e distribuição de vapor, água quente e fria e ar frio por conduta
35302	Produção de gelo
36001	Captação e tratamento de água
37001	Recolha e drenagem de águas residuais
37002	Tratamento de águas residuais
38111	Recolha de resíduos inertes
38112	Recolha de outros resíduos não perigosos
38120	Recolha de resíduos perigosos

*(continuação)*

*Ambiente, energia e telecomunicações (continuação)*

CAE - Rev. 3	Designação
38211	Tratamento e eliminação de resíduos inertes
38212	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos
38220	Tratamento e eliminação de resíduos perigosos
38311	Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida
38312	Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida
38313	Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida
38321	Valorização de resíduos metálicos
38322	Valorização de resíduos não metálicos
39000	Descontaminação e actividades similares
61100	Actividades de telecomunicações por fio
61200	Actividades de telecomunicações sem fio
61300	Actividades de telecomunicações por satélite
61900	Outras actividades de telecomunicações

Actividades de alta intensidade tecnológica

---

Qualquer actividade económica que tenha por base um projecto de investimento produtivo de alta intensidade tecnológica.\*

---

\*A consideração de um projecto de investimento como sendo de alta intensidade tecnológica, está sujeito à apresentação de uma proposta devidamente fundamentada do CICIFI.

**Fonte:** Adequação da informação reconhecida na Portaria n.º 1452/2009 (Diário da República 1.ª Série n.º 250 (29.12.2009), p. 8763-8754) e na Deliberação n.º 786/2007 (Diário da República 2.ª Série n.º 92 (14.05.2007), p. 12516-12544).

## Anexo II – Produtos de pesca

Código NC		Designação das mercadorias
a)	0301	- Peixes vivos
	0302	- Peixes vivos ou refrigerados, excepto os filetes de peixe e outra carne de peixe, designadamente filetes de peixe e outra carne de peixe (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados
	0303	- Peixes congelados, excepto os filetes de peixe e outra carne de peixe, designadamente filetes de peixe e outra carne de peixe (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados
	0304	- Filetes de peixes e outra carne de peixes (mesmo picado), frescos, refrigerados ou congelados
b)	0305	Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos antes ou durante a defumação; farinhas, pó de <i>pellets</i> de peixe, próprios para alimentação humana
c)	03006	- Crustáceos, mesmo sem casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; crustáceos com casca, cozidos em água ou vapor, mesmo refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pó e <i>pellets</i> de crustáceos, próprios para alimentação humana
		- Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; invertebrados aquáticos, excepto crustáceos e moluscos, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pó e <i>pellets</i> de vertebrados aquáticos, excepto crustáceos, próprios para alimentação humana
d)		- Produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos noutras posições; animais mortos dos capítulos 1 ou 3, impróprios para alimentação humana;
		Outros:
		Produtos de peixe ou de crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos;
		animais mortos do capítulo 3:
	0511 91 10	Desperdícios de peixe
	0511 91 90	Outros
e)	1604	- Preparações e conservas de peixes; caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixe
f)	1605	- Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, preparado ou em conservas
g)		- Massas alimentícias, mesmo cozidas ou recheadas (de carne ou de outras substâncias) ou preparadas de outro modo, tais como esparguete, macarrão, aletria, Lasanha, nhoque, raviole e canelone; cuscuz, mesmo preparado:
		Massas alimentícias não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo
	1902 20	Massas alimentícios recheadas (mesmo cozidas ou preparadas de outro modo):
	1902 20 10	Contendo, em peso, mais de 20% de peixes crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos
h)		- Farinhas, pó e <i>pellets</i> , de carne, miudezas, peixes ou crustáceos, minúsculos ou outros invertebrados aquáticos, impróprios para a alimentação humana; torresmos:
	2301 20 00	Farinha, pós e <i>pellets</i> , de peixe ou crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos

**Fonte:** Artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 104/2000, de 17 de Dezembro de 1999 (JO L 17 de 21.01.2000, p. 22)

## Anexo III – Produtos agrícolas

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 1	- Animais vivos
Capítulo 2	- Carnes e miudezas, comestíveis
Capítulo 3	- Peixes, crustáceos e moluscos
Capítulo 4	- Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural
Capítulo 5	
05.04	- Tripas, bexigas e buchos de animais, inteiros ou em bocados, com excepção dos de peixe
05.15	- Produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos noutras posições; animais dos capítulos 1 ou 3, mortos e impróprios para a alimentação humana
Capítulo 6	- Plantas vivas e produtos de floricultura
Capítulo 7	- Produtos horticolas, plantas, raízes e tubérculos alimentares
Capítulo 8	- Frutas, cascas de citrino e de melões
Capítulo 9	- Café, chá e especiarias, com exclusão do mate (n. o 0903)
Capítulo 10	- Cereais
Capítulo 11	- Produtos de moagem; malte; amidos e féculas; glúten; inulina
Capítulo 12	- Sementes e frutos oleaginosos; sementes e frutos diversos; plantas industriais e medicinais; palhas e forragens
Capítulo 13 ex 13.03	- Pectina
Capítulo 15	
15.01	- Banha e outras gorduras de porco e de aves de capoeira, obtidas por expressão ou por fusão
15.02	- Sebo de bovinos, ovinos e caprinos em bruto ou obtidos por fusão, compreendendo os sebos de primeira expressão
15.03	- Estearina-solar, óleo-estearina; óleo de banha e óleo-margarina não emulsionada, sem qualquer mistura ou preparação
15.04	- Gorduras e óleos, mesmo refinados, de peixe e de mamíferos marinhos
15.07	- Óleos vegetais fixos, fluidos ou concretos em bruto purificados ou refinados
15.12	- Óleos e gorduras, animais ou vegetais, hidrogenados, mesmo refinados, mas não preparados
15.13	- Margarina, imitações de banha e outras gorduras alimentares preparadas
15.17	- Resíduos provenientes do tratamento das matérias gordas ou das ceras animais ou vegetais
Capítulo 16	- Preparados de carne, de peixe, de crustáceos e de moluscos
Capítulo 17	
17.01	- Açúcar de beterraba ou de cana, no estado sólido
17.02	- Outros açúcares, xaropes; sucedâneos do mel, mesmo misturados com mel natural; açúcar e melaço, caramelizados
17.03	- Melaços, mesmo descorados
17.05	- Açúcares, xaropes e melaços aromatizados ou adicionados de corantes (incluindo o açúcar baunilhado ou com vanilina), com excepção dos sumos de frutas adicionados de açúcar em qualquer proporção
Capítulo 18	
18.01	- Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado
18.02	- Cascas, peles, películas e outros resíduos de cacau
Capítulo 20	- Preparados de produtos horticolas, de frutas e de outras plantas ou partes de plantas

(continuação)

(continuação)

Números da Nomenclatura de Bruxelas	Designação dos produtos
Capítulo 22	
22.04	- Mosto de uvas parcialmente fermentado, mesmo amuado, excepto com álcool
22.05	- Vinhos de uvas frescas; mostos de uvas frescas amuados com álcool
22.07	- Sidra, perada, hidromel e outras bebidas fermentadas
ex 22.08	- Álcool etílico, desnaturado ou não, de qualquer teor alcoólico obtido a partir de produtos agrícolas constantes do anexo I ao presente Tratado, com excepção das aguardentes,
ex 22.09	licores e outras bebidas espirituosas, preparados alcoólicos compostos (designados por extractos concentrados) para o fabrico aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas, preparados de bebidas
ex 22.10	- Vinagres e seus sucedâneos, para usos alimentares
Capítulo 23	- Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais
Capítulo 24	
24.01	- Tabaco não manipulado; desperdícios de tabaco
Capítulo 45	
45.01	- Cortiça natural em bruto e desperdícios de cortiça; cortiça triturada, granulada ou
Capítulo 54	
54.01	- Linho em bruto, macerado, espadelado ou assedado, penteado ou tratado por qualquer outra forma, mas não fiado; estopa e desperdícios, de linho (incluindo o linho de trapo)
Capítulo 57	
57.01	- Cânhamo ( <i>cannabis sativa</i> ) em bruto, macerado, espadelado ou assedado, penteado ou tratado por qualquer outra forma, mas não fiado; estopa e desperdícios, de cânhamo (incluindo o cânhamo de trapo) e desperdícios, de cânhamo (incluindo o cânhamo de trapo)

**Quadro 1** - Produtos identificados no Anexo I do TCE (JO C 121, 29.12.2006).

São ainda considerados como produto agrícola aqueles que se encontram abrangidos pelos NC 4502, 4503 e 4504 e os produtos de imitação ou substituição do leite do leite ou produtos lácteos, referidos no Regulamento (CE) n.º 1234/2007 da Comissão de 22 de Outubro de 2007 (JO L 299 de 16.11.2007).

**Fonte:** Artigo 2.º n.º 22 do Regulamento (CE) n.º 800/2008 da Comissão de 06 de Agosto de 2008 (JO L 214 de 09.08.2008, p. 17)



## Anexo IV – Produtos siderúrgicos

Produtos
Gusa e ligas de ferro:
Gusa para o fabrico de aço, ferro de fundição e outros ferros fundidos em bruto, ferro spiegel (especular) e ferro-manganês com alto teor de carbono, não incluindo as outras ferro-ligas;
Produtos em bruto e semi-acabados de ferro macio, de aço corrente ou de aço especial:
Aço líquido vazado ou não em lingotes, incluindo os lingotes destinados à forja de produtos semi-acabados: «blooms», biletos e brames; «larget» e «bobinas»; bobinas largas laminadas a quente, com excepção da produção de aço líquido para peças vazadas de pequenas e médias empresas de fundição;
Produtos acabados a quente de ferro macio, de aço corrente ou de aço especial:
Carris, dormentes, eclissas, placas de apoio ou assentamento, perfis, perfis pesados com pelo menos 80 mm, estacas-pranchas, barras e perfis com menos de 80 mm e produtos planos com menos de 150 mm, fio-máquina, tubos de secção circular ou quadrada, bandas laminadas a quente (incluindo bandas para tubos), chapa laminada a quente (revestida ou não revestida), chapas com pelo menos 3 mm de espessura, chapa grossa em formatos com pelo menos 150 mm, com a excepção de arames e outros produtos de trefilaria, barras polidas e produtos de fundição;
Produtos acabados a frio:
Folha-de-flandres, chapa com banho de chumbo, chapa preparada, chapas galvanizadas, outras chapas revestidas, chapas laminadas a frio, chapas magnéticas e bandas destinadas à produção de folha-de-flandres, chapas grossas laminadas a frio, em rolos e em folhas;
Tubos:
Todos os tubos de aço sem costura, tubos de aço soldados com um diâmetro superior a 406,4 mm.
<b>Quadro 1</b> - Extraído do artigo 2.º n.º 29 do Regulamento (CE) n.º 800/2008 da Comissão de 06 de Agosto de 2008 (JO L 214 de 09.08.2008)

Código da Nomenclatura Combinada	Produto
7201	Ferro fundido bruto
7202 11 20, 7202 11 80, 7202 99 11	Ferro-ligas
7203	Produtos ferrosos obtidos por redução directa dos minérios de ferro e outros produtos ferrosos
7206	Ferro e aço não ligado
7207 11 11, 7207 11 14, 7207 11 16, 7207 12 10, 7207 19 11, 7207 19 14, 7207 19 16, 7207 19 31, 7207 20 11, 7207 20 15, 7207 20 17, 7207 20 32, 7207 20 51, 7207 20 55, 7207 20 57, 7207 20 71	Produtos semimanufacturados de ferro ou de aço não ligado

(continuação)

(continuação)

Código da Nomenclatura Combinada	Produto
7208 10 00, 7208 25 00, 7208 26 00, 7208 27 00, 7208 36 00, 7208 54, 7208 90 10, 7209 15 00, 7209 16, 7209 17, 7209 18, 7209 25 00, 7209 26, 7209 27, 7209 28, 7209 90 10, 7210 11 10, 7210 12 11, 7210 12 19, 7210 20 10, 7210 30 10, 7210 41 10, 7210 49 10, 7210 50 10, 7210 61 10, 7210 69 10, 7210 70 31, 7210 70 39, 7210 90 31, 7210 90 33, 7210 90 38, 7211 13 00, 7211 14, 7211 19, 7211 23 10, 7211 23 51, 7211 29 20, 7211 90 11, 7212 10 10, 7212 10 91, 7212 20 11, 7212 30 11, 7212 40 10, 7212 40 91, 7212 50 31, 7212 50 51, 7212 60 11, 7212 60 91	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado
7213 10 00, 7213 20 00, 7213 91, 7213 99	Fio-máquina de ferro ou aço não ligado laminado a quente
7214 20 00, 7214 30 00, 7214 91, 7214 99, 7215 90 10	Outras barras de ferro ou aço não ligado
7216 10 00, 7216 21 00, 7216 22 00, 7216 31, 7216 32, 7216 33, 7216 40, 7216 50, 7216 99 10	Perfis de ferro ou aço não ligado
7218 10 00, 7218 91 11, 7218 91 19, 7218 99 11, 7218 99 20	Aço inoxidável
7219 11 00, 7219 12, 7219 13, 7219 14, 7219 21, 7219 22, 7219 23 00, 7219 24 00, 7219 31 00, 7219 32, 7219 33, 7219 34, 7219 35, 7219 90 10, 7220 11 00, 7220 12 00, 7220 20 10, 7220 90 11, 7220 90 31	Produtos laminados planos de aço inoxidável
7225 11 00, 7225 19, 7225 20 20, 7225 30 00, 7225 40, 7225 50 00, 7225 91 10, 7225 92 10, 7225 99 10, 7226 11 10, 7226 19 10, 7226 19 30, 7226 20 20, 7226 91, 7226 92 10, 7226 93 20, 7226 94 20, 7226 99 20	Produtos laminados planos de outras ligas de aço
7224 10 00, 7224 90 01, 7224 90 05, 7224 90 08, 7224 90 15, 7224 90 31, 7224 90 39, 7227 10 00, 7227 20 00, 7227 90, 7228 10 10, 7228 10 30, 7228 20 11, 7228 20 19, 7228 20 30, 7228 30 20, 7228 30 41, 7228 30 49, 7228 30 61, 7228 30 69, 7228 30 70, 7228 30 89, 7228 60 10, 7228 70 10, 7228 70 31, 7228 80	Fio-máquina de outras ligas de aço
7301 10 00	Estacas-pranchas
7302 10 31, 7302 10 39, 7302 10 90, 7302 20 00, 7302 40 10, 7302 10 20	Carris e dormentes
7303, 7304	Tubos e perfis ocos sem costura
7305	Tubos soldados de aço de diâmetro exterior superior a 406,4 mm de ferro ou de aço

**Quadro 2** - Extraído do Anexo I das Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional para o período 2007-2013 (JO C 54 de 04.03.2006)

## Anexo V - Sector das fibras sintéticas

Sector das fibras sintéticas
- A extrusão/texturização de todos os tipos genéricos de fibras e fios com base em poliéster, poliamida, acrílico ou polipropileno, independentemente da sua utilização final; ou
- A polimerização (incluindo a policondensação), quando esta se encontra integrada na extrusão em termos do equipamento utilizado; ou
- Qualquer processo industrial conexo associado à instalação simultânea de uma capacidade de extrusão/texturização pelo futuro beneficiário ou por outra empresa pertencente ao mesmo grupo e que, na actividade industrial específica em causa, possua normalmente tais capacidades em termos de equipamento utilizado.

**Fonte:** Anexo II das Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional para o período 2007-2013 (JO C 54 de 04.03.2006, p. 35)

## Anexo VI – Actividades turísticas

NACE Ver. 2	Designação
NACE 55	Alojamento
NACE 56	Actividades de restauração
NACE 79	Actividades das agências de viagens, operadores turísticos, serviços de reservas e actividades conexas
NACE 90	Actividades criativas, artísticas e de espectáculos
NACE 91	Actividades de bibliotecas, arquivos, museus, locais históricos, jardins botânicos e zoológicos e reservas naturais
NACE 93	Actividades desportivas, de diversão e recreativas

**Fonte:** Artigo 2.º n.º 25 do Regulamento (CE) n.º 800/2008 da Comissão de 06 de Agosto de 2008 (JO L 214 de 09.08.2008, p. 17)



## Anexo VII – Códigos de Actividade Económica aplicáveis aos projectos de investimento directo no estrangeiro

Construção de edifícios, obras públicas e actividades de arquitectura e de engenharia conexas

CAE - Rev. 3	Designação
41200	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)
42110	Construção de estradas e pistas de aeroportos
42120	Construção de vias férreas
42130	Construção de pontes e túneis
42210	Construção de redes de transporte de águas, de esgotos e de outros fluidos
42220	Construção de redes de transporte e distribuição de electricidade e redes de telecomunicações
42910	Engenharia hidráulica
42990	Construção de outras obras de engenharia civil n. e.
43110	Demolição
43120	Preparação dos locais de construção
43130	Perfurações e sondagens
43210	Instalação eléctrica
43221	Instalação de canalizações
43222	Instalação de climatização
43290	Outras Instalações em construções
43310	Estucagem
43320	Montagem de trabalhos de carpintaria e de caixilharia
43330	Revestimento de pavimentos e de paredes
43340	Pintura e colocação de vidros
43390	Outras actividades de acabamento em edifícios
43910	Actividades de colocação de coberturas
43991	Aluguer de equipamento de construção e de demolição, com operador
43992	Outras actividades especializadas de construção diversas, n. e.

Transportes e logística

CAE - Rev. 3	Designação
49310	Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros
49320	Transporte ocasional de passageiros em veículos ligeiros
49391	Transporte interurbano em autocarros
49392	Outros transportes terrestres de passageiros diversos n. e.
49410	Transportes rodoviários de mercadorias
49420	Actividades de mudanças, por via rodoviária

**Fonte:** Adequação da informação reconhecida na Portaria n.º 1452/2009 (Diário da República 1.ª Série n.º 250 (29.12.2009), p. 8763-8754) e na Deliberação n.º 786/2007 (D Diário da República 2.ª Série n.º 92 (14.05.2007), p. 12516-12544).

## Anexo VIII - Actividades de elevado valor acrescentado

Actividades	
1	Arquitectos, engenheiros e técnicos similares:
101	Arquitectos;
102	Engenheiros;
103	Geólogos.
2	Artistas plásticos, actores e músicos:
201	Artistas de teatro, bailado, cinema, rádio e televisão;
202	Cantores;
203	Escultores;
204	Músicos;
205	Pintores.
3	Auditores:
301	Auditores;
302	Consultores fiscais.
4	Médicos e dentistas:
401	Dentistas;
402	Médicos analistas;
403	Médicos cirurgiões;
404	Médicos de bordo em navios;
405	Médicos de clínica geral;
406	Médicos dentistas;
407	Médicos estomatologistas;
408	Médicos fisiatras;
409	Médicos gastroenterologistas;
410	Médicos oftalmologistas;
411	Médicos ortopedistas;
412	Médicos otorrinolaringologistas;
413	Médicos pediatras;
404	Médicos radiologistas;
405	Médicos de outras especialidades.
5	Professores:
501	Professores universitários.
6	Psicólogos:
601	Psicólogos.
7	Profissões liberais, técnicos e assimilados:
701	Arqueólogos;
702	Biólogos e especialistas em ciências da vida;
703	Programadores informáticos;
704	Consultoria e programação informática e actividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática;
705	Actividades de programação informática;
706	Actividades de consultoria em informática;
707	Gestão e exploração de equipamento informático;
708	Actividades dos serviços de informação;
709	Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas; portais Web;

(continuação)

(continuação)

Actividades	
710	Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas;
711	Outras actividades dos serviços de informação;
712	Actividades de agências de notícias;
713	Outras actividades dos serviços de informação;
714	Actividades de investigação científica e de desenvolvimento;
715	Investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais;
716	Investigação e desenvolvimento em biotecnologia;
717	Designers.
8	Investidores, administradores* e gestores**;
801	Investidores, administradores e gestores de empresas promotoras de investimento produtivo, desde que afectos a projectos elegíveis e com contratos de concessão de benefícios fiscais celebrados ao abrigo do Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 249/2009, de 23 de Setembro;
802	Quadros superiores de empresas***.

\* Os investidores só podem usufruir do regime aplicável aos residentes não habituais, se o rendimento for auferido na qualidade de administrador ou gerente.

\*\* São qualificados como gestores:

- os abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (Estatuto do Gestor Público);
- os responsáveis por estabelecimentos estáveis de entidades não residentes;

\*\*\* Os quadros superiores de empresas (Código 802), são as pessoas com cargo de direcção e poderes de vinculação da pessoa colectiva.

**Fonte:** Portaria n.º 12/2010, de 07 de Janeiro (Diário da República 1.ª série n.º 4) e Circular n.º 2/2010 da Direcção de Serviços do IRS.